



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Beatriz Simões Lourenço

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS:

ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES-NÃO GOVERNAMENTAIS PARA
O DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DOS DIREITOS HUMANOS E
DA CIDADANIA GLOBAL

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Educação e Formação
de Adultos e Intervenção Comunitária orientado pela Professora
Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira e apresentado à Faculdade de
Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.**

julho de 2022

Ultrapassar preconceitos e ódios não está inscrito na natureza humana. Aceitar o outro não é nem mais nem menos natural do que rejeitá-lo. Reconciliar, reunir, adotar, moderar, pacificar são gestos voluntários, gestos de civilização que exigem lucidez e perseverança; gestos que se adquirem, que se ensinam, que se cultivam. Ensinar os homens a viver juntos é uma longa batalha que nunca está completamente ganha. Requer uma reflexão serena, uma pedagogia hábil, uma legislação apropriada e instituições adequadas.”

(Maalouf, 2009)

Agradecimentos

Findo esta viagem tão enriquecedora cumpre-me agradecer aquelas e aqueles que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para que fosse possível atracar em bom porto e desfrutar desta vista maravilhosa.

Primeiramente, agradecer, à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em especial, a todo o corpo docente do Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, pelos conhecimentos e experiências partilhadas, disponibilidade e simpatia.

Um agradecimento muito especial à minha Supervisora de Estágio, a Professora Doutora Cristina Vieira, sem dúvida, a melhor escolha! As palavras são escassas para descrever o quão lhe estou grata. Obrigada pelos saberes transmitidos, orientação prestada, por toda a dedicação e preocupação em todo o meu percurso de aprendizagem. É uma referência para mim, não só pela excelente profissional que é, mas também pelo ser humano inigualável. Muito Obrigada, Professora!

Agradeço à Akto pelo acolhimento com que me receberam e me permitirem crescer enquanto profissional e cidadã. Uma palavra de agradecimento particular à minha Orientadora de Estágio, a Dra. Ana Rita Brito, pelos ensinamentos partilhados do que está feito e do (muito) que ainda falta fazer nesta sociedade, pela reflexão conjunta, pela atenção e pela motivação. Um abraço com carinho a duas mulheres com quem tive o gosto de me cruzar, a Ana e a Sandra, por me fazerem não baixar os braços e continuar na luta por um mundo mais justo, inclusivo e tolerante.

Aos meus companheiros de viagem... às minhas estrelinhas, ao meu Rei David e Rainha São, à minha família, à família que escolhi, ao MEFAIC, à Teodoro, às Guapitas, ao Serviço Social e aos que se cruzaram no meu caminho. Muito grata por vos ter na minha vida! Afinal, no fim, tudo faz sentido...

Lema do Dia: Coragem e Ser Feliz!

Resumo

O presente Relatório de Estágio, constitui o culminar do Estágio Curricular realizado no 2.º ano do Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária pela Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra.

O estágio curricular desenvolveu-se, entre outubro de 2021 e maio de 2022, na Akto – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos e Democracia – uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento que visa fomentar a educação, a promoção e a intervenção em Direitos Humanos e Democracia, enquanto fatores estruturantes de uma mudança positiva na construção de um mundo justo e equitativo.

Em termos estruturais, primeiramente, é efetuado um breve enquadramento teórico relativo ao conceito de desenvolvimento, ao papel das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento no contexto português, com especial enfoque na educação para a não discriminação e igualdade de género. A segunda parte diz respeito a uma breve descrição do contexto de intervenção onde a discente efetuou a sua experiência curricular, neste caso, a Akto. Seguidamente, serão explanadas as atividades que foram desenvolvidas ao longo do processo de estágio, sendo a sua atuação, essencialmente, no Centro de Formação, ao nível da execução do projeto cofinanciado no âmbito da tipologia 3.15 – Formação de Públicos Estratégicos – do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, Portugal 2020, União Europeia, através do Fundo Social Europeu. Por fim, é apresentada a Componente Avaliativa, que integra uma dimensão autoavaliativa e heteroavaliativa.

Palavras Chave: Educação e Formação de Adultos; Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento; Direitos Humanos; Cidadania Global; Igualdade de Género.

Abstract

This present internship report represents the conclusion of Curricular Internship held in the second year of the Master's Degree in Adult Education and Training and Community Intervention at the Faculty of Psychology and Education Sciences of the University of Coimbra.

The internship took place between October of 2021 and May of 2022 in Akto - Association for the Promotion of Human Rights and Democracy - a Non-Governmental Organization for Development that aims to foster education, promotion and intervention in Human Rights and Democracy, as structural factors of positive change in the construction of a fair and equitable world.

In structural terms, firstly, a brief theoretical framework is made concerning the concept of development, the role of Non-Governmental Organizations for Development in the Portuguese context, with special focus on education for non-discrimination and gender equality. The second part is a brief description of the intervention context where the student made her curricular experience, which was, in this case, Akto. Consecutively, the activities that were developed throughout the internship process will be explained, being its performance essentially in the Training Center, in the implementation of the project co-financed under typology 3.15 - Training of Strategic Publics - of the Operational Program Social Inclusion and Employment, Portugal 2020, European Union, through the European Social Fund. Finally, the Evaluation Component is presented, which integrates a self-evaluative and hetero-evaluative dimension.

Key Words: Education and Training of Adults; Non-Governmental Organization for Development; Human Rights; Global Citizenship; Gender Equality.

Lista de Siglas

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

AHE – Ajuda Humanitária e de Emergência

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

CAP – Centro de Acolhimento e Proteção

CIG – Comissão para Cidadania e Igualdade de Género

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

ENED – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

FPCEUC – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

IGC/CDH – *Ius Gentium Conimbrigae* /Centro de Direitos Humanos

ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

ONGD – Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

SIGO – Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa

Lista de Tabelas

Tabela 1 Formações desenvolvida pela Akto no âmbito da tipologia 3.15 – Formação de Públicos Estratégicos	20
Tabela 2. Objetivos Gerais e Específicos do Estágio Curricular	28
Tabela 3 Jogo do Extraterrestre	63
Tabela 4. Mensagens internalizadas - Opressão Social	87
Tabela 5. Competências Adquiridas	99

Lista de Figuras

Figura 1. Moliceiro de Aveiro	53
Figura 2. "Mulheres com valor"	53
Figura 3. Atividade - Quem somos Eu?	54
Figura 4. JamBoard - Expectativas para este Módulo, Temas de Interesse e Aplicação Futura.....	55
Figura 5. Mentimeter - O que é a Educação?	56
Figura 6. Padlet - Atividade "O Poder das Imagens"	58
Figura 7. Pictogramas binários do livro “Man meets woman” de Yiang Liu	59
Figura 8. JamBoard - Avaliação da Formação	60
Figura 9. Ação de Sensibilização no âmbito do Tráfico de Seres Humanos.....	67
Figura 10. Toolkit - Acesso à Educação.....	75
Figura 11. Summary of the Program	84
Figura 12. Emotional Process.....	86
Figura 13. Listening Sessions.....	86
Figura 14. Mental Health Opressions	88
Figura 15. Escala de Maus-Tratos	89
Figura 16. Processo de Autorregulação emocional	91
Figura 17. Good Listening.....	91
Figura 18. Giacinto	92
Figura 19. Confeção de pizza	92
Figura 20. Ativação de Sentidos.....	93

Figura 21. Atividade Produção Local.....	93
Figura 22. Noite Intercultural Portuguesa	93
Figura 23. Vigília pelos direitos humanos na Ucrânia	95
Figura 24. 13. ^a Marcha Contra a Homofobia e Transfobia de Coimbra.....	97

Índice

Introdução.....	1
I. Enquadramento Teórico	4
1. Concetualização do Desenvolvimento	4
2. Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento	7
2.1. Contexto Histórico Português	7
2.2. Áreas de Atuação	10
2.2.1. Cooperação para o Desenvolvimento	11
2.2.2. Ajuda Humanitária e de Emergência.....	13
2.2.3. Educação para o Desenvolvimento	14
i. Educação para a Não Discriminação e Igualdade de Género	15
II. Caracterização Institucional	18
1. Eixos Estratégicos de Intervenção	18
2. Público – Alvo.....	24
3. Recursos Humanos, Materiais e Financeiros.....	25
4. Parcerias e Protocolos.....	26
III. Atividades de Estágio	28
Objetivos Gerais e Específicos	28
a. Educação e Formação em Direitos Humanos e Democracia.....	32
i. Organização e Gestão da Formação de Públicos Estratégicos	32
ii. Participação na Formação de Formadores/as para Obtenção da Especialização em Igualdade de Género.....	43
iii. Dinamização de Ações de Sensibilização no Domínio dos Direitos Humanos e Cidadania Global	61
i. Participação em Seminários, Conferências e Webinars	69
b. Ajuda Humanitária de Emergência e Cooperação para o Desenvolvimento.....	83

i. Programa Erasmus +	83
c. Intervenção Social e Comunitária em Portugal	94
i. Participação em Ações de <i>Advocacy</i> e de Mobilização como Exercício de Cidadania.....	94
IV. Componente Avaliativa	98
a. Autoavaliação e Competências Adquiridas.....	98
b. Heteroavaliação.....	105
Conclusão	109
Bibliografia.....	112
ANEXOS	118
Anexo I – Questionário de Levantamento de Necessidades de Formação para 2022..	119
Anexo II – Índice do Dossier Técnico-Pedagógico.....	129
Anexo III – Ações de Formação Akto 2021/2022.....	130
Anexo IV – Questionário Satisfação dos/as Formandos/as.....	133
Anexo V – Questionário Satisfação dos/as Formadores/as	135
Anexo VI – Questionário Acompanhamento Pós-Formação	137
Anexo VII – Cronograma do Curso	138
Anexo VIII – Atividade Provérbios.....	141
Anexo IX – Atividade “Relógio Real e Relógio Ideal”.....	142
Anexo X – Plano de Sessão da Ação de Sensibilização Igualdade de Género	145
Anexo XI – Plano de Sessão da Ação de Sensibilização no âmbito do Tráfico de Seres Humanos.....	154
Anexo XII – <i>YouthPass</i>	158
Anexo XIII – Grelha de Avaliação de Competências Transversais para os estágios curriculares da FPCEUC	159

Introdução

Por todo o planeta vivenciam-se todos os dias situações de extrema desigualdade social, económica e política, um agravamento severo das condições climatéricas, bem como a edificação e reforço de discursos de ódio, discriminatórios, racistas, extremistas e populistas. Estes fenómenos, que se encontram amplamente interdependentes e interligados, clamam a construção e a consolidação de uma intervenção cada vez mais estratégica e concertada com todos os atores públicos, privados e organizações da sociedade civil (Plataforma ONGD, 2020).

Neste seguimento, as Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), face à sua atuação ímpar e solidária para e com a comunidade, possuem um papel preponderante na promoção do Desenvolvimento Sustentável, da proteção e incremento dos Direitos Humanos e da proliferação de políticas de não discriminação e de promoção da dignidade e capacidades humanas, com vista ao alcance de uma sociedade sustentável e global, como preconizado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Plataforma ONGD, 2019). No concernente à intervenção desenvolvida pelas ONGD, importa, no âmbito do presente Relatório de Estágio, destacar os contributos singulares na área da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global, nomeadamente na sensibilização, formação e mobilização da opinião pública na prevenção e combate às injustiças e discriminações sociais e na promoção de um mundo mais justo, livre e igualitário.

Tendo em conta os desafios complexos e multidimensionais que assolam a contemporaneidade, a Educação e a Formação de Adultos, especificamente no domínio do Desenvolvimento e Cidadania Global, impera como um processo de aprendizagem emancipatório, transformativo e facilitador na (re)construção de uma cidadania mais ativa, consciente e participativa nas distintas esferas sociais (Bergano, 2002). Neste domínio, um conjunto distinto de ONGD tem desenvolvido um trabalho crucial, a nível educativo e formativo, junto das comunidades locais, com especial enfoque grupos socialmente vulneráveis e em risco de exclusão social, bem como de profissionais e dos poderes governamentais e supragovernamentais.

O presente Relatório de Estágio, consiste no relato de um percurso de Estágio Curricular, realizado no 2.º ano do Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC). A experiência pré-profissionalizante

desenvolveu-se numa ONGD, Akto – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos e Democracia, doravante denominada de Akto, entre outubro de 2021 e maio de 2022, sob a orientação da Dra. Ana Rita Brito, pós-graduada em Sociologia e com uma vasta experiência em coordenação de projetos na área da Igualdade de Género, Educação para a Cidadania e Tráfico de Seres Humanos. A Akto visa fomentar a educação, a promoção e a intervenção em Direitos Humanos e Democracia, enquanto fatores estruturantes de uma mudança positiva na construção de um mundo justo e equitativo (Akto, 2021a). A escolha pelo presente local de estágio advém do interesse académico-profissional da discente em aliar o seu conhecimento teórico-prático no domínio do Serviço Social com uma componente educativa e formativa na área da igualdade de género e violência de género, acreditando que só aliando estas duas componentes é possível alcançar a almejada transformação social e autonomia efetiva e integral do ser humano. Para além do exposto, face ao interesse no domínio da formação profissional, a mestranda realizou no ano transato uma Pós-Graduação em Organização e Gestão da Formação, pelo que era seu objetivo, através do estágio curricular, colocar em prática os conhecimentos apreendidos.

De acordo com o Regulamento dos Estágios no âmbito dos Mestrados Académicos na área das Ciências da Educação (2016), o Estágio corresponde a um período de intervenção e de consolidação de conhecimentos em contexto profissional, de forma a assegurar a aquisição e aperfeiçoamento de competências analítico-reflexivas e operativas no domínio da Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária. A aditar ao exposto, sendo este um espaço de construção de identidade profissional visa promover o desenvolvimento de habilidades pluridisciplinares em distintas realidades educativas, bem como possibilitar a planificação, implementação e avaliação/revisão de intervenções educativas (idem).

Este documento, intitulado de “Educação e Formação de Adultos: Atuação das Organizações-Não Governamentais para o Desenvolvimento no âmbito dos Direitos Humanos e da Cidadania Global”, pretende descrever e analisar as principais práticas desenvolvidas pela mestranda, ao longo do percurso pré-profissionalizante, no domínio da educação e formação de adultos, em temáticas direcionadas para a promoção dos Direitos Humanos e Cidadania Global. Em termos metodológicos, a construção do Relatório foi alicerçada na pesquisa bibliográfica, num processo de observação participante e da análise e reflexão acerca das atividades desenvolvidas.

No tocante à sua estrutura, encontra-se organizado em quatro partes interdependentes, sendo elas: o Enquadramento Teórico, a Caracterização Institucional, as Atividades de Estágio e a Componente Avaliativa. No primeiro momento, é efetuada uma breve definição do conceito de desenvolvimento, seguidamente uma abordagem do percurso histórico português das ONGD, incluindo uma breve descrição das principais áreas de atuação, com especial enfoque na educação para a não discriminação e igualdade de género. A segunda parte diz respeito a uma breve descrição do contexto de intervenção onde a discente efetua a sua prática pré-profissional, neste caso, a Akto, sendo escrutinados os eixos estratégicos de intervenção, o público-alvo, os recursos humanos, materiais e financeiros e ainda as principais parcerias e protocolos. No terceiro momento serão explanadas as atividades que foram desenvolvidas ao longo do processo de Estágio pela discente, de acordo com os eixos estratégicos de intervenção da Akto, nomeadamente a) educação e formação em direitos humanos e democracia; b) ajuda humanitária de emergência e cooperação para o desenvolvimento e c) intervenção social e comunitária em Portugal. De destacar, que as principais atividades desenvolvidas pela estagiária foram no Centro de Formação, ao nível da execução do projeto cofinanciado no âmbito da tipologia 3.15 – Formação de Públicos Estratégicos – do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, Portugal 2020, União Europeia, através do Fundo Social Europeu. Por fim, é apresentada a Componente Avaliativa que comporta a autoavaliação que diz respeito à análise crítico-reflexiva acerca das competências adquiridas ao longo do estágio e dos principais constrangimentos e desafios sentidos pela discente, bem como uma parte de heteroavaliação que agrega a avaliação efetuada pela orientadora do estágio e outros profissionais e formandos com os quais a estudante trabalhou.

I. Enquadramento Teórico

1. Concetualização do Desenvolvimento

Primeiramente, antes da descrição do trabalho desenvolvido e principais desafios das ONGD importa definir um conceito que lhe está subjacente – o desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento, ao longo da história, tem possuído um conjunto distinto de perspectivas, teorias, metodologias e estratégias de intervenção, em função dos atores sociais implicados, da racionalidade em presença e das transformações sociopolíticas e financeiras das comunidades, tornando-se assim um conceito complexo, interdisciplinar e de difícil definição e aplicabilidade (Amaro, 2003).

De acordo com Amaro (2003), o conceito, com valor científico consolidado, emergiu apenas no período posterior à Segunda Grande Guerra Mundial, ligado aos processos de independência das antigas colónias europeias, aos desafios da reconstrução europeia, às exigências da Guerra Fria, à afirmação da nova perspectiva fordista/keynesianista¹ e às novas ideologias saídas da Segunda Grande Guerra Mundial a favor do progresso e da paz. Neste seguimento, num primeiro momento, o desenvolvimento esteve largamente associado ao crescimento económico, ao aumento da produção de bens e serviços, ao progresso tecnológico, à industrialização, à modernização, à perspectiva eurocêntrica descurando outros continentes, à superioridade do urbano sobre o rural e centrado no bem-estar do indivíduo em detrimento do seu ambiente físico e restantes seres vivos (idem).

A lógica associada ao crescimento económico como condição basilar e determinante para a definição de desenvolvimento e bem-estar de uma determinada população esteve incorporada nas sociedades entre meados da década de 40 do século XX e princípios da de 70 e, apesar dos progressos económicos e tecnológicos sentidos, várias situações de carência, desigualdade, vulnerabilidade, exclusão a diversos níveis (económico, saúde, educação, proteção social, emprego, familiar, ambiental, religioso etc.) foram sentidas pela população mundial (idem).

Nesta senda, urgia a necessidade de uma reformulação e reconceptualização do conceito de desenvolvimento, vinculando novos atributos que fomentassem práticas alternativas e foco específico, tendo em conta as características das comunidades. Assim, Amaro (2003) reconhece seis novos conceitos, são eles o Desenvolvimento

¹ De acordo com Leite (2012), este modo de regulação diz respeito a um “compromisso entre capital e trabalho, que buscava compatibilizar a acumulação do capital com uma distribuição de renda, apta para ampliar a demanda global e garantir padrões de vida inclusivos para a maioria da população” (p. 61).

Sustentável, o Desenvolvimento Local, o Desenvolvimento Participativo, o Desenvolvimento Humano, o Desenvolvimento Social e o Desenvolvimento Integrado que se podem agregar em três grandes domínios temáticos: (i) ambiental; (ii) pessoas e comunidades; (iii) direitos humanos e dignidade humana. Passamos a apresentá-los em separado.

O primeiro domínio temático – ambiental – tem a sua afirmação e consolidação no seguimento dos movimentos ecologistas que ganharam força, em 1972, após a Conferência de Estocolmo, o lançamento do estudo do Clube de Roma e, mais tarde, em 1983, pelo Relatório da Comissão Brundtland que associava os acidentes ecológicos à forma como o “desenvolvimento” estava a decorrer emergindo o conceito de Desenvolvimento Sustentável (Amaro, 2003). De acordo com Amaro (2003), trata-se de um “processo de satisfação de necessidades atuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras” (p. 56) e, neste sentido, pressupõe três condições elementares, nomeadamente a solidariedade intergeracional, a integração da gestão dos recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento e a durabilidade dos processos de produção e consumo inerentes ao desenvolvimento.

O domínio das pessoas e comunidades coloca a tónica na democracia participativa, utilização dos recursos endógenos e no exercício de cidadania pleno e ativo da população, afirmando que a satisfação das suas necessidades biopsicossociais é uma consequência do desenvolvimento e não a base do conceito (Amaro, 2003). Neste âmbito, na década de 90, os conceitos de Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo adquirem valor científico e, embora diferentes, têm em comum o facto de enfatizarem que o processo de melhoria da qualidade de vida e de resolução das problemáticas dos territórios está indissociável das capacidades e competências dos/as cidadãos/ãs, desde o processo de diagnóstico, planeamento, execução até à avaliação (idem).

O terceiro e último domínio relaciona o desenvolvimento com o respeito pelos direitos humanos fundamentais e pela missão de assegurar as necessidades humanas básicas e de dignidade humana, em várias dimensões e implicaram a emergência, na década de 90, dos conceitos de Desenvolvimento Humano e de Desenvolvimento Social (Amaro, 2003). O primeiro conceito foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do qual resultou o Índice de Desenvolvimento Humano que diz respeito a um indicador complexo que incide sobre três dimensões básicas do

desenvolvimento humano. São elas, uma vida longa e saudável, avaliada pela esperança média de vida; a aquisição de conhecimento, medido pela média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados; e acessibilidade a recursos e instrumentos para ter um nível de vida digno, mensurado através do rendimento nacional bruto *per capita*, não descurando as gerações futuras, a proteção da segurança pessoal e o alcance de igualdade entre mulheres e homens (Jahan, 2015; Amaro, 2003). Nesta linha de pensamento, Amartya Sen (2003) menciona que para existir Desenvolvimento Social é basilar considerar o desenvolvimento como um “processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza” (p. 19), sendo o reforço da liberdade humana, concomitantemente, um fim e um meio para atingir o desenvolvimento. Na ótica do autor acima citado, o desenvolvimento é um processo integrado que implica a presença de 5 tipos de liberdades fundamentais de modo a permitir a um/a cidadão/ã viver mais livremente, designadamente (i) liberdades políticas; (ii) disponibilidades económicas; (iii) oportunidades sociais; (iv) garantias de transparência; e (v) previdência social. Face ao exposto, é fundamental as entidades estatais adotarem medidas e ações em harmonia com os determinantes sociais anteriormente enunciados, de modo a garantir a igualdade de oportunidades e mitigar contextos sociais que restrinjam as potencialidades das pessoas, adensem os processos de desigualdade e de exclusão e reduzam a possibilidade de executarem a sua liberdade positiva (*idem*).

O segundo conceito – Desenvolvimento Sustentável – decorreu da Conferência de Copenhaga, em 1995, e trata-se do processo pelo qual as entidades governativas e supragovernamentais asseguram as condições básicas de bem-estar social às populações, através do salário mínimo, escolaridade mínima obrigatória, cuidados elementares de saúde, condições dignas de trabalho (Amaro, 2003). A aditar ao exposto, Amaro (2003) na sua obra alude ainda à definição de Desenvolvimento Integrado que, não possuindo o mesmo valor teórico-prático das anteriormente mencionadas, é baseado numa abordagem interdisciplinar que agrega distintas categorias materiais e existenciais da vida humana e do desenvolvimento cruciais nos processos de mudança e transformação individual e coletiva.

Resumindo, a renovada abordagem concetual e epistemológica acerca do processo de desenvolvimento aqui apresentado abriu novos horizontes para a sociedade, designadamente uma visão multidimensional e interdisciplinar do desenvolvimento, o

foco na satisfação das necessidades com vista à capacitação das comunidades, ênfase dos processos de cidadania e participação ativa e plena, conexão com a Natureza, através de uma interdependência sistémica, destaque para a multiterritorialidade, a nível local, nacional e global e a importância de modelos de trabalho em rede e parcerias integradas e concertadas entre o público, privado e comunidades (Amaro, 2003), incluindo as organizações da sociedade civil.

2. Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

2.1. Contexto Histórico Português

No domínio das organizações da sociedade civil, pela sua atuação ímpar ao nível da promoção dos Direitos Humanos e Cidadania Global, importa destacar a atuação das ONGD. Historicamente, no que toca ao contexto português, somente após a Revolução de 25 de abril de 1974, emergiram, formalmente, as ONGD, pois, até à data, apesar de existirem instituições que desenvolviam a sua ação no âmbito da ajuda humanitária, o seu percurso institucional e interventivo não se coadunava com o enquadramento das ONGD (Ribeiro & Marques, 2002). Neste sentido, emerge, em 1974, o Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial², a primeira ONGD portuguesa, de carácter associativo e sem fins lucrativos, que possuía como finalidade a defesa da independência das colónias e luta pelos movimentos de libertação (Ribeiro, 1995).

Volvidos mais de dez anos, em 1985, é constituída a Plataforma Portuguesa das ONGD devido à necessidade das organizações de carácter não governamental se posicionarem ativamente face ao Governo português e entidades supragovernamentais para a edificação de políticas e ações positivas no âmbito do Desenvolvimento e Cooperação (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2022a). A sua constituição foi um momento-chave no âmbito das ONGD e que impulsionou a conceção de um maior número de organizações com distintos intentos e formas de agir, contudo com uma vontade unificadora de desenvolver uma ação concertada na área da Cooperação para o Desenvolvimento (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014).

Mais tarde, em 1992, destaca-se, a nível europeu, a assinatura da Carta de Berlim que corporizou uma intervenção coletiva de grupos comunitários, autarquias e organizações não governamentais europeias, com o propósito de executar um modelo de Desenvolvimento Sustentado (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012).

² Atualmente, denominada de CI DAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012).

Em termos legais, após extensas negociações da Plataforma com o Estado, emerge, em 1994, a Lei n.º 19/94 que reconhece os Estatutos das ONGD, definindo os seus princípios gerais e as suas formas de atuação e organização. Posteriormente, em 1998, é promulgada uma revisão dos Estatutos pela Lei n.º 66/98, publicada em Diário da República a 14 de outubro de 1998, sendo as ONGD definidas nesse documento como organizações da sociedade civil constituídas por pessoas singulares ou coletivas de direito privado, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e com sede em Portugal. De acordo com a lei suprarreferida, as ONGD podem assumir a forma de uma associação, fundação, cooperativa ou organização canonicamente ereta, contudo não é admissível possuir natureza político-partidária, sindical ou religiosa, nem executar atividades de cooperação militar. São intento das ONGD elaborar, desenvolver e fornecer suporte a programas, projetos e ações em países em desenvolvimento, no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, Ação Humanitária e de Emergência e Proteção e Promoção dos Direitos Humanos³ (idem). Trata-se de um documento legislativo basilar, na medida em que estabelece o enquadramento jurídico que distingue as ONGD das demais entidades da sociedade civil, não obstante apresenta-se profundamente obsoleto, face às complexas e desafiantes mutações, a nível nacional e internacional, em que as organizações atualmente edificam a sua ação carecendo, na ótica da Plataforma, de um processo de atualização (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014).

No seguimento do quadro legal e jurídico apresentado, em 1999, a Plataforma Portuguesa das ONGD institui-se, por via de escritura pública, como associação de carácter nacional, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, sendo este fenómeno determinante para o fortalecimento e relevância do trabalho da Plataforma na reflexão e promoção no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento em Portugal, permitindo assim a elaboração de novas conceções teórico-práticas (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014). Neste sentido, a Plataforma possui como missão melhorar e incrementar o trabalho das ONGD, através de uma lógica de partilha de conhecimentos, trabalho em rede e responsabilidade, contribuindo assim para o bem-

³ De acordo com o artigo 9.º da Lei n.º 66/98, de 14 de outubro, são áreas de intervenção das ONGD: “a) ensino, educação e cultura; b) assistência científica e técnica; c) saúde, incluindo assistência médica, medicamentosa e alimentar; d) emprego e formação profissional; e) proteção e defesa do meio ambiente; f) integração social e comunitária; g) desenvolvimento rural; h) reforço da sociedade civil, através do apoio a associações congéneres e associações de base nos países em vias de desenvolvimento; i) educação para o desenvolvimento, designadamente através da divulgação das realidades dos países em vias de desenvolvimento junto da opinião pública.” (p.5308)

comum e um mundo mais justo e equitativo, do ponto de vista social, económico e ambiental (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2022b).

O ano de 2001 é marcado pela assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma, bem como a conceção de uma linha de cofinanciamento para projetos de ONGD no domínio do apoio ao desenvolvimento. Contudo, em 2004, no seguimento de tensões políticas e ideológicas com o organismo estatal responsável pelos financiamentos, ocorreu a suspensão temporária das regras de co-financiamento que apenas foram repostas, em 2005, com a criação de uma segunda linha de financiamento no domínio da Educação para o Desenvolvimento (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012). A partir de 2009, decorreu uma consolidação do vínculo entre a Plataforma e o Estado com a assinatura de um Contrato Programa para o período 2009-2013 que visava a capacitação técnica e operacional das organizações e o reconhecimento público da sua intervenção.

Todavia, em 2012, face ao contexto sociopolítico e económico de fragilidade vivenciado em Portugal, ocorreu novamente uma grande instabilidade nos financiamentos que impuseram múltiplos desafios para as ONGD desenvolverem eficientemente o seu trabalho (idem). É perante esta realidade complexa que é elaborado o Conceito Estratégico para a Cooperação Portuguesa 2014-2020 que explana as prioridades nacionais de atuação nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência e é aprovado o Plano Estratégico da Plataforma Portuguesa das ONGD 2014-2018 (Ribeiro, 2020; Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014).

Atualmente, são 64 as ONGD que integram a Plataforma e findo o último pacote estratégico, encontra-se em análise a (re)definição de objetivos e modelos de intervenção da Estratégia de Cooperação Portuguesa para o período de 2021-2030, de modo a estar em consonância com os desígnios da Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2022c; Ribeiro, 2020).

Concluindo esta breve contextualização histórica, importa reconhecer o trabalho de excelência e imprescindível da Plataforma nas áreas de atuação e, em particular, das ONGD, que tem sido marcado, ao longo dos anos, por uma larga incerteza, avanços e recuos (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014) e múltiplos desafios ideológicos, políticos, financeiros e sociais sendo, na contemporaneidade, importante cimentar a

parcerias Estado-Mercado-Sociedade Civil, tirando máximo partido dos fundos comunitários europeus e internacionais, elementares para manter a sustentabilidade financeira das ONGD (República Portuguesa, 2020).

2.2. Áreas de Atuação

A visão interdisciplinar e multisetorial do desenvolvimento alicerçada em metodologias e estratégias de intervenção inovadoras vem reforçar a importância do trabalho das ONGD, enquanto “operacionais ou práticos do desenvolvimento” (Milando, 2005, p. 56).

Neste seguimento, esta tipologia de intervenção orienta a sua ação numa lógica de *bottom-up* com as comunidades locais, possui uma elevada força de trabalho de caráter voluntário (Ribeiro & Marques, 2002) e desenvolve um trabalho singular, enquanto “parceiros para o desenvolvimento” e “agentes catalisadores”, ao fomentarem a participação cívica e económica dos/as cidadãos/ãs e apoiarem as populações em situação de maior fragilidade e vulnerabilidade social no incremento do acesso a recursos técnicos e financeiros (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014). A aditar ao exposto, o agir profissional destas entidades passa pela consciencialização e (in)formação pública, face às problemáticas e necessidades dos países em desenvolvimento, a par com a conceção de estratégias e linhas de intervenção, com vista ao alívio do sofrimento humano, melhoria da qualidade de vida dos/as indivíduos/as e, em última instância, à mudança e transformação individual e coletiva (idem).

De acordo com a Plataforma Portuguesa das ONGD (2012), a intervenção das ONGD assenta nos valores preconizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta Europeia das ONGD, nomeadamente justiça social, igualdade e respeito pelos direitos humanos, participação ativa dos beneficiários, participação dos atores da sociedade civil na edificação das políticas e ações de cooperação e desenvolvimento dos seus parceiros do sul.

Na ótica da Plataforma Portuguesa das ONGD, o agir profissional das ONGD tem-se desenvolvido, principalmente, em três grandes áreas de atuação que importa seguidamente descrever e tecer breves considerações, são elas (i) a Cooperação para o Desenvolvimento, (ii) Ajuda Humanitária e Emergência e (iii) Educação para o Desenvolvimento.

2.2.1. Cooperação para o Desenvolvimento

Ao longo do percurso histórico, o conceito de Cooperação para o Desenvolvimento tem sofrido substanciais mutações, fruto da evolução do conceito que lhe está subjacente e descrito anteriormente – o Desenvolvimento. Neste seguimento, e apesar de não existir uma conceção amplamente aceite pela comunidade científica, a Plataforma Portuguesa das ONGD (2014) define a Cooperação para o Desenvolvimento como uma área que pretende “apoiar regiões, países e comunidades em dificuldade e que estão inseridos num contexto marcado por um desequilíbrio na repartição dos recursos e das oportunidades a nível mundial” (p. 9). Tendo em conta a aldeia global e interdependente onde vivemos, implica um trabalho numa lógica de parceria, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, com o intuito de mitigar as desigualdades e vulnerabilidades socioeconómicas e onde os/as sujeitos/as possuam uma participação plena e ativem conscientemente as suas capacidades e competências em todo o processo de mudança social.

Na atualidade, a Cooperação para o Desenvolvimento desenvolve-se, na generalidade, por via de programas e projetos em distintos domínios de intervenção, a saber: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Comunitário, Saúde, Educação Formal e Informal, Formação Técnica, Igualdade de Género, Direitos Humanos, Participação e Cidadania, Influência Política (Lobby e Advocacy), entre outros (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014). Esta área de atuação caracteriza-se, normalmente, por uma ação prolongada no tempo, a programação e execução de uma ação bem estruturada, pouco flexível e fortemente concertada com os vários atores locais pelo conhecimento que os mesmos detêm da realidade do território (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2020).

Ao nível do financiamento, a Cooperação para o Desenvolvimento abrange recursos financeiros variados no que tange à sua origem e natureza, nomeadamente (i) Fluxos Públicos que engloba a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e outros fluxos oficiais (empréstimos, créditos à exportação, participações, etc.); (ii) Donativos das ONG (que inclui, contribuições em géneros); e (iii) Fluxos Privados (investimento direto, empréstimos bancários, créditos privados à exportação, etc.) (Afonso & Fernandes, 2005).

No quadro socioeconómico atual, a APD constitui um dos instrumentos de financiamento público mais relevante e determinante, pois permite a implementação e execução de programas e projetos com vista à erradicação da pobreza, da exclusão social e na promoção dos Direitos Humanos, principalmente, em países mais pobres que detêm mais dificuldades na captação de outro tipo de financiamento e, para além do exposto, não requer o pagamento aos países doadores estando assente numa lógica de solidariedade global (Oliveira, 2017).

Ao nível da APD, os Estados figuram-se como os principais financiadores de projetos de Desenvolvimento e podem estabelecer a sua parceria, por via de três canais, designadamente (i) Cooperação Bilateral, (ii) Cooperação Multilateral e (iii) Cooperação Descentralizada (Afonso & Fernandes, 2005). O primeiro tipo de Cooperação é aquela em que os países doadores canalizam os seus recursos financeiros e/ou técnicos diretamente para os países beneficiários da ajuda, seja para a entidade governamental ou outro tipo de instituição local (Afonso & Fernandes, 2005; Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014). Refere-se ajuda multilateral quando os estados doadores mobilizam os seus fundos para organizações internacionais multilaterais⁴, tais como Comissão Europeia, Organização das Nações Unidas (ONU), Bancos de Desenvolvimento, de modo que estas entidades façam uma gestão das verbas mais eficiente e eficaz (idem). Por outro lado, a cooperação descentralizada diz respeito à ação realizada por administrações estatais do poder local, por exemplo Câmaras Municipais, Regiões Autónomas, Instituições de Ensino e que tem como intuito integrar agentes locais ativos e conscientes acerca das dinâmicas, necessidades e problemáticas das comunidades na tomada de decisão sobre a implementação e execução de ações de desenvolvimento, com vista à prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e edificação de uma sociedade mais equitativa e justa (idem).

Neste âmbito, implica aludir ao Relatório Aid Watch⁵ Portugal 2017 que menciona que a APD tem sofrido “um grave retrocesso, não só no que diz respeito aos

⁴ De acordo com o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, organizações multilaterais são entidades constituídas por governos de países que orientam a sua ação em atividade, com vista ao desenvolvimento e apoio a países recetores (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014).

⁵ O Grupo de Trabalho Aid Watch trata-se de um grupo que visa efetuar a monitorização e análise crítica acerca da evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento em Portugal, tendo como base os desígnios internacionais acerca da Cooperação para o Desenvolvimento Atualmente, é constituído por 4 entidades, nomeadamente Associação para a Cooperação entre os Povos, ADRA Portugal, AIDGLOBAL e Helpo (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2022d).

sucessivos cortes de recursos públicos disponibilizados, como também ao nível da eficácia, ou seja, da qualidade dos fundos canalizados para os países parceiros” (Oliveira, 2017, p. 14). De forma geral, os países membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico têm ficado aquém do compromisso instituído de mobilizar 0,70% do seu Rendimento Nacional Bruto para a APD, onde se inclui Portugal que na realidade nunca se aproximou desta meta e, em 2016, atingiu um valor mínimo histórico canalizando apenas 0,17% (idem). Paralelamente, face às complexas mutações societárias e de modo a estar em consonância com a Agenda de 2030, emerge o apelo por parte dos estados membros para a necessidade de modernização e atualização do conceito de APD (idem).

2.2.2. Ajuda Humanitária e de Emergência

A Ajuda Humanitária e de Emergência (AHE) possui como finalidade apoiar, de forma célere e eficaz, comunidades que se encontrem numa situação de perigo, sofrimento e miséria humana, em consequência de calamidades, epidemias, catástrofes naturais e/ou desastres originados pelo ser humano como conflitos ou violações generalizadas de direitos humanos (Freitas, 2020).

Esta área de atuação caracteriza-se, normalmente, por um trabalho pontual e breve no tempo, sustentada em protocolos de resposta antecipadamente estipulados, contudo com um elevado grau de flexibilidade e adaptação face à situação política e humanitária do território (Freitas, 2020). A intervenção no âmbito da AHE é baseada num conjunto de diretrizes e normas político-legais internacionais de garantia e promoção dos direitos humanos e direcionada para as necessidades percebidas das vítimas, de salientar o princípio da humanidade, neutralidade, independência, imparcialidade, não discriminação e autonomia relativamente aos interesses políticos, económicos e militares do território afetado (idem).

De acordo com Freitas (2012), é possível distinguir quatro níveis de intervenção da AHE, nomeadamente (i) ações no âmbito de emergência nos dias após às catástrofes naturais ou fenómenos provocados pelo humano; (ii) prevenção de conflitos e desastres naturais, através de sistemas de alerta antecipado e de estratégias de intervenção pertinentes, tais como diplomacia preventiva; (iii) resposta na transição entre o alívio, reabilitação e desenvolvimento; (iv) ações em crises esquecidas, isto é, contextos de conflito prolongado no tempo sem uma resposta sustentável e que decorra a necessidade de apoio humanitário.

Neste sentido, é função das ONGD, enquanto parceiras para o desenvolvimento, acionar e mobilizar distintos tipos de auxílio que garantam a sobrevivência, em condições dignas, das populações afetadas, nomeadamente o envio de medicação e apoio nos cuidados de saúde, construção de abrigos provisórios, distribuição de roupa, alimentação e de bens essenciais à subsistência das vítimas, entre outras ações (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014; 2020).

De destacar, que este tipo de fenómenos acarreta indubitavelmente variadas e devastadoras consequências para o território, por exemplo infraestruturas destruídas, rede de comunicações não restabelecidas, parca disponibilidade ou ausência de acesso a água, luz, gás, alimentação, desordem no normal funcionamento da comunidade, face ao movimento migratório dos refugiados, repatriados e deslocados etc. (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014). Assim, as ONGD têm como função também auxiliar as comunidades na reabilitação e reconstrução de infraestruturas e equipamentos, em parcerias com os agentes locais e governo nacional (Freitas, 2012). Assim, e apesar do restabelecimento pouco a pouco da capacidade de intervenção local, em algumas situações extremas, não é possível o desenvolvimento normal da comunidade sem o apoio externo e especializado a médio e a longo prazo das ONGD, ao nível da melhoria das condições de vida da população, principalmente, em países com fracos recursos, conduzindo assim à implementação de programas mais estruturados e prolongados de Cooperação para o Desenvolvimento (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014).

Em termos de financiamento, Freitas (2012) é muito premente ao afirmar que Portugal não possui linhas de financiamento ou fundos independentes no âmbito da AHE para auxiliar comunidades em situação de maior vulnerabilidade devido a catástrofes de origem natural e/ou por causas humanas.. Atualmente, Portugal possui um documento estratégico operacional em AHE, promulgado em 2015, contudo, a prática “tem-se pautado por decisões políticas *ad hoc* sobre onde e como responder a situações de crise, colocando em causa o respeito pelos princípios humanitários” (Freitas, 2020, p. 15).

2.2.3. Educação para o Desenvolvimento

A Educação para o Desenvolvimento é uma das áreas de atuação mais reconhecidas e preponderantes no seio das ONGD e crucial para alcançar os objetivos

definidos nos projetos de Cooperação para o Desenvolvimento (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014).

Em termos históricos, emerge associada aos processos de descolonização do período pós-guerra e difusão de campanhas humanitárias, com o intento de (in)formar e consciencializar as populações (idem). No contexto português, a Educação para o Desenvolvimento foi assumindo, ao longo das últimas duas décadas, uma crescente importância que foi consolidada com a conceção de uma linha anual de cofinanciamento, aprovada em 2005, e, mais tarde, em 2010 com a apresentação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) (idem).

De acordo com a ENED 2018-2022 que sucede a ENED 2010-2016, a Educação para o Desenvolvimento é concetualizada como um processo pedagógico de aprendizagem que orienta a sua ação, sob valores como a solidariedade, equidade, justiça e inclusão e que visa a transformação das sociedades, partindo da capacidade crítico-reflexiva permanente das pessoas. A presente área de atuação engloba três dimensões, nomeadamente a sensibilização da comunidade, incitando o espírito crítico relativamente ao seu vivido e meio envolvente, fomentado o processo de mudança; a consciencialização das pessoas acerca das suas potencialidades e dos seus limites, possibilitando a avaliação e implementação de estratégias, de modo a combater as injustiças e desigualdades sentidas; e, por último, a influência política, particularmente, no que toca às políticas públicas que desencadeiam e perpetuam situações de vulnerabilidade e exclusão social, expondo alterações às mesmas, com vista à promoção do bem comum a nível local e global (idem).

A Educação para o Desenvolvimento possui como enfoque temas transversais e com vista ao desenvolvimento sustentável, tais como a proteção dos direitos humanos, a promoção de uma cultura de paz e de democracia, a promoção da justiça social, a defesa da sustentabilidade ambiental, económica e social, bem como a promoção da interculturalidade, da não discriminação e da igualdade de género.

i. Educação para a Não Discriminação e Igualdade de Género

No âmbito da Educação para o Desenvolvimento e para o que importa para o presente trabalho académico, importa explanar a intervenção efetuada no âmbito da promoção da não discriminação e da igualdade de género.

A promoção da não discriminação e da igualdade de género constitui uma ação nuclear para a União Europeia sendo, concomitantemente, um direito fundamental, um

princípio chave do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, bem como um indicador de crescimento, inovação e prosperidade da União Europeia (Comissão Europeia, 2020). Contudo, nos últimos anos, os avanços ao nível de igualdade entre mulheres e homens figura-se morosa e nem sempre irreversível, isto é, as discrepâncias de género perpetuam-se a nível laboral, salarial, na prestação de cuidados e nos cargos de decisão e poder. Simultaneamente, decorre um crescimento da violência e o assédio com base no género em distintos contextos sociais, como também a continuidade dos estereótipos de género tendo consequências nefastas na saúde física, psicológica e na qualidade de vida das vítimas (idem).

Os dados da Comissão Europeia (2020) corroboram o exposto ao afirmarem que 33% das mulheres na União Europeia já foram vítimas de violência física e/ou sexual, 55% das mulheres já foram assediadas sexualmente e 600 000 mulheres e raparigas já foram vítimas de mutilação genital feminina na Europa. A aditar ao descrito, 44% dos europeus consideram que a atividade mais importante da mulher é cuidar da casa e da família, nesta linha de pensamento, no que concerne às tarefas domésticas a mulheres despende de 22h por semana enquanto os homens apenas 9h e, em termos laborais, a disparidade salarial entre homens e mulheres está fixada em 15,7%.

Face ao exposto, a Comissão Europeia (2020) definiu a Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025, onde propõe fomentar a igualdade de género, por via de medidas específicas interligadas com a consolidação da afirmação da perspetiva de género em todos os domínios de ação da União Europeia, quer internamente quer externamente. De destacar, a prevenção e combate à violência de género, incluindo no assédio sexual, no abuso sexual, na mutilação genital feminina, no aborto forçado e no casamento precoce e forçado; combater estereótipos de género; mitigar as disparidades entre mulheres e homens no emprego; promover uma melhoria da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar; garantir uma participação equitativa em distintas áreas da economia; atenuar as diferenças de género no âmbito da prestação de cuidados, entre outras.

Em consonância com as diretrizes europeias, em janeiro de 2018, o estado português publicou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (ENID) 2018-2030 que se encontra operacionalizada em três Planos de Ação, são eles o Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens; Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica; e

o Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais.

Em termos de financiamento e de modo a alcançar as medidas definidas até ao final de 2021 da ENIND, importa aludir à Tipologia de Operação dirigida à Formação de Públicos Estratégicos, regulamentada nos artigos 134.º a 137.º do Regulamento Específico referente ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego⁶ (POISE). O presente programa operacional é composto por quatro eixos prioritários, entre eles o Eixo Prioritário 3 que pretende promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação que, de forma mais específica, visa, entre outros objetivos, promover a igualdade de oportunidades e género, por via da tipologia de operação 3.15 – Formação de Públicos Estratégicos (POISE, 2022b). Esta Tipologia de Operação possui como finalidade qualificar profissionais que possuem funções em áreas associadas à promoção da igualdade de oportunidades e de género, ao combate à discriminação, à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos e que prestam apoio e acompanhamento especializado a vítimas e agressores (idem).

Feito este enquadramento teórico dos temas estruturais que alicerçam o trabalho das ONGD, passamos no próximo capítulo à apresentação da instituição onde decorreu o presente Estágio Curricular.

⁶ O POISE visa apoiar intervenções que fomentem uma maior inclusão e melhor emprego em Portugal (POISE, 2022a)

II. Caracterização Institucional

A Akto, Associação de direito privado sem fins lucrativos e ONGD, emergiu por escritura pública, no dia 5 de junho de 2015, e encontra-se sediada na Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, nº 53, 5N, 3040-245, Coimbra, Portugal (Akto, 2015). O contacto telefónico é 239 440 272 ou 913 247 749 e pode ainda contactar-se a organização através do endereço de correio eletrónico geral@akto.org ou *website* www.akto.org/pt/ (idem). No que tange aos Órgãos Sociais, a Akto é constituída pela Assembleia Geral, pelo Conselho Fiscal e pelo órgão executivo, a Direção, a quem compete zelar pelo bom funcionamento dos serviços e cumprimento das normas descritas na Lei, nos Estatutos (2021a) e nas deliberações dos órgãos da Associação (Akto, 2021a).

De acordo com a alínea 2 do artigo 2º dos seus Estatutos (2021a), a Akto visa “fomentar a educação, a promoção e a intervenção em Direitos Humanos e Democracia, enquanto fatores estruturantes de uma mudança positiva no mundo, promovendo a integração social e comunitária de populações mais vulneráveis e em risco” (Akto, 2021a). De forma específica, pretende contribuir para a efetivação e disseminação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), designadamente a promoção da Igualdade de Género e o combate ao Tráfico de Seres Humanos; apoiar ao Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência, através de uma intervenção inovadora e socialmente responsável; fomentar os direitos e interesses específicos de grupos vulneráveis e em risco, tais como migrantes, mulheres, homens, crianças, jovens e minorias étnicas; promover e dinamizar educação e formação em Direitos Humanos e Democracia; e ainda estabelecer e subscrever parcerias, protocolos e intercâmbio de experiências com entidades nacionais e internacionais (idem).

Trata-se de uma organização que almeja adquirir reconhecimento e relevância no contexto nacional e internacional na área dos Direitos Humanos, Democracia e Paz, baseando assim a sua conduta em Valores como a Humanidade, a Colaboração, a Transparência e a *Accountabilty*, a Ambição e a Criatividade (Akto, 2021b).

1. Eixos Estratégicos de Intervenção

De modo a alcançar os objetivos preconizados, a Associação está estruturada em cinco eixos estratégicos de intervenção, nomeadamente, (i) Educação e Formação em Direitos Humanos e Democracia, (ii) Ajuda Humanitária de Emergência e Cooperação

para o Desenvolvimento, (iii) Intervenção Social e Comunitária em Portugal, (iv) *Marketing* e Comunicação e (v) Gestão, os quais vão ser alvo de uma breve descrição.

a. Educação e Formação em Direitos Humanos e Democracia

A Educação e Formação é um eixo de intervenção basilar da Akto e advém da necessidade de colmatar um défice nacional ao nível da formação especializada e capacitação de profissionais das áreas das ciências sociais e humanas e voluntários para problemas estruturais da esfera societal (Akto, 2015). Neste seguimento, é objetivo estratégico da presente organização edificar um Centro de Formação inovador, sustentável e de referência nacional em matéria de Direitos Humanos, Democracia, Igualdade de Género, Violência de Género, Tráfico de Seres Humanos e Mutilação Genital Feminina, baseando o seu agir em metodologias de educação não formal, aprendizagem de competências e/ou desenvolvimento de potencialidades e de exercícios práticos de capacitação (idem).

Neste sentido, a Akto tem desenvolvido cursos de formação no domínio do Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência direcionado para profissionais e voluntários/as que pretendam integrar equipas de saúde, trabalho social e humanitário, a nível nacional e internacional. A saber, “Primeiros Socorros em Ajuda Humanitária e de Emergência”, “Preparação de Equipas para Situações Multivítimas” (Akto, 2016a), “Introdução ao Sistema da Organização das Nações Unidas e às Operações de Manutenção da Paz”, “Preparação logística em Ajuda Humanitária de Emergência”, “Processos de Radicalização e Estratégias de Intervenção” (Akto, 2017a), “Cuidados Médicos em Populações Móveis e em AHE”, “Crises Humanitárias no Mundo” e “Violência Baseada no Género em Contexto Humanitário” (Akto, 2016b), entre outros.

Paralelamente, tem elaborado ações de sensibilização e *workshops* junto de jovens e estudantes do ensino básico, secundário e superior com o intuito de sensibilizar e formar para temáticas explanadas nos ODS, tais como os Direitos Humanos, Democracia, Migrações e Refugiados, Violência Doméstica, Educação Sexual, Tráfico de Seres Humanos, Igualdade de Género, Orientação Sexual e Identidade de Género (Akto, 2017a).

No âmbito da Educação e Formação, importa ainda mencionar a conceção, candidatura e atual execução do projeto no âmbito da tipologia 3.15 - Formação em Públicos Estratégicos - cofinanciado pelo POISE, Portugal 2020 e União Europeia,

através do Fundo Social Europeu, sendo o organismo intermédio a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) (Akto, 2021c). Este projeto desenvolvido, respetivamente, na Região Norte e Centro, tem como intuito promover a qualificação de técnicos que desempenham funções no setor jurídico, educativo, saúde, social, emprego e órgãos de polícia criminal em domínios que concorram para os objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030 – “Portugal + Igual”, nomeadamente: a) a promoção de igualdade de oportunidades e de género; b) o combate à discriminação em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género; c) a prevenção e combate à violência doméstica e de género, incluindo a mutilação genital feminina; d) a prevenção e combate de tráfico de seres humanos e; e) atendimento e acompanhamento especializado e integrado a vítimas e agressores (cf. Tabela 1.) (Akto, 2021c). De acordo com a Tabela 1., foi definida a realização de um total de 27 ações de formação na região centro e 10 ações na região norte, entre fevereiro de 2021 e dezembro de 2021, contudo, face à problemática da COVID-19, o projeto foi prolongado até dezembro de 2022.

Tabela 1. Formações desenvolvida pela Akto no âmbito da tipologia 3.15 – Formação de Públicos Estratégicos

Formação	Duração ⁷	Nº de Ações	
		Região Centro	Região Norte
Formação de Públicos Estratégicos para obtenção da especialização em Igualdade de Género	58h	1	4
Formação de Formadores/as para a obtenção da especialização em Igualdade de Género	72h	2	2
Formação sobre Género, Igualdade e Cidadania	45h	6	-
Formação de agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate ao tráfico de seres humanos e no apoio às vítimas	30h	7	4
Formação de agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate a práticas nefastas, em particular, à Mutilação Genital Feminina.	18h	6	-
Formação nos domínios da Orientação Sexual e	18h	4	-

Identidade de Género			
Formação de agentes, qualificados/as que atuem no domínio da Violência Doméstica e/ou da prevenção da vitimização ou revitimização desta – Técnicos/as de Apoio à vítima.	90h	1	-
Total		27	10

Fonte: Elaborada pela estagiária

As ações têm em consideração os referenciais de formação disponibilizados pela CIG⁷ para as distintas áreas de intervenção. De destacar que, sempre que previsto no respetivo referencial e até ao limite de horas estipuladas, o curso pode integrar conteúdos programáticos adicionais, desde que devidamente orientados para as características/necessidades do tema versado na formação e do público-alvo a que a ação se dirija. (POISE, 2019). Pese embora, exista preferência pela modalidade de formação presencial, atualmente, face ao contexto pandémico provocado pela COVID-19, as ações decorreram em sessões síncronas, por via da plataforma zoom (CIG, 2021).

No contexto do presente eixo estratégico de intervenção, importa referir que, em setembro de 2021, a Akto foi acreditada como entidade formadora, pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, sendo-lhe reconhecidos formalmente competências, meios e recursos adequados para desenvolver processos associados à formação nas seguintes áreas de educação e formação: 312 – Sociologia e outros estudos, 313 – Ciência Política e Cidadania; e 762 – Trabalho Social e Orientação.

b. Ajuda Humanitária de Emergência e Cooperação para o Desenvolvimento

No que concerne ao presente eixo de intervenção este visa fornecer as necessidades humanas básicas a populações em situação de carência económica, contextos de guerra, epidemias ou catástrofes naturais, de forma a instruir e ampliar as potencialidades dos/as cidadãos/ãs para um desenvolvimento local integrado e sustentado (Akto, 2017b).

Neste seguimento, a Akto tem realizado um conjunto variado de cursos de formação e intercâmbios em distintos países da União Europeia, ao abrigo do Programa

⁷ Disponíveis em <https://www.cig.gov.pt/area-pt2020/informacao-para-entidades-beneficiarias/referenciais-de-formacao/>

Erasmus +, que reúne jovens de diferentes nacionalidades e culturas abordando a temática dos Direitos Humanos, Democracia e Cidadania, através de programas de *Youth Exchange e Training Courses* (idem).

Neste âmbito, importa salientar o intercâmbio *You(th) Against Trafficking* que decorreu entre janeiro e junho de 2017 e que visou consciencializar um total de 30 jovens, entre os 18 e os 25 anos da Suécia, Roménia, Bélgica, Grécia, Polónia e Portugal, para a problemática do Tráfico de Seres Humanos e para a importância do trabalho digno na Europa, com o intuito de fomentar o compromisso dos mesmos com os desígnios europeus de solidariedade, tolerância, cidadania ativa, direitos humanos, diálogo intercultural e de inclusão social (Akto, 2021d). Por via de estratégias educativas não formais, o intercâmbio pretendeu providenciar a um conjunto de jovens com distintas carências e origens ferramentas transformadoras dirigidas para a promoção dos direitos humanos a nível global, bem como redes de investigação e de boas práticas para prevenção no domínio do Tráfico de Seres Humanos (idem).

Na área da igualdade de género, interessa destacar o projeto *We Stand for Gender Equality* promovido entre agosto de 2017 e janeiro de 2018 e que tinha o propósito, através da educação não formal, de incitar à capacidade crítica e de reflexão de um grupo de 30 jovens com idades compreendidas entre os 18 aos 25 anos, oriundos da Espanha, Grécia, Turquia, Macedónia e Portugal sobre as questões, os desafios, os mecanismos e possíveis soluções para consciencializar a sociedade para a temática da igualdade de género, identificando e partilhando boas práticas de consciencialização da opinião pública (Akto, 2021e).

c. Intervenção Social e Comunitária em Portugal

No âmbito nacional, é objetivo da ONGD garantir o acesso a bens essenciais de grupos socialmente vulneráveis, estratégicos ou em situação de risco, bem como fomentar ações de sensibilização para a sociedade em geral para distintos temas intimamente relacionados com os Direitos Humanos (Akto, 2017b).

Neste seguimento, a entidade desenvolveu o “Programa H e M – Promoção da Cidadania e Igualdade de Género entre os Jovens”, em parceria com o Instituto Promundo, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coalt – Consultadoria para o Desenvolvimento, no âmbito da Tipologia 3.16 – Apoio Técnico e Financeiro às Organizações da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, cofinanciado pelo

POISE, Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Social Europeu, sendo o organismo intermédio a CIG (Akto, n.d.). Este projeto teve a duração de 24 meses, com o início a 1 de setembro de 2016 e término a 31 de dezembro de 2018, e teve como finalidade promover, capacitar e sensibilizar para as questões associadas à cidadania, igualdade de género e cultura de não-violência (idem). O Programa era direcionado para jovens em situação de institucionalização do distrito de Coimbra, com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos, por via da adaptação dos Programas H e M, metodologias transformadoras de normas de género, elaboradas pelo Instituto Promundo e avaliadas a nível internacional (idem).

A aditar ao exposto, a Akto, no domínio da Intervenção Social e Comunitária em Portugal, teve a aprovação de um projeto no âmbito da tipologia 3.17.3. – Combate ao Tráfico de Seres Humanos, cofinanciado pelo POISE, Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Social Europeu, sendo o organismo intermédio a CIG (Akto, 2021f). O projeto consistiu na criação do primeiro Centro de Acolhimento e Proteção (CAP) para Crianças Vítimas de Tráfico de Seres Humanos sinalizadas em Portugal, com idades entre os 0 e os 21 anos, em funcionamento desde agosto de 2018 (idem). O CAP tem como propósito assegurar um espaço seguro, digno e acolhedor que promova o bem-estar biopsicossocial das crianças e jovens, por meio de um agir profissional efetivo, especializado e orientado para as suas necessidades médicas, psicológicas, jurídicas e socioeducativas (idem).

d. *Marketing* e Comunicação

A área do *Marketing* e Comunicação, a par com os eixos estratégicos anteriormente descritos, reveste-se de extrema pertinência para posicionar a Akto como um ator de referência e de notoriedade no contexto nacional no domínio dos Direitos Humanos e Democracia, assumindo-se pelos seus três vetores de atuação: Educação, Promoção e Intervenção (Akto, 2017b). Este eixo estratégico desenvolve atividades de promoção da imagem da ONGD, investindo na sua divulgação e reconhecimento pela comunidade, de modo a incrementar a sua capacidade de angariação de fundos e a sua sustentabilidade. De destacar, a definição do *branding*⁸ da Akto; a criação do *website* institucional que se edificou como um facilitador na comunicação e interação com os

⁸ A saber, o Manual de Normas Gráficas, a Assinatura da Akto, o *design* da capa de documentos, o papel de carta, o envelope, o *template* de apresentação do PowerPoint, a Assinatura de email, os cartões de visita, os *templates* de comunicação de Formações (Akto, 2016a).

públicos-alvo, nomeadamente ao nível da Formação e das Newsletters; a gestão e dinamização das redes sociais (*Facebook, Google+, Twitter, Instagram e LinkedIn*), de forma a reforçar a presença digital junto das suas comunidades; a produção de produtos de *merchandising*; realização de campanhas publicitárias; e elaboração de notas de imprensa em meios de comunicação social regionais (Coimbra, Aveiro, Leiria e Viseu) (Akto, 2016a; 2017a).

e. Gestão

O quinto objetivo estratégico – a Gestão – visa assegurar uma gestão planeada, rigorosa e transparente, de modo a promover a sustentabilidade, a subsistência e o bom funcionamento da Akto (Akto, 2017b). Ao longo destes cinco anos de trabalho, a Akto tem enfrentado complexos desafios ao nível da gestão, de ressalvar a dificuldade em obter fontes de financiamento, a captação de recursos humanos contratados e a morosidade em integrar redes nacionais e internacionais relevantes que fomentem a sua afirmação, a relação com entidades financiadoras e organismos governamentais (*idem*). Com vista a colmatar e solucionar as presentes problemáticas, a Akto tem investido na procura de financiamentos alternativos, estabelecimento de parcerias estratégicas, na angariação de associados, na sua representatividade em eventos nacionais e internacionais, promoção de estágios em parceria com instituições do ensino superior, na contratação de recursos humanos com carácter de permanência e, por conseguinte, na formação e capacitação dos membros dos corpos sociais e colaboradores, integrando-os em cursos, congressos, *workshops* nacionais e internacionais (*idem*).

2. Público – Alvo

Tendo em conta a abrangência e versatilidade dos eixos estratégicos de intervenção acima descritos, o público-alvo da Akto é bastante heterogéneo, incluindo assim jovens estudantes do ensino básico, secundário e superior com o intento de consciencializar e (in)formar para os Direitos Humanos e Democracia; profissionais⁹ e

⁹ Tais como, “(a) profissionais da área da justiça, como magistradas/os, advogadas/os, juristas, oficiais de justiça; (b) profissionais dos órgãos de polícia criminal, polícia marítima, e forças de segurança como inspetores da Polícia Judiciária, agentes da GNR, agentes da PSP e inspetores/as do SEF; (c) profissionais da área da educação como pessoal docente e não docente de todos os ciclos de ensino e ensino superior, incluindo psicólogos/as a desempenhar funções em escolas profissionais de orientação vocacional; (d) profissionais da área da saúde (...) (e) profissionais da área da proteção de crianças e jovens como os CAFAP, as CPCJ e as EMAT; (f) profissionais da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (...) (h) profissionais dirigentes e técnicos/as da administração pública local; (i) profissionais

voluntários de áreas de intervenção associadas aos Direitos Humanos e Democracia e que almejam integrar equipas de trabalho social, ações humanitárias, entre outras, a nível nacional e internacional; grupos vulneráveis e em risco, tais como migrantes, mulheres, homens, crianças, jovens, entre outros; e, em última instância, a sociedade em geral (Akto, 2017b).

3. Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

No que concerne aos recursos humanos, a Akto possui uma Equipa Técnica e Pedagógica com uma vasta e distinta experiência académica e profissional na área dos Direitos Humanos e Democracia, basilares na conceção e efetivação dos objetivos propostos. Neste sentido, no que tange à área da formação, o quadro de recursos humanos é constituído por uma Diretora Geral, uma Gestora de Formação que acumula funções de Coordenadora Pedagógica, um Técnico Administrativo, um Técnico Financeiro, um Técnico de *Marketing* e Formadores. Relativamente à Equipa Formativa afeta ao Plano de Formação, importa mencionar que estes, para além da formação académica ou certificação profissional, são detentores de experiência profissional relevante nas áreas de educação e formação em que ministram formação, possuindo mais de 3 anos de experiência formativa e profissional comprovada e são detentores do Certificado de Competências Pedagógicas, bem como estão integrados em linhas de investigação subordinadas às temáticas e/ou afiliados a associações/causas relacionadas com as áreas de intervenção da Akto (Akto, n.d.).

No que tange aos recursos materiais a Akto dispõe de: um gabinete de Direção, um gabinete que integra a Coordenação Pedagógica e Financeira, uma sala de formação¹⁰, instalações sanitárias, uma sala polivalente, bem como material informático distribuído pelas várias salas, uma fotocopiadora, um telefone, entre outro material indispensável ao trabalho da instituição.

Relativamente aos recursos financeiros, são receitas da Associação, de acordo com o artigo 44º dos Estatutos (2021a), “produto das joias e quotas dos/as Associados/as (...) participações dos utentes (...) rendimentos de bens próprios

da área da comunicação; (j) profissionais de recursos humanos, gestores/as pessoal representativo e associações representativas dos/as trabalhadores/as e associações representativas dos empregadores.” (POISE, 2019, pp. 4-5).

¹⁰ Inclui mesas, cadeiras, quadro branco, projetor multimédia, computador com ligação à internet, colunas, flashcards, manuais de apoio à formação e fichas de exercício e/ou testes formativos e sumativos a serem desenvolvidos durante a formação.

(...) subsídios do Estado ou de organismos oficiais (...) doações, legados e heranças e respetivos rendimentos (...) donativos e produtos de eventos ou subscrições”. Ao nível estatal, a Akto é cofinanciada em diversos projetos pelo POISE, Portugal 2020 e União Europeia, através do Fundo Social Europeu, sendo o organismo intermédio a CIG.

4. Parcerias e Protocolos

A intervenção desenvolvida carece do estabelecimento de parcerias como forma de promover respostas sociais mais abrangentes e coordenadas, envolvendo a criação de relações de confiança e partilha de conhecimento. Neste seguimento, a Akto desenvolve a sua ação estabelecendo acordos de cooperação para atingir objetivos comuns, as quais são formalizados através de protocolos (informações, decisões, normas e regras definidas entre as entidades).

Na contemporaneidade, possui parceria e protocolo formalizado com o Alto Comissariado para as Migrações, a ADM Estrela, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a CIG, a Coatl - Consultoria para o Desenvolvimento, a FPCEUC, a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a GRINGO, o Licor Beirão, os Médicos do Mundo, o Município de Mirandela, o Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Associação Académica de Coimbra, a Promover Consultores, o Promundo, a Desteque - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente, o Agrupamento de Escolas de Sever de Vouga, a Associação Portuguesa de Estudo sobre as Mulheres, a Secção de Defesa dos Direitos Humanos da Associação Académica de Coimbra, o Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto (Castanheira de Pêra), o Agrupamento de Escolas Martim de Freitas (Coimbra), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra, a AnaJovem – Associação Nacional de Apoio a Jovens, o Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste, a Câmara Municipal de Coimbra e a Associação Existências.

De destacar ainda, a integração nas seguintes plataformas: Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos¹¹, Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico, no Conselho Local de Ação Social de Coimbra – Rede

¹¹ “Coordenada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, a RAPVT é uma rede de cooperação e partilha de informação, que tem como finalidade a prevenção, a proteção e a reintegração das vítimas de tráfico” (Akto, 2017a, p. 16).

Social¹², na Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPpDM)¹³, na Plataforma de Apoio aos Refugiados e na Plataforma *Refugees Welcome*.

Após a sucinta apresentação e caracterização das principais linhas de intervenção, recursos e parcerias da ONGD, importa descrever e analisar o conjunto de atividades executadas pela estagiária, ao longo dos meses.

¹² A Rede Social, por via da adesão livre por parte do poder local, entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, visa promover a formação de uma consciência coletiva dos problemas sociais da comunidade com o objetivo de erradicar e minimizar a pobreza e a exclusão social, contribuir para a ativação dos meios e agentes de resposta e, em última instância, fomentar o desenvolvimento social local (Câmara Municipal de Coimbra, 2021).

¹³ A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres tem como finalidade edificar sinergias para a reflexão e ação coletiva, com vista à promoção da igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens e a defesa dos direitos das mulheres, com recurso a distintas estratégias e instrumentos, nomeadamente pesquisa, *lobbying*, divulgação, comunicação, sensibilização e formação (PPpDM, 2021).

III. Atividades de Estágio

Objetivos Gerais e Específicos

O presente capítulo tem como propósito descrever as atividades desenvolvidas no decorrer do Estágio, de modo a dar continuidade e aprofundamento aos conhecimentos teórico-práticos apreendidos no primeiro ano do Mestrado. Neste âmbito, esta secção do Relatório refere-se à totalidade de ações exequíveis durante as 960 horas de estágio no contexto institucional, nomeadamente, as atividades inerentes ao quotidiano profissional no domínio da Educação e Formação de Adultos, incluindo o tempo dedicado à sua conceção, preparação e avaliação.

O estágio curricular teve como objetivo geral compreender o papel do/a Mestre em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária no contexto das ONGD, bem como compreender o funcionamento e organização interna das ONGD em Portugal, em específico, da Akto. De acordo com a Tabela 2, as atividades realizadas encontram-se agregadas pelos quatro Eixos Estratégicos de Intervenção da Akto, nomeadamente: a) Educação e Formação em Direitos Humanos e Democracia; b) Ajuda Humanitária de Emergência e Cooperação para o Desenvolvimento; c) Intervenção Social e Comunitária em Portugal; d) Gestão.

Tabela 2. Objetivos Gerais e Específicos do Estágio Curricular

EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO	OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
a. Educação e Formação em Direitos Humanos e Democracia	1. Compreender o papel do/a Mestre em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária no contexto das ONGD	1.1 Compreender o funcionamento da Akto enquanto entidade formadora; 1.2. Desenvolver competências técnicas adequadas no âmbito do planeamento, gestão, organização e acompanhamento da formação profissional	Organização e Gestão da Formação de Públicos Estratégicos: Planeamento da Formação Desenvolvimento da Formação Avaliação da Formação Certificação da Formação

		<p>integrada na tipologia 3.15</p> <p>- Formação em Públicos Estratégicos;</p> <p>1.3. Proporcionar conhecimentos acerca do papel e funções do/a Gestor/ae Coordenador/a de Formação;</p> <p>1.4. Compreender o funcionamento da política e procedimentos necessários para a aquisição de financiamento europeu.</p>	
	<p>1. Compreender o papel do/a Mestre em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária no contexto das ONGD</p>	<p>1.5. Adquirir e aprofundar conhecimentos e competências na área dos Direitos Humanos e Cidadania Global, particularmente, no âmbito da igualdade de género, violência de género, pessoas refugiadas e minorias étnicas;</p> <p>1.6. Aprender novos conhecimentos relativamente a estruturas, serviços, programas, projetos, metodologias e instrumentos de intervenção no domínio dos Direitos Humanos e Cidadania Global;</p>	<p>Participação na Formação de Formadores/as para obtenção da especialização em Igualdade de Género</p> <p>Participação em Seminários, Conferências e Webinars</p> <p>Projeto CUIDAdania Projeto C.A.R.E. Projeto Together Diálogo Intercultural e Interreligioso</p>
		<p>1.7. Planear, implementar e avaliar Ações de Sensibilização no domínio dos Direitos Humanos e</p>	<p>Dinamização de Ações de Sensibilização no domínio dos Direitos Humanos e Cidadania</p>

		Cidadania Global;	Global Igualdade de Género Paz e Resolução não violenta de conflitos Tráfico de Seres Humanos
b. Ajuda Humanitária de Emergência e Cooperação para o Desenvolvimento		1.8. Desenvolver competências linguísticas, sociais, de sensibilidade e consciência para a compreensão de outras culturas, de cidadania e de identidade europeia.	<i>Training Course - Arising consciousness in Youth about Everyday Sexism</i> <i>Youth Exchange – Taste Your Time</i>
Intervenção Social e Comunitária em Portugal		1.9. Promover a reflexão e consciência cívica face às problemáticas e necessidades na área dos Direitos Humanos, a nível global e local.	Participação em ações de <i>advocacy</i> e mobilização Vigília pelos direitos humanos na Ucrânia Marcha do Dia Internacional da Mulher Marcha contra a Homofobia e Transfobia de Coimbra
c. Gestão	2. Compreender o funcionamento e organização interna das ONGD em Portugal, em específico da Akto	2.1. Compreender o funcionamento interno da Akto no que diz respeito a recursos humanos, sustentabilidade financeira e organização; 2.2. Compreender os principais constrangimentos e desafios associados à atuação e gestão financeira das ONGD.	Colaborar nas atividades do quotidiano da entidade;

Fonte: Elaborada pela estagiária

No tocante ao primeiro eixo de intervenção, foi intento nosso, em específico: 1.1.) Compreender o funcionamento da Akto enquanto entidade formadora; 1.2.) Desenvolver competências técnicas adequadas no âmbito do planeamento, gestão, organização e acompanhamento da formação profissional integrada na tipologia 3.15 - Formação em Públicos Estratégicos; 1.3.) Proporcionar conhecimentos acerca do papel e funções do/a Gestor/a e Coordenador/a de Formação; 1.4.) Compreender o funcionamento da política e procedimentos necessários para a aquisição de financiamento europeu. De modo a alcançar os objetivos aqui explanados, a estagiária desenvolveu um conjunto de tarefas associadas à Organização e Gestão da Formação de Públicos Estratégicos.

No que concerne ainda ao primeiro eixo, foi propósito da experiência académica 1.5.) Adquirir e aprofundar conhecimentos e competências na área dos Direitos Humanos e Cidadania Global, particularmente, no âmbito da igualdade de género, violência de género, pessoas refugiadas e minorias étnicas; bem como 1.6.) Aprender novos conhecimentos relativamente a estruturas, serviços, programas, projetos, metodologias e instrumentos de intervenção no domínio dos Direitos Humanos e Cidadania Global, através da Participação na Formação de Formadores/as para obtenção da especialização em Igualdade de Género e em Seminários, Conferências e Webinars. Por fim, foi também propósito deste espaço pré-profissional, 1.7) Planear, implementar e avaliar Ações de Sensibilização no domínio dos Direitos Humanos e Cidadania Global.

Relativamente ao segundo eixo estratégico, foi nosso propósito 1.8.) Desenvolver competências linguísticas, sociais, de sensibilidade e consciência para a compreensão de outras culturas, de cidadania e de identidade europeia, através da participação num *Training Course - Arising consciousness in Youth about Everyday Sexism*, em Espanha, e *Youth Exchange – Taste Your Time*, em Itália.

O terceiro eixo estratégico, possuiu como finalidade 1.9.) Promover a reflexão e consciência cívica coletiva face às problemáticas e necessidades na área dos Direitos Humanos, a nível global e local, por via da participação em ações de *advocacy* e mobilização como exercício de cidadania, tais como Vigílias e Marchas.

Por último, o eixo relativo à Gestão tinha como intuito 2.1.) Compreender o funcionamento interno da Akto, no que diz respeito a recursos humanos, sustentabilidade financeira e organização; e 2.2.) Compreender os principais

constrangimentos e desafios associados à atuação e gestão financeira das ONGD, por meio da colaboração das atividades quotidianas da entidade, bem como das restantes atividades transversalmente.

A dinamização e participação nas atividades supra aludidas inscreveram distintas aprendizagens, condicionalismos e desafios para a discente pelo que seguidamente vão ser alvo de uma descrição e componente crítico-reflexiva.

a. Educação e Formação em Direitos Humanos e Democracia

i. Organização e Gestão da Formação de Públicos Estratégicos

A presente atividade teve como objetivo capacitar a estagiária ao nível do desenvolvimento de competências técnicas adequadas no âmbito do planeamento, gestão, organização e acompanhamento da formação profissional integrada na tipologia 3.15 - Formação em Públicos Estratégicos. Em termos operativos, teve como finalidade: conhecer as especificidades e os conceitos inerentes ao processo de organização e gestão da formação; planificar atividades formativas, no âmbito das áreas de intervenção da tipologia 3.15 - Formação em Públicos Estratégicos; criar e desenvolver todo o processo pedagógico relacionado com as atividades formativas; acompanhar e avaliar os procedimentos inerentes ao desenvolvimento das ações de formação; adquirir competências relativamente ao processo de certificação na SIGO.

Esta atividade teve como população-alvo profissionais de áreas de intervenção associadas aos Direitos Humanos e Democracia e que almejam integrar equipas de trabalho social, ações humanitárias, entre outras, a nível nacional e internacional, nomeadamente técnicos que desempenham funções no setor jurídico, educativo, saúde, social, emprego e órgãos de polícia criminal.

Através desta atividade pretendeu-se qualificar profissionais de diversas áreas de competências em domínios associados à promoção da igualdade de género, à prevenção e combate às discriminações em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género, à prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género, incluindo a mutilação genital feminina, à prevenção e combate de tráfico de seres humanos, e ao apoio e acompanhamento especializado a vítimas e agressores.

No que toca aos recursos humanos foi fundamental a intervenção da Dra. Ana Rita Brito e de outros profissionais que intervêm na área da Formação, tais como os Formadores e o Técnico Financeiro, quando se julga necessário, útil ou conveniente. No

que concerne aos recursos materiais é de mencionar a elaboração do *Dossier* Técnico-Pedagógico, a Legislação de Enquadramento da Formação Profissional.

No que tange às tarefas desenvolvidas pela aluna, estas encontram-se organizadas na lógica do ciclo formativo, contemplando os momentos principais de planeamento, desenvolvimento, avaliação e certificação da formação, os quais vão ser alvo de uma descrição seguidamente.

Planeamento da Formação

Ao nível do Planeamento, foi basilar desenvolver o levantamento/diagnóstico de necessidades de formação com o objetivo de desenhar um Plano de Formação o mais adequado possível às necessidades de formação do respetivo público-alvo, bem como identificar os *deficits*/lacunas de conhecimentos e competências indispensáveis para a realização da atividade profissional. A metodologia adotada pela Akto foi sustentada na aplicação de um inquérito por questionário (ver Anexo I), construído no formulário do *Google* e enviado para uma base de dados de profissionais e/ou futuros profissionais que já haviam frequentado formação na Akto e que operavam ou pretendiam vir a operar na área de Direitos Humanos, Democracia e Cidadania.

O questionário incluiu um conjunto diversificado de questões, umas abertas, outras fechadas, permitindo aos inquiridos manifestarem livremente a sua opinião face às questões formuladas e possibilitando, desta forma, fazer um levantamento dos *deficits*/lacunas de conhecimentos e competências. No total foram elaboradas quatro secções de questões, sendo a primeira relativa à satisfação com a formação ministrada pela Akto, a segunda concernente às preferências quanto à organização da formação, a terceira secção visou compreender o interesse dos/as respondentes em frequentar ações de formação na área dos Direitos Humanos e Cidadania e, por último, foi efetuada uma caracterização socioprofissional dos/as pessoas participantes.

Neste seguimento, foram recolhidas 50 respostas e foram analisadas pela discente pelo que importa apresentar os principais resultados apurados. No que tange à caracterização socioprofissional, 45 pessoas eram do sexo feminino e 5 do sexo masculino, com idade média de 35 anos, a residir na zona Centro (31 pessoas) e constituída, maioritariamente, por indivíduos/as com o grau de Licenciatura (52,94%) com formação na área do Serviço Social (29,17%), das Ciências da Educação (25%) e da Psicologia (20,83%). Relativamente à situação face ao emprego, 64% dos/as

sujeitos/as declararam que eram empregados/as por conta de outrem, 14% eram empregados/as por conta própria e que se encontram a desenvolver funções na Administração Pública (34,1%), em Instituições Particulares de Solidariedade Social (29,3%), em Organizações Não Governamentais (9,8%), em Serviços de Saúde (2,4%), em Agrupamentos de Escola ou no Privado (2,4%).

No que respeita à secção relativa à participação em ações de formação, 82% dos respondentes participaram em ações de formação no ano de 2021 para adquirir conhecimentos e competências (84%), atualizar e aperfeiçoar conhecimentos teórico-práticos (66%), para enriquecimento pessoal (60%), para melhoria do desempenho profissional (56%) e especialização numa determinada área (46%). No que tange, especificamente, à formação ministrada pela Akto, 84,2% dos/as inquiridos/as avaliavam como Bom ou Muito Bom o nível de satisfação relativamente ao Catálogo Formativo da Akto destacando a pertinência das temáticas abordadas face ao contexto atual, a competência da equipa técnica e de formadores/as, a possibilidade de aquisição, atualização e partilha de conhecimentos e competências. Na generalidade, tomaram conhecimento das ações, através de e-mails da Akto (52%), das redes sociais (46%) e por colegas de trabalho (12%).

No tocante à organização da formação, os respondentes mencionaram preferência pelo horário pós-laboral (72%) ou ao sábado (28%), na modalidade de formação à distância (72%) e numa forma não intensiva (90%), isto é, dias de formação alternados e em semanas diferentes, com uma carga horária global entre as 14h e 35h (42%) e preferencialmente no primeiro semestre do ano. Na secção relativa às áreas de formação que detinham preferência em frequentar, enfatizaram como temáticas fulcrais a Igualdade de Género (Promoção da Igualdade de Género na Educação e Formação de Formadores para a obtenção da especialização em Igualdade de Género), Direitos Humanos e Cidadania, Tráfico de Seres Humanos e Violência de Género (Combate à Violência Doméstica, Crianças e Jovens de Violência e Violência nas relações de intimidade).

Findo o processo de levantamento e análise das necessidades de formação, procedeu-se à planificação da atividade formativa – elaboração do Plano de Formação 2022. Este documento integrou o conjunto de ações formativas a executar durante o ano civil de 2022 e que se distribuíram pelas três áreas de educação e formação e nos quais os distintos profissionais tem a oportunidade de adquirir, atualizar e/ou aprofundar

conhecimentos e competências, com vista a dar resposta às suas necessidades, quer individuais ou profissionais.

Desenvolvimento da Formação

De acordo com a Portaria n.º 208/2013, que vem alterar a Portaria n.º 851/2010, é dever da Akto, por cada ação de formação, elaborar de um *dossier* técnico-pedagógico que deve conter um conjunto de informação respeitante à organização e gestão de toda a atividade formativa, de acordo com o índice que se encontra explanado no Anexo II.

Tendo em conta as ações de formação do projeto em execução e descritas no Plano de Formação 2022, a discente teve a incumbência de, em articulação com a Dra. Ana Rita e disponibilidade dos respetivos formadores, definir o cronograma global das respetivas Ações de Formação, em documento próprio (ver Anexo III). A oferta formativa foi ministrada em concordância com a carga horária e conteúdo programático dos respetivos referenciais de formação emanados pela CIG, no período pós-laboral, entre as 18h30 e as 22h30, por norma em dois a três dias alternados por semana. De mencionar, que os respetivos cronogramas não eram estanques e podiam ser alvo de alterações pontuais, face a imprevistos pessoais e/ou profissionais dos/as formadores/as

Ao nível do Desenvolvimento e Organização da Formação, a discente ficou responsável por promover e divulgar as distintas ações de formação no site oficial da Akto e via e-mail numa lista pré-existente, de modo alcançar o público-alvo, nomeadamente entidades públicas e privadas sem fins lucrativos da área jurídica, social, saúde, emprego e órgãos de polícia criminal.

No que toca à divulgação das Ações de Formação, a estudante teve que desenvolver conhecimentos e competências ao nível do *WordPress*, software de código aberto, livre e versátil utilizado para criar e gerir o site da Akto, pois era a responsável por abrir e fechar as inscrições e colocar toda a informação respetiva às ações de formação no site. Ao longo do estágio, foram notórias dificuldades no manuseamento do *software*, devido à lentidão e/ou erros/anomalias inerentes à plataforma, bem como a inexperiência da estagiária, o que em determinados momentos dificultou e comprometeu a abertura das pré-inscrições e, conseqüentemente, a dinamização das ações. Atualmente, de forma a ultrapassar este constrangimento, a Akto encontra-se, em parceria com uma equipa de técnicos especializada, a desenvolver um novo site mais rápido, atual e dinâmico e de modo a ir ao encontro das necessidades da ONGD.

Face às dificuldades do site, a que se aliava uma lista de *e-mails* desatualizada e redutora, a estagiária sentiu uma parca adesão às formações e assim, com vista a colmatar este constrangimento, a mesma efetuou um levantamento aprofundado, por distrito, de contactos eletrónicos de entidades públicas e/ou de terceiro setor nas áreas da saúde, educação, justiça, social e emprego/formação, de modo a alavancar a rede de potenciais formandos elegíveis. De notar que, a ampliação da rede de contactos associado à divulgação nas redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) geraram resultados muito positivos ao nível das pré-inscrições.

Nesta etapa, é importante destacar o trabalho desenvolvido no que toca ao processo de admissão, seleção dos formandos e constituição dos grupos de formação, estando a admissibilidade das/os candidatas/os condicionada, de acordo com os termos da elegibilidade para a tipologia de ação, do perfil das/os destinatárias/os definidas/os para o curso e a seleção para frequência da ação de formação baseada na análise integrada dos documentos apresentados em sede de inscrição¹⁴.

De acordo com o POISE (2019), são apenas elegíveis ações de formação onde o grupo inicial em formação seja constituído por um mínimo de 15 formandos/as e um número máximo até 22 formandos/as e, concomitantemente, é imperativo que os/as mesmos/as sejam ativos/as empregados/as na área social, saúde, educação, órgãos de polícia criminal ou administração pública, residentes na região norte ou centro, dependendo da área de intervenção do projeto, e detentores de pelo menos o nível 6 – Licenciatura – do Quadro Nacional de Qualificações. De salientar que na Formação de Formadores para a obtenção da especialização em Igualdade de Género é ainda necessário que o/a formando/a, para além do supraexposto, seja detentor/a de Certificado de Competências Profissionais.

No âmbito do perfil dos/as formandos/as a abranger para frequência das Ações de Formação, interessa mencionar que algumas inscrições rececionadas não preenchiam os pré-requisitos, nomeadamente ao nível do local de residência e/ou das habilitações literárias (inferiores ao nível 6) e/ou da situação face ao emprego (eram estudantes ou encontravam-se numa situação de desemprego). A título exemplificativo, no decorrer do estágio, foi recorrente a receção de pré-inscrições por parte de profissionais de forças e serviços de segurança pública e polícia criminal que, na sua maioria, detinham apenas o nível 3 – Secundário – do Catálogo Nacional de Qualificações, pelo que não cumpriam

¹⁴ Nomeadamente, documento de identificação (BI/CC), Certificado de Habilitações, comprovativo de IBAN; *Curriculum Vitae* atualizado e comprovativo relativamente à situação laboral.

os critérios de elegibilidade para frequência na ação. Ora, tendo este grupo profissional um papel preponderante ao nível da prevenção, proteção, apoio, encaminhamento e investigação de crimes em razão do sexo, orientação sexual e identidade de género, a estagiária considera pertinente a reformulação do perfil dos destinatários e, neste sentido, a sua inclusão nesta tipologia de operação ou, em alternativa, a incorporação de ações de formação adequadas ao seu nível académico, de modo a (in)formar, sensibilizar e consciencializar um maior número de profissionais nestas problemáticas tão atuais e preocupantes.

Paralelamente, esta edição da tipologia 3.15 orientada para a formação de públicos estratégicos não prevê a frequência de pessoas em situação de desemprego mesmo que possuam habilitações académicas cabíveis e congruentes com as temáticas formativas. De salientar que edições anteriores da tipologia permitiam a integração de pessoas independentemente da sua situação face ao emprego, incluindo voluntários, desde que a sua intervenção tivesse impacto na consolidação da perspetiva da igualdade que permitisse a justificação do seu enquadramento como público estratégico. Na ótica da discente, esta alteração do perfil de destinatários da formação foi um retrocesso ao nível da formação profissional, pois impede profissionais que estejam numa situação transitória de adquirir, atualizar e aprofundar conhecimentos e competências na temática da igualdade de género e violências profícuos no seu futuro profissional e pessoal.

Após o processo de elegibilidade dos/as formandos/as, o processo de inscrição e elaboração do Dossier Técnico Pedagógico figura-se ele também minucioso, moroso e altamente burocrático implicando por parte da estagiária o desenvolvimento de um conjunto de competências ao nível da organização, de comunicação escrita e oral, análise e síntese de informação e documentação. Para cada Ação, é dever da estagiária elaborar e enviar os documentos técnico-pedagógicos, nomeadamente, o Contrato de Formação dos/as formandos/as e o Contrato de Prestação de Serviços de Formação dos/as formadores/as, como também articular com os diferentes intervenientes no processo formativo (coordenação pedagógica, formadores/as, formandos/as, outros/as). Neste momento do processo formativo, é enviado aos/às formadores/as também um conjunto de documentação para preencher, de modo a integrar posteriormente o Dossier Técnico-Pedagógico, nomeadamente o Programa de Formação, o Manual de Formação, o Registo de Sumários/Presenças, os Planos de Sessão, a Grelha de Registo de Avaliação das Aprendizagens e a Pauta Final da Ação.

Concluído os processos de seleção e constituição dos grupos de formação, foi função da mestranda, na área reservada do SIGO, a criação dos cursos de formação, as suas ações de formação e inscrever os formandos nas respetivas ações. Esta tarefa implica, num primeiro momento, o registo do Curso de Formação que inclui a descrição da área de formação, os objetivos do curso, o plano de formação com inserção dos módulos, de acordo com as normas da CIG, e as características gerais de avaliação, nomeadamente se o curso “*Exige nota final*” e/ou se “*Exige validação curricular*”. Posteriormente, inseriu-se a informação relativa a cada ação de formação, designadamente a informação específica da ação (data de início e fim, o regime de funcionamento e o sistema de financiamento), confirmou-se os dados da entidade e seu responsável, registou-se o plano de formação com os módulos definidos no passo anterior, inscreveu-se os/as respetivos/as formandos/as e, por fim, colocou-se a Ação de Formação em funcionamento.

No decorrer da ação de formação, foi crucial garantir que as práticas formativas eram desenvolvidas de acordo com os requisitos do sistema de certificação implementado, assegurando a efetivação das ações de melhoria contínua decorrentes do processo de monitorização. Neste âmbito, a discente teve a responsabilidade de realizar Sessões de Abertura e Sessões de Encerramento de determinadas Ações de Formação, em substituição da Dra. Ana Rita, o que se tornou uma mais valia, pois permitiu uma aproximação ao grupo de formandos, sendo crucial para agilizar processos de inscrição e regularização de documentação que se encontravam pendentes, bem como obter *feedback* relativo ao desenvolvimento da ação. Teve a seu encargo também o envio de e-mail com o *link* de acesso às sessões na plataforma zoom, a articulação com os/as formadores/as e formandos/as em situações relativas a pontualidade, assiduidade e justificação de faltas, bem como colocação de material pedagógico (a saber, *PowerPoints*, documentos legislativos, vídeos, *links*, Manual de Formação, entre outros) nas respetivas pastas do *Google Drive*.

A presente etapa do ciclo formativo – o desenvolvimento da Ação de Formação – inscreveu também ela determinadas aprendizagens para a mestranda, nomeadamente ao nível da articulação e mediação entre agentes educativos, bem como aperfeiçoamento de relações interpessoais adequadas e congruentes com a prática profissional. Os desafios mais ecoados nesta etapa foram ao nível da pontualidade e assiduidade dos formandos que, em certas situações, condicionou mesmo o arranque do curso de

formação, devido às exigências de número mínimo de formandos pelo POISE, e, noutras situações, a emissão de Certificado de Formação Profissional.

De acordo com o Contrato de Formação, para efeitos de conclusão da formação a assiduidade não pode ser inferior a 90% da carga horária total, salvo situações devidamente justificadas e previstas¹⁵, devendo nessas situações serem desenvolvidos mecanismos de recuperação necessários ao cumprimento dos objetivos preconizados e respetivos momentos de avaliação (Akto, 2022). A aluna estagiária, através do contacto telefónico e via e-mail com os/as participantes, denotou que a realização destas ações de formação em regime pós-laboral pode figurar-se bastante desafiante para os/as formandos/as conciliarem as responsabilidades profissionais, pessoais e familiares pelo que é importante destacar neste domínio, por um lado, o interesse e motivação dos mesmos, bem como a elevada flexibilidade, compreensão e disponibilidade do corpo formativo, pois só assim é possível alcançar uma taxa elevada de execução do projeto e, em última instância, formar profissionais competentes e sensibilizados para a temática de género.

Avaliação da Formação

No concernente à Avaliação no presente projeto formativo, foram funções da estudante estagiária acompanhar e avaliar a formação, ao nível de satisfação dos/as formandos/as e satisfação dos/as formadores/as (Nível 1 do Modelo de Kirkpatrick), avaliação das aprendizagens dos/as formandos/as (Nível 2 do Modelo de Kirkpatrick) e o acompanhamento pós-formação (Nível 3 Modelo de Kirkpatrick).

A satisfação dos/as formandos/as foi avaliada por meio do preenchimento de um Inquérito por Questionário (ver Anexo IV) e no qual foi solicitada classificar numa escala de *Likert* de 1 a 4, sendo 1 – Insuficiente e 4 – Excelente, o grau de satisfação dos/as formandos/as com os objetivos e conteúdos programáticos, o desempenho do/a formador/a (clareza na transmissão dos conhecimentos, utilização de metodologias e técnicas ativas, domínio dos conteúdos, criatividade na apresentação da temática), a organização da ação e apoio técnico administrativo, o processo de avaliação e, por fim,

¹⁵ A saber, a) Doença comprovada ou acidente; b) Falecimento de parentes ou afins, nos termos estabelecidos por lei; c) Casamento, nas mesmas condições que a alínea anterior; d) Maternidade ou paternidade; e) Doença comprovada ou acidente de familiar a cargo; e) Impedimento comprovado ou dever imposto por lei que não admita adiamento ou substituição; f) Motivos de força maior, devidamente comprovados e aceites pelo primeiro outorgante.

uma pergunta aberta para o/a formando/a expressar sugestões de melhoria para futuras ações.

A satisfação dos/as formadores/as foi também percecionada, através do preenchimento de um Inquérito por Questionário (ver Anexo V) e no qual foi solicitada classificar numa escala de *Likert* de 1 a 4, sendo 1 – Insuficiente e 4 – Excelente, o grau de satisfação com os objetivos e conteúdos programáticos, autoavaliação da sua intervenção e organização da ação e apoio técnico administrativo.

No tocante à avaliação das aprendizagens e aquisição de competências, a metodologia de avaliação incorporava dois componentes, nomeadamente a (i) avaliação do processo de formação, transversal a todas as ações, através da observação pelo/ formador/a dos comportamentos atencionais, assiduidade/pontualidade, motivação/empenho e participação espontânea dos/as formandos/as e; (ii) os conteúdos de formação, nomeadamente aquisição de conhecimentos e domínio de competências técnicas divergiam, de acordo com a Ação de Formação. No que toca à Ação de Formação de “Orientação Sexual e Identidade de Género” e de “Mutilação Genital Feminina” a avaliação dos conteúdos de formação realizava-se, por via de um teste final no *Google Forms*, que incluía questões de escolha múltipla e Verdadeiro/Falso que abordava os conteúdos programáticos desenvolvidos durante as sessões. Por outro lado, a Formação de “Formadores/as para obtenção de especialização em Igualdade de Género” e a Formação de “Públicos Estratégicos para obtenção de especialização na área da Igualdade de Género” compreendia distintos momentos de avaliação formal ao longo do processo formativo designadamente, no final da Parte I, II, III, através de trabalhos reflexivos, e no último módulo era exigido que, em grupos, desenvolvessem um Plano de Sessão na área da Igualdade de Género baseado nos conhecimentos e métodos andragógicos adquiridos na formação. Relativamente à ação de formação de Tráfico de Seres Humanos, o momento de avaliação comportava a análise e discussão, em grupo, de casos reais, no âmbito do tráfico de seres humanos, de modo a apreender o sistema de referenciação e o processo de apoio às vítimas. A avaliação era efetuada pelos/as formadores/as numa Grelha de Registo de Avaliação das Aprendizagens numa escala de avaliação quantitativa¹⁶e qualitativa¹⁷ onde cada componente tinha um peso

¹⁶ Escala numérica de 0-20 valores;

¹⁷ Escala qualitativa: [0-9] Insuficiente; [10-13] Suficiente; [14-16] Bom; [17-18] Muito Bom; [19-20] Excelente

específico, de acordo com a estrutura dos conteúdos programáticos e a carga horária de cada curso.

A discente realizou ainda o acompanhamento pós-formação, por meio de um Inquérito por Questionário (ver Anexo VI) enviado 3 meses após cada Ação de Formação, no qual foi requerido avaliar a posição dos/as formandos/as ao nível da contribuição da ação de formação para a valorização pessoal e/ou profissional, a sua aplicabilidade no contexto laboral, a melhoria do seu desempenho profissional, a satisfação com as competências adquiridas, bem como indicar áreas formativas de interesse em frequentar no futuro.

De modo a enriquecer o presente Relatório de Estágio, a aluna estagiária considera pertinente fornecer um exemplo prático da componente avaliativa de uma Ação de Formação da qual efetuou a respetiva organização e gestão. A sua escolha recaiu pela Ação de Formação em Orientação Sexual e Identidade de Género, na qual participaram 23 formandos/as, contudo apenas responderam ao “Questionário de Avaliação do Grau de Satisfação dos Formandos” 12 participantes, sendo apresentados de seguida os principais resultados.

No âmbito dos objetivos e conteúdos programáticos, importa destacar que 91,7% dos/as inquiridos/as avaliou como ‘Excelente’ a estrutura dos conteúdos programáticos, o desenvolvimento dado a cada temática e o equilíbrio entre a componente teórica e prática. Relativamente ao desempenho do formador, a avaliação foi também ela muito positiva, tendo 100% dos/as participantes classificado com 4 – Excelente o domínio que possuía sobre os conteúdos programáticos, a disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas e o estímulo à partilha e participação dos formandos/as. No que toca à organização da ação, de salientar que 11 dos/as respondentes (91,7%) consideraram ‘Excelente’ a adequação e estruturação dos materiais pedagógicos, o apoio técnico-administrativo, bem como a as técnicas e instrumentos de avaliação. No global, a Ação de Formação foi qualificada como Excelente por 91,7% dos/as respondentes, sendo o único aspeto a melhorar a carga horária da Ação, pois na ótica dos formandos é reduzida face à complexidade da temática, o que é corroborado pelos comentários realizados por distintos/as formandos/as, nomeadamente:

“Em boa hora frequentei esta formação. Comecei-a com alguns pré-conceitos, mas o X deu-me uma diferente e nova perspectiva sobre o tema. Pena que não tenha havido mais algum tempo disponível para mais esclarecimentos. É sempre "a posteriori" e após alguma meditação e feitas

algumas leituras que me / nos surgem dúvidas e questões. Ainda assim, tenho que agradecer a partilha de conhecimentos e experiências.” (F1)

“O formador foi excelente - além de demonstrar um profundo conhecimento sobre o tema, transmitiu a informação de uma forma leve e bastante didática. O método, apesar de ter sido online, foi capaz de prender a nossa atenção e nos envolver com o tema das sessões. Entretanto, penso que o formato presencial deverá ser ainda melhor” (F2)

“O Formador domina os conteúdos é simpático e prestável, sempre pronto a ajudar, muito obrigada pelos conhecimentos e partilhas efetuadas ao longo da formação” (F3)

“Formador excelente! Nada a apontar. Formação ótima e formador excelente. Muito obrigada.” (F4)

No atinente à Avaliação das Aprendizagens, os critérios de avaliação definidos pelo formador comportam 15% para a Pontualidade, 15% para a Participação, 15% para o Interesse e 55% para o Teste Final, tendo a média final do grupo sido de 17,25 valores (Muito Bom).

Como explanado anteriormente, ao nível da formação, importa compreender o impacto que as Ações de Formação possuem no quotidiano profissional dos/as formandos/as. Assim, após 3 meses, foi enviado um Questionário de Acompanhamento Pós-Formação, ao qual responderam 11 pessoas. O *feedback* foi unânime, tendo a totalidade dos/as inquiridos/as mencionado que a Ação de Formação em “Orientação Sexual e Identidade de Género” tinha contribuído, indubitavelmente, para a sua valorização pessoal e/ou profissional, que tinham transmitido e aplicado os conhecimentos apreendidos no contexto laboral e vida pessoal e que recomendariam a ação de formação a outras pessoas.

Certificação da Formação

Findo o processo formativo e tendo os/as formandos/as obtido aproveitamento na respetiva ação de formação, importa efetuar a respetiva emissão do Certificado Profissional na plataforma SIGO e enviá-lo aos/às formandos/as aquando do subsídio de alimentação. Durante o processo de estágio, importa aludir que foram certificadas um total de 103 pessoas em áreas relacionadas com a Igualdade de Género, Tráfico de Seres Humanos, Mutilação Genital Feminina e Orientação e Identidade de Género.

ii. Participação na Formação de Formadores/as para Obtenção da Especialização em Igualdade de Género

No que diz respeito à área de Educação e Formação em Direitos Humanos e Democracia, no âmbito do projeto executado pela Akto relativo à tipologia 3.15 – Formação de Públicos Estratégicos, a estagiária frequentou, via plataforma zoom, a Formação de Formadores/as para obtenção da especialização em Igualdade de Género que teve início no dia 17 de janeiro e decorreu até ao dia 7 de março de 2022, num total de 72 horas, de acordo com o Cronograma integrado no Anexo VII.

O referencial de formação¹⁸ da presente Ação de Formação, elaborado pela CIG, engloba quatro módulos interdependentes, nominados, respetivamente, de 1. Enquadramento Concetual, 2. Igualdade de Género, 3. Roteiros Temáticos de Género: Abordagem Social e Jurídica e 4. Metodologias de Formação em Igualdade e Sugestões de Operacionalização, que foram repartidos por 18 sessões de quatro horas, e as quais vão ser alvo seguidamente de uma breve apresentação e descrição dos principais contributos para o percurso profissional e académico da estagiária.

1. Enquadramento Concetual

O primeiro módulo, constituído por seis horas, pretendeu, numa primeira sessão, realizar uma clarificação de conceitos essenciais, nomeadamente igualdade, diversidade e cidadania, sexo e género, papéis sociais de género, paradigmas e estereótipos e, na segunda sessão, abordar a linguagem inclusiva e a importância da coeducação para uma cidadania democrática.

Neste sentido, a primeira sessão foi iniciada com uma atividade de quebra-gelo que visava realizar uma introdução à temática da igualdade de género e, concomitantemente, conhecer os/as formandos/as. Assim, foi solicitado pela formadora que cada participante escolhesse, de forma aleatória, um objeto que estivesse em seu redor e, de seguida, se apresentassem, verbalizando o nome, a formação académica, a ocupação profissional, o local de residência e relacionassem o objeto escolhido com as questões de género e igualdade de género. A escolha da estagiária recaiu por um elástico do cabelo que tinha no pulso relacionando-o com o uso, em grande escala, pelas mulheres no dia-a-dia como adereço de beleza, remetendo para a feminilidade, cuidados de beleza e a pressão social a que as mulheres estão sujeitas no quotidiano para seguir

¹⁸ De acordo com o Referencial de Formação da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género disponível em <https://bit.ly/33H1Gcw>

determinados padrões de beleza. A aditar ao exposto, sendo o cabelo comprido um símbolo historicamente associado à beleza feminina, os elásticos são utilizados também para atar o cabelo quando necessitam de realizar tarefas domésticas e cuidados a outros, atividades, infelizmente, ainda na contemporaneidade muito associadas ao sexo feminino.

Esta dinâmica foi muito interessante pela diversidade e peculiaridade de objetos escolhidos e pela riqueza de partilhas e reflexões, pois havia objetos que, à partida, não tinham qualquer tipo de relação com a temática e que, após uma breve análise, era possível efetuar uma ponte com as questões de género, tal como é possível observar nos seguintes testemunhos:

“O objeto escolhido ao acaso, foi um cato (verdadeiro), um mero objeto de ornamentação que pouco ou não podia prever, à partida, ter a ver com a temática da igualdade de género. Pensando um pouco melhor, se tivermos em conta as características do cato, este é uma planta robusta, com um ar rude (pelos seus picos), forte e resistente, que podemos à partida associar ao homem, no entanto, também podemos associar estas características à mulher, pela sua capacidade de superação e adaptação, uma vez que estas conseguem adaptar-se com muita facilidade e sobreviver muitas vezes tal, como o cato, em terrenos bastante áridos.” (F5)

“O objeto que escolhi (...) foi uma caneta (...) maior uso do objeto por parte das mulheres no dia-a-dia, para anotação de informações importantes em contexto laboral e pessoal, bem como em meio académico, realçando o número de mulheres no ensino superior (...) também para a dificuldade no acesso à educação para as mulheres, em inúmeros países, e mesmo em Portugal, para mulheres provenientes de meios populacionais mais desfavorecidos.” (F6)

“O objeto que escolhi foi a minha agenda, que me levou a pensar em todos os ‘compromissos’ que nos colocam, sobretudo a nós mulheres, ‘Quando arranjas namorado?’, ‘Quando tens filhos?’, sem saberem se queremos que isso faça parte da nossa agenda... Por outro lado, pensei na importância da igualdade de género na importância de a igualdade de género fazer parte das nossas agendas, todos os dias, quer queiramos quer não” (F7).

Seguidamente, foram explanados os principais conceitos relacionados com a temática da igualdade de género, nomeadamente a distinção entre sexo e género, estereótipos de género, representações sociais, papéis sociais, feminismo, machismo, discriminação direta e indireta no mercado laboral, igualdade e equidade. Os conceitos foram abordados com base nas principais definições dos organismos internacionais e nacionais, nomeadamente a Convenção de Istambul, a Estratégia para Igualdade de

Género 2018-2023 do Conselho da Europa, a Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre a Prevenção e Luta Contra o Sexismo na Linguagem (2019), a Constituição da República Portuguesa (1976) e a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030.

Na segunda sessão, a formadora realizou uma incursão pelo *site* oficial da CIG mencionando os principais instrumentos de política pública, nomeadamente os Planos Nacionais no âmbito da Mutilação Genital Feminina, Tráfico de Seres Humanos, Igualdade entre Mulheres e Homens, Violência de Género, como também programas de financiamento europeu neste domínio, tais como o EEA Grants 2014-202 e o POISE (onde se encontra integrada a presente Ação de Formação).

Partindo do documento “Igualdade de Género em Portugal – Boletim Estatístico 2021”, integrado na plataforma da CIG, a formadora apresentou os principais dados estatísticos relativamente à realidade portuguesa da população feminina e masculina, afirmando que a população residente em Portugal continua a ser maioritariamente feminina e a viver em média mais anos, contudo, também vivem, em média, menos anos de vida saudável. Em termos educativos e laborais, apesar das mulheres possuírem maiores níveis de escolaridade superior, verifica-se uma elevada segregação nas escolhas educacionais e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, apresentando estas um valor médio de remuneração inferior, menor representatividade em cargos de poder e tomada de decisão, a par com maiores níveis de desemprego, maiores índices de pobreza e exclusão social e uma maior tendência da mulher para o desempenho de trabalho não pago associado ao ato de cuidar e das tarefas domésticas. Durante a apresentação, a formadora salientou ainda o fenómeno da violência de género e como as mulheres continuam, na generalidade das sociedades, a ser amplamente vítimas de crimes de violência doméstica, crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual e homicídios conjugais. Finalizou a apresentação do documento aludindo às conseqüências da pandemia COVID-19 para as mulheres, verificando-se uma maior exposição das mesmas ao vírus pela sua elevada representação no apoio de saúde humana e social, bem como maiores níveis de desemprego, ausências do trabalho por motivo de *lay-off* e/ou para assumir outras responsabilidades familiares/pessoais.

Neste âmbito, abordou também o Relatório sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens na União Europeia do período de 2018-2020, bem como outra entidade portuguesa que tem realizado um trabalho ímpar neste domínio temático,

designadamente a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) expondo o Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional. Estes documentos corroboram os dados acima expostos e vão ao encontro da linha de pensamento da ONU que refere a perpetuação de estereótipos de género em casa e no mercado laboral e no que toca às condições e recompensas no trabalho que reforçam, inevitavelmente, a desvantagem socioeconómica das mulheres.

Posto isto, foi realizada uma breve reflexão grupal acerca dos mecanismos sociais reprodutores destas desigualdades sendo referido o impacto que as práticas organizacionais injustas e hierarquizadas veiculadas no mundo do trabalho, na família, nos *media*, bem como a parca representação das mulheres nos processos de decisão influenciam na continuação de estereótipos e discriminações com base no sexo e as consequências que albergam a nível do desenvolvimento do tecido social e económico. Neste âmbito, foi reforçada a importância do papel do Estado na eliminação e introdução de corpos legislativos e jurídicos que fomentem a erradicação da discriminação baseada no sexo e na promoção de políticas de igualdade, através de Ações Positivas (por exemplo, a imposição de quotas, preocupação com a existência do igual número de mulheres e homens nos concursos, constituição de júris paritários, obrigatoriedade de apresentação de relatórios em termos de Igualdade de Género, etc.).

Aliado ao papel do Estado, a formadora remeteu para a relevância da Educação e do papel do ambiente educativo na promoção de uma cidadania democrática e, neste seguimento, para um documento denominado de Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC, 2018) que explana a operacionalização curricular da Educação para a Cidadania desde a educação pré-escolar até ao final da escolaridade obrigatória, com o intuito de formar cidadãos/ãos mais justos, inclusivos, tolerantes e que respeitam a diversidade e defesa dos Direitos Humanos.

2. Igualdade de Género

O segundo módulo, constituído por doze horas repartidas por três sessões, tinha como objetivo retratar as origens estruturais da desigualdade de género e da discriminação, apresentar os principais instrumentos internacionais e nacionais de referência na promoção dos Direitos das Mulheres, Igualdade de Género e Não-

Discriminação e, por fim, aludir à responsabilidade social das organizações da sociedade civil para a efetivação da igualdade de género.

Primeiramente, a formadora realizou um enquadramento histórico efetuando uma mapificação das datas e factos mais relevantes nos séculos XIX e XX¹⁹ no que concerne às lutas feministas, a saber o direito ao voto, ao trabalho assalariado, a uma sexualidade livre e responsável, à maternidade como escolha, ao direito à habitação e o acesso a serviços de saúde de qualidade. Em 1974, com a Revolução dos Cravos, edifica-se uma nova Constituição de República Portuguesa que vem estabelecer a igualdade de direitos entre mulheres e homens em todos os domínios e, nesta continuidade, decorre a reconfiguração do quadro legislativo ao nível dos direitos e igualdade de oportunidades para mulheres em diferentes esferas sociais, designadamente na educação sexual e planeamento familiar, na proteção da maternidade e paternidade, no trabalho, na família, na despenalização da prostituição, na violência de género, no ambiente, no desenvolvimento, entre outras.

Após a contextualização histórica, a formadora explanou as principais instâncias organizacionais e os instrumentos vinculativos, a nível mundial, europeu e nacional, na promoção da situação das mulheres, nomeadamente as convenções e ações da ONU²⁰, em particular, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), bem como a Organização Internacional do Trabalho, a Comissão de Igualdade de Género do Parlamento Europeu, a Comissão Europeia²¹, o Comité Consultivo para a Igualdade de Oportunidades entre as Mulheres e os Homens, o Conselho da Europa e a União Europeia.

¹⁹ Neste âmbito, importa mencionar determinados marcos históricos e figuras icónicas da História, exemplos de autenticidade e força que vieram quebrar padrões e dar Voz a muitas mulheres, tais como o reinado da Rainha D. Maria I e D. Maria II, a Lei do Divórcio (1910), o direito das mulheres trabalharem na Função Pública (1911), a luta de feministas republicanas como Carolina Beatriz Ângelo, Ana de Castro Osório, Maria Veleda e Adelaide Cabete, a presença das primeiras deputadas na Assembleia Nacional (1935), a publicação do livro ‘As mulheres do meu País’ de Maria Lamas (1948), a lei que estabelece igualdade de direitos políticos dos homens e das mulheres, independentemente do estado civil (1968), a introdução, na legislação portuguesa, da autorização da mulher sair do país sem autorização do marido (1969), a publicação de “Novas Cartas Portuguesas” de Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta (1972), entre outras.

²⁰ De destacar, a Comissão do Estatuto da Mulher, o Comité sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, o Instituto Internacional de Investigação e Formação das Nações Unidas para a Promoção das Mulheres, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres, a Declaração para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1993), a realização de Quatro Conferências sobre as Mulheres, de salientar a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

²¹ De destacar, a Estratégia Europeia para a Igualdade de Género 2020-2025.

No tocante ao contexto português, salienta-se a Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações, a CITE, a CIG e, a nível da sociedade civil, o Lobby Europeu de Mulheres, a Associação das Mulheres da Europa Meridional e a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. No quadro legal e político português e de acordo com o programa da formação, foi referenciada e apresentada a Estratégia Nacional para a Igualdade de Género e a Não Discriminação 2018-2030²², bem como os três Planos Nacionais de Ação em que se encontra alicerçada, que explanam objetivos estratégicos e específicos em matéria de igualdade entre mulheres e homens, prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica e combate à discriminação em razão de orientação sexual, identidade de género e características sexuais.

As últimas duas sessões foram dedicadas a uma breve apresentação oral individual pelos/as formandos/as onde era pretendido relacionarem a sua formação académica/área profissional com as questões de género, isto é, apresentarem programas/projetos ou respostas sociais direcionadas para a temática que integram ou, caso não se aplicasse, apresentar as principais desigualdades e estereótipos que sentiam no local de trabalho, incluindo, sempre que possível, dados estatísticos e uma breve reflexão pessoal do trabalho desenvolvido em matéria de igualdade de género e aquele que consideravam pertinente desenvolver no local de trabalho e/ou no domínio profissional de forma mais lata.

Tendo em conta a diversidade de contextos profissionais em presença, foi um espaço bastante profícuo no que tange à aquisição e aprofundamento de conhecimentos e partilha de experiências em diversas áreas de intervenção. De modo a respeitar o princípio da confidencialidade e privacidade dos dados não vão ser expostas o nome das organizações, contudo importa mencionar que foram apresentados projetos/respostas sociais nas seguintes áreas: promoção da saúde sexual e reprodutiva; redução de riscos e minimização de danos; defesa dos direitos humanos e fortalecimento de uma cultura democrática e consciência cívica; promoção e educação para a saúde no âmbito escolar; promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo; direitos humanos das mulheres; menores estrangeiros não acompanhados; procriação e parentalidade positiva; representatividade das mulheres nas autarquias; promoção da igualdade e da diversidade social e de combate à violência doméstica e de género; promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

²² Disponível em <https://bit.ly/3QQoB9b>

3. Roteiros Temáticos de Género: Abordagem Social e Jurídica

O terceiro módulo comporta um total de 36 horas e foi dividido em 9 sessões tendo como intento abordar as questões da igualdade de género na dimensão pessoal e familiar, na dimensão profissional, na conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, a democracia paritária – poder político e tomada de decisão, a violência de género, a saúde, direitos sexuais e reprodutivos e, por fim, o *mainstreaming* de género e ações positivas. Na impossibilidade de realizar uma abordagem aprofundada de todas as sessões para não tornar o presente documento exaustivo e denso do ponto de vista teórico, a estagiária vai explicar apenas as atividades e reflexões que considerou mais pertinentes e impactantes para o seu percurso profissional, enquanto futura educadora e formadora de adultos.

No que toca ao submódulo referente à dimensão pessoal e familiar, a formadora iniciou solicitando aos participantes para responderem às seguintes questões: “O que é que gosto/não gosto em ser mulher?” e “O que é que gosto/não gosto em ser homem?” e, seguidamente, partilhassem com o grupo. No seguimento das partilhas, foi perceptível pelo discurso dos/as formandos/as, por um lado, a maior liberdade das mulheres em mostrar os seus sentimentos, afetos e vulnerabilidade, como também maior aceitação e possibilidade de ousar na forma de se vestir, em comparação com os homens, pois decorre uma maior preocupação destes em não assumirem comportamentos que os aproximam dos padrões associados às mulheres, por medo de serem alvos de gozo e julgamento. Por outro lado, as mulheres aludiram à opressão que sentem da sociedade que as condiciona, sob o pretexto de proteção, que foi visível em alguns testemunhos, como por exemplo “*Parece que temos algo a provar à sociedade*”, “*Vulnerabilidade/objetificação da Mulher*”, “*Somos mais violentadas*”, “*Maior medo de sair à rua sozinhas*”. A aditar ao exposto e tendo em conta que o grupo é, maioritariamente, constituído por pessoas do sexo feminino, o homem foi descrito como símbolo de força, poder, por apresentarem menor pressão social, menos estereótipos associados, maior progressão na carreira, maiores círculos de amizade e por se encontrarem, indiscutivelmente, “*nas mesas das decisões*”.

No que toca à dimensão pessoal e familiar, na segunda sessão, foi desenvolvida uma atividade intitulada de “Provérbios de Género” (ver Anexo VIII) que tinha como propósito analisar, em grupo, um conjunto de provérbios e como estes edificam, perpetuam e reforçam os estereótipos de género, despertando a consciência dos/as

sujeitos/as para as desigualdades de género veiculadas na linguagem popular dos provérbios e para a interiorização da subordinação e inferiorização das mulheres face aos homens. Esta dinâmica permitiu evidenciar como os fatores culturais de uma sociedade patriarcal reforçam a presença, na contemporaneidade, de um modelo social androcêntrico que coloca no centro da vida e da organização social o homem e que se estrutura em torno de um modelo de relação social hierarquizado, desigual e altamente discriminatório para as mulheres.

Na segunda parte da segunda sessão, foi dinamizado um exercício denominado “Relógio real e Relógio ideal” (ver Anexo IX) que pretendia que os/as participantes pensassem num dia típico da sua semana e fizessem o registo da sua rotina diária, no qual integrassem as 24 horas do seu dia e que incluíssem as distintas atividades²³ que faziam, seguidamente, foi pedido que descrevessem como o seria usado o seu tempo, num dia típico ideal. As partilhas foram muito interessantes e, na sua maioria, os/as sujeitos/as referiram que gostariam de não ter horas definidas para acordar, que gostavam de poder trabalhar menos horas (5 a 6h, idealmente) e, por conseguinte, usufruir de mais horas para descansar/repousar e dedicar a atividades de recreação e lazer com as pessoas significativas.

Na dimensão profissional, foram apresentados os principais dados estatísticos relativamente às desigualdades no trabalho e no emprego, o efeito da segregação horizontal e vertical e foi aludido o Projeto “Engenheiras por um dia”, promovido pela CIG, que sensibiliza as raparigas estudantes a enveredarem por áreas das tecnologias e engenharias. No que tange à presente dimensão foi ainda exposto a responsabilização das entidades no desenvolvimento de práticas que promovam a igualdade na esfera do trabalho e do emprego, entre as práticas verbalizadas foi destacada a importância dos Planos de Ação para a Igualdade.

Neste âmbito, a formadora, num primeiro momento, explicou como se edificava o processo de diagnóstico da situação da empresa no domínio da igualdade de género e na conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, abarcando os componentes basilares a incluir num questionário de autoavaliação da igualdade de mulheres e homens nas organizações. Seguidamente, os/as participantes foram divididos/as em dois

²³ A sabes, atividades psico-fisiológicas (sono, alimentação, cuidados médicos, estéticos), atividades de recreação (festas, espetáculos, concertos, atividades desportivas, ler, etc.), atividades domésticas e familiares (preparação de refeições, lavar e arrumar a loiça, tratar da roupa, ir às compras, etc.), atividades cívicas e atividades profissionais (trabalho profissional efetivo, formação profissional, deslocações casa/trabalho/casa).

grupos e foram desafiados/as a analisar, respetivamente, um Plano de Ação para a Igualdade de duas entidades privadas distintas, bem como apresentar sugestões de melhoria ao nível do planeamento e desenvolvimento de ações adequadas. No que toca ao Plano analisado pelo grupo que integrou a estagiária, de mencionar que o mesmo não possuía diagnóstico da situação da empresa nem das necessidades internas, os objetivos eram demasiado ambíguos, gerais e pouco concretizáveis, os indicadores eram imprecisos, não podiam ser mensuráveis e, nalguns objetivos, os indicadores eram insuficientes e, a aditar ao exposto, não apresentava a metodologia de avaliação/monitorização dos indicadores. O presente plano, apesar de constituir um elemento basilar no contexto empresarial, demonstra um claro desconhecimento concetual e operativo relativamente às estratégias de gestão que promovam a igualdade profissional pelo que importa, neste âmbito, formar e habilitar os recursos humanos responsáveis pela construção destas ferramentas, nomeadamente a frequência neste tipo de ações de formação.

Relativamente à dimensão da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, a estagiária adquiriu conhecimentos bastante pertinentes ao nível das boas práticas de conciliação, designadamente ao nível das formas de organização do tempo de trabalho (flexibilidade de horário, teletrabalho, etc.) e benefícios diretos a trabalhadores/as e a familiares (licenças²⁴ para pais e mães trabalhadores/as, apoios financeiros, serviços de saúde, bem-estar e gestão de stress, protocolos com serviços de natureza variada, como programas de Atividades de Tempos Livres, serviços domésticos, serviços de apoio a idosos e a outros dependentes, serviços de transporte, serviços de acolhimento de crianças nas instalações da empresa).

No concernente às restantes temáticas do presente módulo, foi realizada uma abordagem mais teórica e expositiva de informação, com o visionamento de alguns vídeos/documentários pertinentes. Na esfera do poder e tomada de decisão, foram exibidas informações estatísticas relativas à participação política de mulheres e homens, o conceito de paridade e a importância da democracia paritária na desconstrução de estereótipos e papéis de género e em garantir uma participação ativa e igualitária de mulheres e homens no desenvolvimento de soluções para as problemáticas sociais e nos órgãos de decisão política do seu país. No que concerne à temática da Violência de

²⁴ Licença por maternidade/paternidade; Licença por paternidade; Licença Parental; Licença de amamentação/aleitação; Licença especial para assistência a filhos; Licença para adoção de menores de 15 anos; Incentivo à maior participação do pai na vida familiar.

Género, a formadora realçou as principais formas de violência contra a mulher/violência de género, particularmente o Tráfico de Seres Humanos, a Mutilação Genital Feminina, o Casamento Infantil/Precoce e Forçado, o Assédio Sexual, a Violência Doméstica e os Crimes de Honra. Relativamente ao último roteiro temático, *Mainstreaming* de género e Ações Positivas, foi realizado uma distinção concetual e operativa entre políticas de igualdade, ações positivas e *mainstreaming*.

No final do presente Módulo, face à necessidade de ocorrer um momento avaliativo devido aos procedimentos da CIG, os/as formandos/as foram instigados/as a efetuar uma breve reflexão crítica sobre um dos temas abordado ao longo das sessões e que tenha tido impacto significativo no seu contexto profissional e/ou pessoal. Neste contexto, a discente gostaria de salientar duas reflexões que considerou relevantes no âmbito da temática em presença. A primeira refere-se à partilha de uma imagem (ver Figura 1) de um moliceiro de Aveiro, símbolo com elevado prestígio cultural, que tem uma pintura de uma mulher, aparentemente, com um vestido decotado, batom vermelho, os seios salientes e com uma travessa de ovos moles na mão e com a descrição “Que rico par de Ovos Moles!...”. Esta imagem vem reforçar como a sexualização e os padrões de beleza associados ao sexo feminino estão imersos na cultura portuguesa e vêm fomentar uma visão distorcida sobre o corpo e o lugar das mulheres, como uma formanda refletiu:

“quando é que o mundo vai ter lentes de género? Estas especiais que nos vão obrigar a encarar as coisas como elas são? E são feias. Muito feias para as mulheres, e todas as coisas pequeninas, micros, tornam-se macros, grandes, tão grandes” (F8)

No âmbito desta atividade, importa partilhar uma pintura, intitulada de “Mulheres com valor” (ver Figura 2) feita por uma formanda, relativa à especial vulnerabilidade a que a mulher está sujeita no crime Tráfico de Seres Humanos. Nas suas palavras, foi uma problemática sobre a qual não detinha conhecimentos, que a sensibilizou e chocou parafraseando até a formadora “A vida humana dá lucro!” que foi o mote para a pintura.

Estas duas imagens são dois exemplos claros como a cultura e a arte podem ser uma arma poderosa no âmbito da igualdade de género, contudo depende da forma como é utilizada, por exemplo na Figura 1 é um veículo de estereótipos e a objetificação da

mulher, e por outro lado, na Figura 2 pode ser um motor para desconstruir e consciencializar a opinião pública para a violência de género.

Figura 1. Moliceiro de Aveiro



Fonte: Foto tirada por uma formanda

Figura 2. "Mulheres com valor"



Fonte: Pintura elaborada por uma formanda

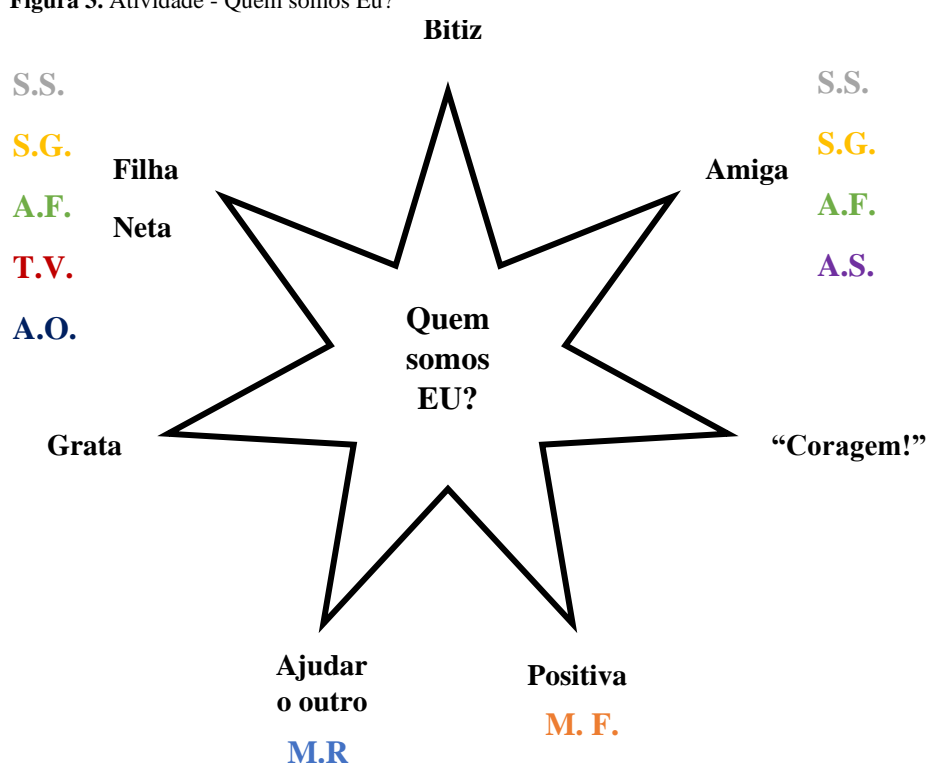
O presente roteiro temático e as atividades desenvolvidas, para além de muito ricas do ponto de vista da reflexão pessoal acerca dos estereótipos e papéis de género inculcados na sociedade vigente, foram muito interessantes e úteis, enquanto dinâmicas educativas reflexivas e participativas, e que poderão ser utilizadas, de forma transversal, com distintos públicos-alvo no contexto profissional da discente.

4. Metodologias de Formação em Igualdade e Sugestões de Operacionalização

O quarto e último módulo, constituído por 18 horas, pretendia dotar o/a formando/a de conhecimentos e competências ao nível das metodologias de formação em igualdade de género. A sessão foi iniciada com uma atividade de quebra-gelo denominada de "Quem somos Eu?", adaptada do Manual COMPASS, que tem como objetivos gerais compreender o conceito de identidade, aumentar o autoconhecimento, desenvolver competências de comunicação e promover a solidariedade e o respeito. Assim, os/as participantes foram convidados/as a desenhar uma estrela pessoal com 8 a

10 raios, onde identificaram em cada um dos raios características físicas e/ou psicológicas, papéis sociais/gostos que definem a sua identidade e, de seguida, partilhassem com o grupo. O objetivo inicial, visto que a sessão foi idealizada para o modo presencial, era que os/as formandos/as escolhessem uma caneta de uma cor específica, símbolo da sua individualidade, andarem pela sala, compararem as estrelas e quando encontrassem alguém com quem partilhassem um raio ou mais, deviam fazer um autógrafo mútuo perto do raio e assim sucessivamente até partilharem a sua estrela com todos os elementos do grupo. Tendo em conta que a sessão decorreu, via plataforma zoom, cada um dos/as formandos fez a sua apresentação e, se tivesse uma característica em comum com outro o/a colega, anotava o respetivo nome, de preferência utilizando uma cor diferente para cada participante para formar um “arco-íris de identidades” (ver Figura 3). De notar que, tendo em conta a salvaguarda do princípio da privacidade e confidencialidade dos dados, foram apenas apresentadas as iniciais do primeiro nome e do apelido.

Figura 3. Atividade - Quem somos Eu?



Fonte: Elaborado pela estagiária

No que tange à presente atividade, em primeiro lugar, referir a dificuldade da estagiária em definir as características mais importantes da sua identidade, o desenrolar da atividade tornou-se muito significativo pelo facto de permitir conhecer-se a si própria

e ao outro mais profundamente, perceber, que apesar das diferenças, os seres humanos tem mais coisas que os unem do que aquelas que os separam, e compreender que todos somos indivíduos/as, em constante transformação, e como determinados aspetos da nossa identidade se vão solidificando ao longo da nossa vida e tornando-se tão nucleares, em detrimento de outros que se vão desvanecendo e alterando. A formadora aludiu que poderia ser interessante guardar a estrela, reproduzir o exercício daqui a um período de tempo e compreender quais as semelhanças e diferenças da estrela antiga para a nova.

De seguida, de modo a assimilar as principais expectativas e interesses dos/as formandos, a formadora pediu que os/as sujeitos/as partilhassem, a partir da plataforma *JamBoard* da *Google*, as principais expectativas com este módulo, que temas lhe suscitam mais interesse e que aplicabilidade teria a formação no futuro profissional e/ou pessoal (ver Figura 4).

Figura 4. JamBoard - Expectativas para este Módulo, Temas de Interesse e Aplicação Futura



Tendo em conta o explanado na figura 4, na generalidade, os/as formandos pretendiam adquirir e aprofundar conhecimentos, competências, metodologias, instrumentos e recursos pedagógicos, como também conhecer novas pessoas e novas realidades. Possuíam interesse pelas áreas da igualdade de género, violência de género, participação das mulheres nas diferentes esferas sociais, linguagem inclusiva, intervenção com públicos vulneráveis e almejam com esta formação, futuramente, dinamizar ações de sensibilização e/ou ações de formação para distintos públicos e desenvolver competências pessoais, sociais e ao nível dos Planos para a Igualdade.

Após esta fase introdutória e de modo a dar início à lecionação dos conteúdos programáticos, a formadora, partindo novamente de uma metodologia ativa, neste caso a Plataforma *Mentimeter*, solicitou aos/às formandos/as que respondessem à pergunta “O que é Educação?”, sendo as respostas percecionadas na Figura 5. As respostas, na sua maioria, eram consonantes sendo aludidas o maior número de vezes palavras como ‘conhecimento’, ‘competências’, ‘aprendizagens’, ‘partilha’, ‘saber fazer’, ‘crescimento’.

Figura 5. Mentimeter - O que é a Educação?



Fonte: Retirada pela estagiária

No seguimento das partilhas e baseada na literatura freiriana, a formadora expôs uma componente teórica relativamente à importância da educação, dos distintos modelos educativos (educação formal, informal e não formal), da abordagem holística, aprendizagem em aberto, centrada na/o aprendiz e na sua experiência.

A sessão seguinte foi iniciada de uma forma bastante peculiar, isto é, com a auscultação da música "Nós Somos Mulheres"²⁵, cantada pela banda Samba Que Elas Querem, tratando-se de uma versão feminista da canção “Mulheres” de Martinho da

²⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=B5YJqc-rK-A>

Vila que define as mulheres como “desequilibradas, confusas, de guerra e de paz”. Nesta reconfiguração da letra da música a banda canta:

“Mulheres cabeça e muito equilibradas/ Ninguém está confusa, não te perguntei nada/ São elas por elas (...) Eu não sei por que eu tenho que ser a sua felicidade/ Não sou a sua projeção, você é que se baste/ Meu bem, amor assim eu quero longe de mim/ Sou Mulher, sou dona do meu corpo e da minha vontade/ Fui eu que descobri poder e liberdade/ Sou tudo o que um dia eu sonhei pra mim (...)”

De destacar que, no final do vídeo a banda refere que a adaptação da música não se trata de uma resposta à composição original, mas “Um grito da luta das mulheres!”. A apresentação desta reconfiguração da música é um excelente recurso audiovisual para refletir, em diversos contextos educativos e formativos, de modo a consciencializar como a objetificação e sexualização da mulher se encontra embutida numa sociedade patriarcal dominante, muitas vezes pela normalização de comportamentos e mensagens subliminares perpetuadas na música, na televisão, na moda, no cinema e nas redes sociais.

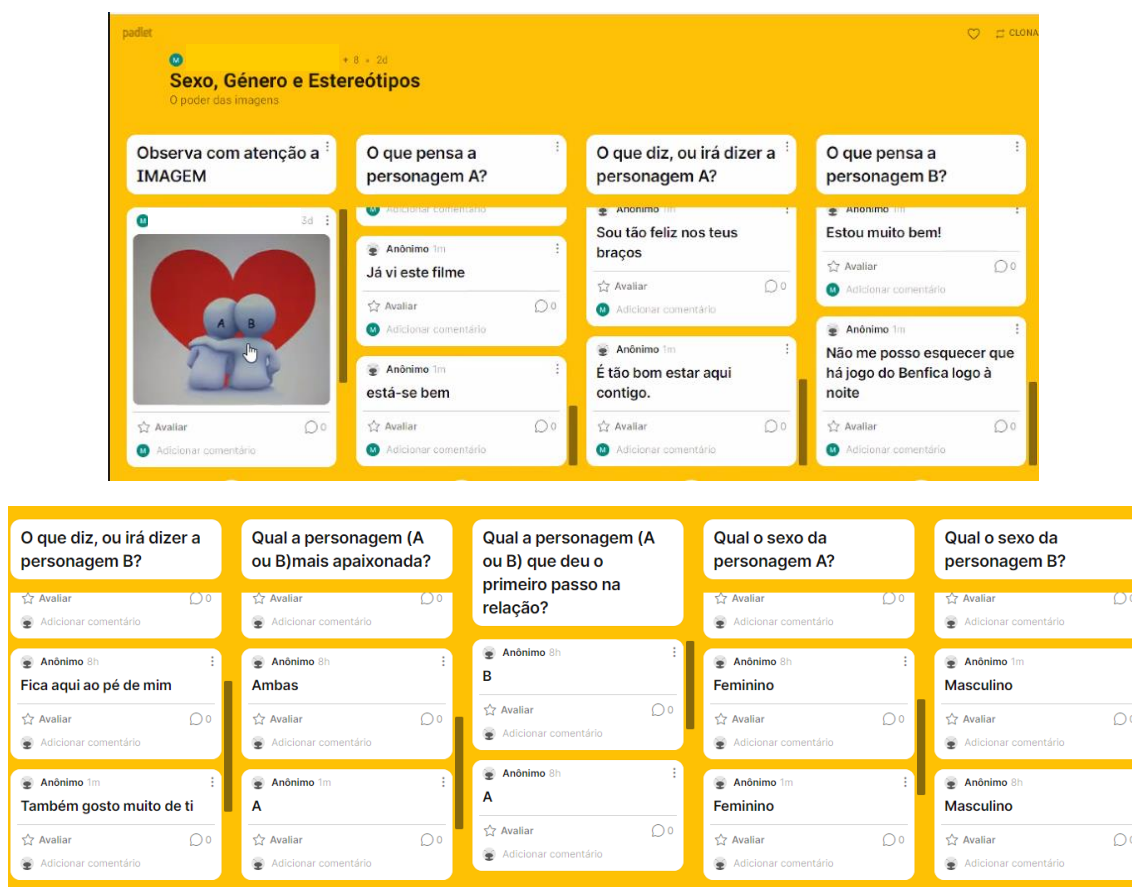
Seguidamente, foram apresentados distintos recursos pedagógicos que contêm diversas dinâmicas e atividades na temática em apreço, nomeadamente o COMPASS, o Manual de Formação de Formadores em Igualdade entre Mulheres e Homens da CITE, os Guiões da Educação da CIG, o Coolkit elaborado pela Coolabora e os Roteiros do Roteiro Cidadania em Portugal, da ANIMAR SECI.

A avaliação final do módulo envolveu o planeamento, em grupos de 2 a 3 elementos, de acordo com os temas de interesse mencionados na sessão anterior, de uma sessão de sensibilização/formação, presencial ou virtual, com duração máxima de 2h sobre um tópico à escolha, abordado ou não na formação, dentro da temática da Igualdade de Género. O Plano devia conter objetivos, público-alvo atividades/exercícios (sendo privilegiadas metodologias ativas e participativas), tempo e recursos necessários. Mais uma vez, foi um espaço muito enriquecedor para a estagiária, do ponto de vista dos conhecimentos, metodologias e instrumentos apreendidos e, neste âmbito, gostaria de mencionar duas dinâmicas que lhe cativaram o interesse pela criatividade, originalidade e pela capacidade de promover a participação e interação do grupo.

A primeira atividade denominada de “O Poder das Imagens” e adaptada do Guião de Educação, Género e Cidadania – 3.º Ciclo da CIG (Pinto et al., 2015), tinha

como finalidade compreender as diferenças entre sexo e género, bem como desenvolver atitudes crítico-reflexivas acerca das representações sociais e papéis estereotipados socialmente atribuídos as raparigas/mulheres e aos rapazes/homens (ver Figura 6). Neste sentido, foi solicitado aos/às discentes para observarem atentamente uma imagem e preencher o *Padlet*, de acordo com as questões efetuadas e, seguidamente, foi proporcionado um momento para comentários, reflexões e conclusões. ~

Figura 6. Padlet - Atividade "O Poder das Imagens"

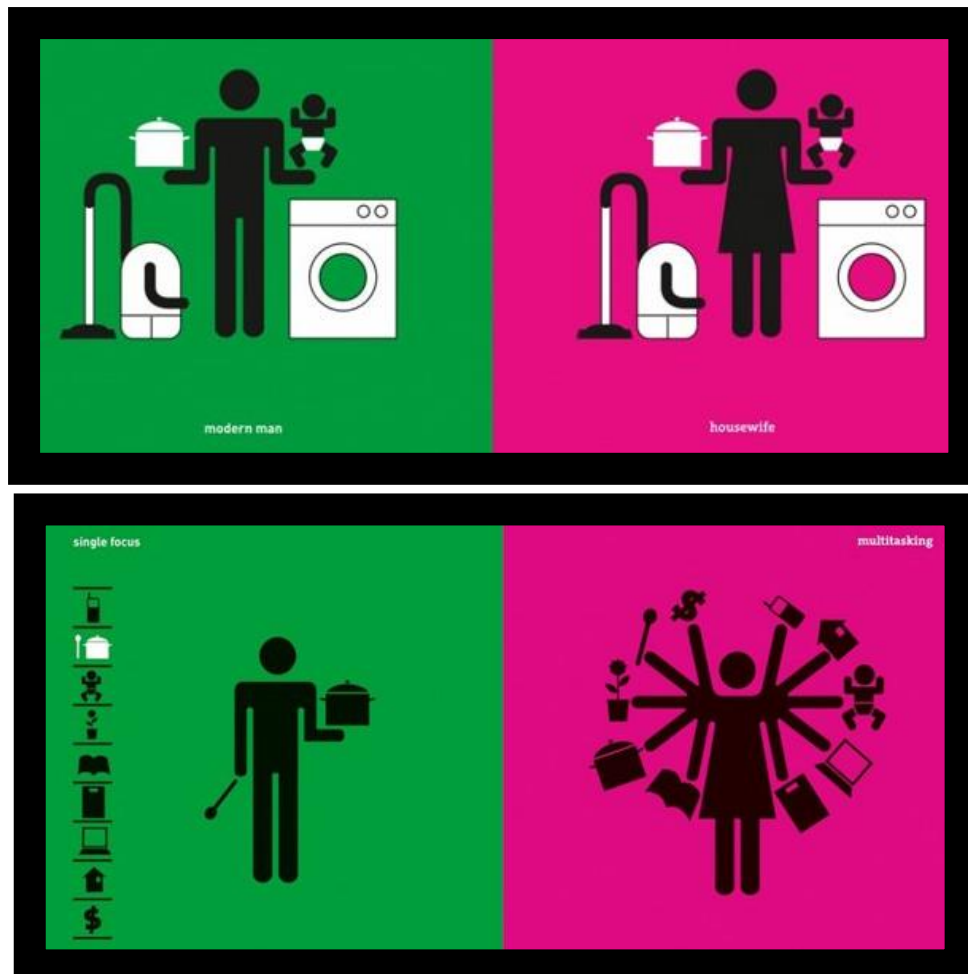


Fonte: Retirada pela estagiária

Partindo da análise da Figura 6, foi perceptível que, a maioria, dos/as formandos/as assumiram que a personagem A é do sexo feminino e a B do sexo masculino, apenas pela posição do braço de B, contudo as figuras são iguais e, admitindo que se trata de indivíduos de sexo diferente (e nada nos diz que assim seja, obrigatoriamente), apenas o gesto proactivo da personagem B faz criar em nós uma percepção da mesma. Esta dinâmica foi deveras relevante, pois possibilitou que o grupo refletisse acerca de como os estereótipos se encontram enraizados na nossa mente e quanto estes podem influenciar o nosso pensamento e conduta.

Neste domínio, importa salientar outro recurso pedagógico visual, interativo e com elevado potencial reflexivo apresentado por outra formanda denominado de “*Man meets woman*” de *Yiang Liu* (2014) que incorpora um conjunto de pictogramas binários, a título exemplificativo ver a Figura 7, que pretende sensibilizar a sociedade para a desconstrução de estereótipos e papéis sociais socialmente atribuídos a mulheres e homens.

Figura 7. Pictogramas binários do livro “*Man meets woman*” de *Yiang Liu*



Fonte: Retirado do livro “*Man meets woman*” de *Yiang Liu* (2014)

Partindo destas imagens, a dinâmica consistia em cada formando/a criar um *slogan* para uma campanha de consciencialização e desmistificação dos estereótipos de género. Desta atividade emergiram distintos *slogans* interessantes, destacam-se aqui aqueles que a estagiária considerou mais relevantes: ‘(Des)Construir Laços’, ‘A igualdade é uma luta de tod@s e para tod@s!’ ‘Mais Igualdade, Mais Solidariedade’.

A última dinâmica pretendia realizar a avaliação global da formação, assim, assente novamente na plataforma *JamBoard* foi requerido aos/às formandos/as para

completar quatro frases, nomeadamente aspetos positivos da formação, aspetos a melhorar, sugestões para o futuro e algo mais que queira referir (ver Figura 8).

Figura 8. JamBoard - Avaliação da Formação

Avaliação Formação

Aspetos Positivos

- Tema interessante e atual numa formação dinâmica com gente que fala do que sabe...
- Relação saudável entre os formandos
- Ser dinâmica
- Conhecer pessoas!
- Experiências partilhadas dos elementos do grupo, assim como materiais usados.
- Dinâmica das sessões; Relação entre todos/as
- Recursos usados/partilhados
- Formadoras excelentes, diferentes entre, mas com experiências de vida e profissionais muito ricas.
- Dinâmicas super divertidas com as novas tecnologias.
- Excelente dinâmica e espírito de grupo
- Sessões dinâmicas, com valorização das partilhas de cada um/a e respeitando cada um/a, no que é, se apresenta e pensa.
- A BEATRIZ! <3
- Música

Aspetos a Melhorar

- horário
- A Beatriz não falhou pelo que não há nada a melhorar...
- Sessões com menos horas seguidas!
- Duração das sessões
- Ser presencial
- Horário
- Sábados
- Ser presencial.

Sugestões para o Futuro

- Sessão presencial para entrega dos certificados (com almoço)
- Marcar o almoço no início da formação!
- Ter pelo menos 1 sessão presencial
- Mais tempo para preparar as actividades
- Dinâmica em grupo, pelo menos uma.

Algo mais que queira referir

- Agradecer a grande disponibilidade e os ensinamentos transmitidos pelas formadoras
- Gostava de mais cotas para os homens!
- Os recursos partilhados são uma grande mais valia
- Agradecer a todos os formadores pela disponibilidade
- ADOREI tudo e todos. Grata!
- Muito grata! Pelas pessoas, pelas partilhas de experiências e pelos materiais.
- Muito obrigada pela aprendizagem significativa, abertura, boa disposição.
- OBRIGADA!
- CPCJ
COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS
Se precisarem de algo da minha parte, disponham... Até à próxima
- Beijinhos para tod@s!

Fonte: Retirada pela estagiária

De acordo com as respostas dos/as participantes e observável pela Figura 8, o balanço geral da formação é muito positivo e os objetivos pré-definidos foram alcançados, tratou-se de uma formação muito dinâmica e rica no que toca à apreensão de conhecimentos, metodologias e instrumentos interativos e tecnológicos, com espaço para a partilha e valorização de experiências pessoais e profissionais, com um corpo formativo excelente. No que toca aos aspetos a melhorar, os únicos aspetos a considerar foi a modalidade ser dinamizada totalmente em *e-learning*, carecendo de pelo menos uma sessão presencial para aprofundamento das relações interpessoais estreitadas durante as sessões, e a carga horária excessiva por sessão.

A discente, conclui a descrição desta atividade reiterando as palavras acima expostas dos seus colegas, agradecendo a atenção, disponibilidade, saberes transmitidos pelas formadoras e a possibilidade de poder ter participado nesta Ação de Formação. Para além do exposto, a estagiária gostaria também de deixar umas palavras de apreço aos colegas com quem teve o gosto de privar, pois o grupo também é, evidentemente, um fator decisório para a prossecução dos objetivos estabelecidos, assim agradecemos as palavras escritas na *JamBoard*, bem como a simpatia, a boa disposição, o espírito positivo e as experiências partilhadas. Continuamos, juntas e juntos, na luta, por um mundo mais justo, igualitário e tolerante!

iii. Dinamização de Ações de Sensibilização no Domínio dos Direitos Humanos e Cidadania Global

O contexto da atual sociedade democrática e multicultural, impõe a aquisição de distintos conhecimentos teóricos e competências facilitadoras de coesão social, de valorização da diversidade e da igualdade, e de resolução de divergências e conflitos de forma não-violenta, com respeito pelos direitos de cada pessoa (Akto, 2021g). Neste seguimento, as ONGD têm um papel basilar na educação e na sensibilização para os Direitos Humanos e Democracia, por via da educação não formal, como um mecanismo essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitadora das diferenças. Neste domínio, Vieira (2009, citado por Vieira, 2017) expõe que uma educação para a cidadania que promova e incorpore competências sociais e cívicas nas gerações mais novas implica, inexoravelmente, um afastamento de lógicas de pedagogia estritamente expositivas e a aproximação a metodologias não formais, positivas e

alternativas que permitam a observação, representação e discussão das temáticas por parte das crianças e jovens.

Neste sentido, esta atividade é direcionada, maioritariamente, para crianças e jovens estudantes do ensino básico, secundário e superior, bem como profissionais de áreas de intervenção associadas aos Direitos Humanos e Democracia, partindo de metodologias e ferramentas participativas e ativas. Neste âmbito, a discente, face a solicitações por parte de entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, desenvolveu um conjunto diversificado de ações de sensibilização no domínio dos Direitos Humanos. Com esta atividade pretendeu-se que a estagiária desenvolvesse competências de planeamento, organização, execução e avaliação de Ações de Sensibilização em temáticas como a Igualdade de Género e Tráfico de Seres Humanos.

Igualdade de Género

No dia 21 de dezembro de 2021, a discente, em conjunto com a orientadora de estágio, desenvolveu no Centro de Atividades Livres do Centro Social Paroquial de S. João do Campo, com crianças entre os 6 e 11 anos, uma ação de sensibilização na área da Igualdade de Género que tinha como objetivo geral sensibilizar as crianças para o modo como os papéis sociais, tradicionalmente atribuídos a mulheres e a homens, estão presentes nas nossas perceções individuais. De modo específico, foi intento da ação explorar o que é ser menino/menina; refletir sobre características físicas, traços ou atributos de personalidade, papéis sociais desempenhados e atividades profissionais socialmente esperadas para meninos e meninas; e promover a compreensão de que os brinquedos não têm sexo e/ou género, demonstrando que não há brinquedos só para meninos ou só para meninas.

Conforme explanado no Plano da Sessão da Ação de Sensibilização (Anexo V), a atividade foi dividida em quatro momentos. Num primeiro momento, foi realizada uma breve apresentação dos objetivos e intervenção da Akto, explicado que íamos desenvolver uma atividade dinâmica sobre estereótipos/papéis de género, reforçando que se tratava de um espaço aberto, seguro, sem julgamento e que não havia respostas certas nem erradas, de modo a estimular a partilha de opiniões. De seguida, de modo a fomentar um ambiente acolhedor e divertido, foi realizada uma dinâmica de Quebra-Gelo – “Nome e um Gesto” – que consistia em formar uma roda de pé e pedir a cada pessoa que dissesse o seu nome e, simultaneamente, fizesse um gesto/som/movimento

qualquer à sua escolha. Seguidamente, a criança ao seu lado repetia o nome e o gesto do colega anterior e apresentava-se dizendo também o seu nome e um movimento diferente e assim, sucessivamente, até ao último aluno.

Posteriormente, foi dinamizado o Jogo do Extraterrestre onde, partindo da analogia que as facilitadoras eram duas extraterrestres acabadas de chegar à terra, as crianças tinham que explicar o que é ser menino/menina. Os/as participantes foram divididos/as em dois grupos, foi-lhes entregue uma cartolina, e durante 20 minutos um grupo tinha que descrever o que era ser menino e o outro grupo o que era ser menina, após terminarem o trabalho apresentaram os resultados aos/às restantes colegas (cf. Tabela 3).

Tabela 3. Jogo do Extraterrestre

Ser Menino é ...	Ser Menina é
<i>ter cabelo muito curto.</i>	<i>uma pessoa bonita.</i>
<i>um orgulho e correr mais rápido.</i>	<i>uma pessoa inteligente.</i>
<i>ser fixe.</i>	<i>bonita.</i>
<i>ser um pro player em jogos de computador.</i>	<i>uma pessoa alegre.</i>
<i>ir ao ginásio e estar no sofá.</i>	<i>uma pessoa corajosa e guerreira.</i>
<i>estar sentado no sofá e não fazer nada.</i>	<i>quem manda nos rapazes e quem é destemida.</i>
<i>jogar à bola com os meus amigos.</i>	<i>ser simpática e amorosa.</i>
<i>ser radical.</i>	<i>é ser mãe.</i>
	<i>ter fama.</i>
	<i>ter beleza.</i>
	<i>ser chique.</i>
	<i>gostar de utilizar vestidos.</i>
	<i>gostar das pessoas, e de dançar e de cantar.</i>
	<i>gosta de utilizar brincos e anéis e flores.</i>

Fonte: Elaborado pela estagiária

Como se pode observar pelas respostas das crianças, estas efetuam uma distinção do que é ser menino e menina, não com base no seu sexo biológico, mas sim partindo dos comportamentos, atributos psicológicos e gostos. A tabela exposta corrobora o explanado nas investigações aludidas no Guião de Educação Género e Cidadania para o 1.º Ciclo, sendo o menino visto como mais forte, ativo, líder, racional,

competitivo, dominante, independente, agressivo, orientado para a tecnologia e mercado de trabalho e, por outro lado, a menina como mais delicada, sensível, emocional, gentil e associada, sobretudo, à maternidade, às tarefas domésticas e aos cuidados de beleza e estética do corpo.

Seguidamente, foram efetuadas um conjunto de questões, por exemplo se as características apontadas para os meninos podiam ser atribuídas às meninas e vice-versa, à exceção daquelas relacionadas com a função reprodutora? Se todas as mulheres usavam acessórios? Se não havia homens vaidosos?. Este espaço foi importante para desconstruir estereotipais de género e reforçar junto das crianças que, apesar das mensagens que vão recebendo sobre como se devem comportar, é importante compreender e aceitar a sua própria identidade e características pessoais, bem como reconhecer importância do papel das meninas em cargos de decisão e dos rapazes no cuidado aos outros.

De acordo com André (1999, citado por Cardona et al., 2011), os brinquedos são instrumentos que permitem experienciar e aprender sobre a vida adulta, como também estimular comportamentos, práticas sociais e culturais, definindo os espaços do indivíduo na comunidade e na família. A autora Jeanne Block (1984, citada por Cardona et al., 2011) é muito premente ao afirmar que os brinquedos dados às meninas, nomeadamente conjuntos de painéis, tachos, bonecas, estojos de cabeleireira e *kits* de maquilhagem são promotores de uma menor criatividade, em comparação com os oferecidos aos rapazes (pistas de carros, legos, espadas, armas, jogos eletrónicos, construções, bolas, etc) tendo esta desigualdade implicações naturais ao nível da capacidade de resolução de problemas, aptidões para enfrentar desafios e autonomia. Face à importância que os brinquedos possuem no processo de socialização e identificação e assimilação dos papéis sociais, foi realizada uma dinâmica intitulada “Os brinquedos não têm género”, onde lhes foi entregue uma imagem de um brinquedo e tinham que pensar, durante 2 minutos, se se tratava de um brinquedo de menina ou de menino e, seguidamente, partilhar a sua conclusão com o grupo. As respostas foram agradavelmente positivas tendo as crianças unanimemente verbalizado que os brinquedos apresentados podiam ser tanto para menina como para menino. Não obstante, foi aludido que são livres de escolher os brinquedos com os quais querem brincar pois, só percebendo aquilo que suscita mais interesse é possível desenvolver

todo o seu potencial, personalidade e, assim, alcançar os objetivos e sonhos, independentemente do sexo biológico.

Por fim, com o intuito de consolidar os conteúdos abordados e as aprendizagens adquiridas, a discente tinha planeado realizar o “Jogo da Mala” onde cada participante escrevia numa cartolina, previamente afixada na parede com um desenho de uma mala, a principal bagagem que levava consigo da sessão, podia tratar-se de bagagem relativa a conteúdos, ideias, sentimentos, etc. Infelizmente, face à falta de tempo aliada à dificuldade de captar atenção do grupo nesta fase da atividade, não foi possível realizar a atividade, contudo o *feedback* das monitoras que acompanharam a sessão foi muito positivo referindo a importância que a atividade teve junto das crianças na abertura de novos caminhos e formas de pensar.

Paz e Resolução Não violenta de conflitos

Tendo em conta o sucesso da primeira Ação de Sensibilização, no decorrer do período de estágio curricular foi pedido a realização, no dia 28 de janeiro de 2022, de outra ação de sensibilização no Centro de Atividades Livres do Centro Social Paroquial de S. João do Campo, no âmbito da celebração do Dia Escolar da Não Violência e da Paz. De salientar que a presente Ação não foi realizada, por motivos de saúde e incompatibilidades de reagendamento, contudo face à pertinência da temática no âmbito do presente Relatório e visto que o Plano de Sessão já estava edificado a estagiária considerou pertinente a sua breve alusão.

Para a dinamização da ação, foi adaptada uma atividade que foi publicada, em 2002, pela UNESCO que, através da dramatização do conto “O coelho branco que queria viver em paz”, de Johanne Jalifour e Sébastien Guy, tinha como propósito ensinar às crianças a lidar com conflitos, a encontrar soluções pacíficas para os seus problemas, a identificar adultos de referência que as ajudassem a resolver os seus problemas e a reconhecer os benefícios de viver num mundo de paz. Ao longo da história, cada animal com o qual o coelho branco se cruza vai-lhe dando estratégias utilizar quando alguém era desagradável com ele, sendo esta uma analogia das atitudes e comportamentos que as crianças podem adoptar no dia-a-dia em situações de conflito, nomeadamente respirar para se acalmar, expressar o que sentem e pedir-lhe educadamente à pessoa para parar, ouvir e compreender o que o outro está a sentir. Seguidamente a esta reflexão, era solicitado às crianças que em conjunto numa cartolina

A3 fizessem um desenho ou escrevessem palavras, ações, gestos, poemas sobre a sua noção de viver num mundo pacífico, de modo a afixar num local de destaque do Centro.

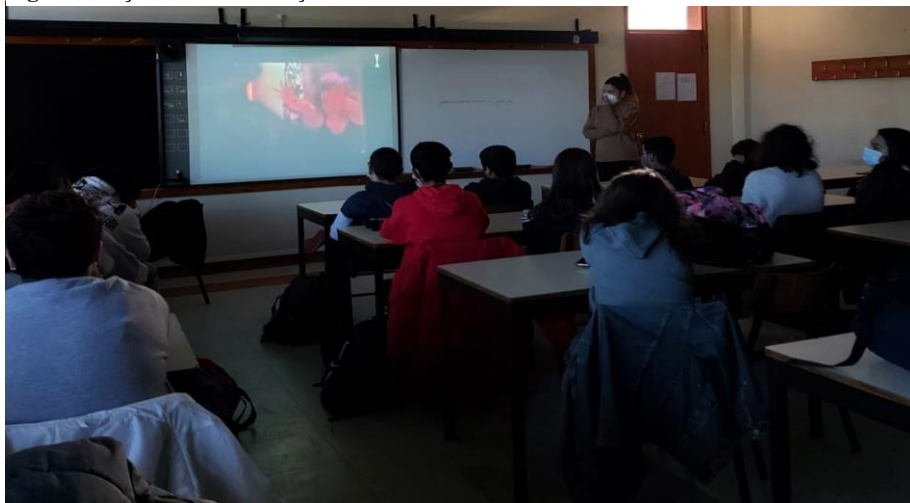
Tráfico de Seres Humanos

No dia 14 de janeiro de 2022, a Dra. Ana Rita Brito, desenvolveu uma ação de sensibilização na área do Tráfico de Seres Humanos, numa Unidade de Saúde Familiar da região de Coimbra, que visava sensibilizar os profissionais da área da saúde para a problemática do Tráfico de Seres Humanos e reforçar o seu papel na prevenção e combate deste flagelo. A ação de sensibilização teve a duração de duas horas e foi realizado, num primeiro momento, um enquadramento geral, de modo a compreender a problemática e as formas de controlo e modos de exploração, seguidamente foi exposto um breve enquadramento legislativo com o principal quadro jurídico a nível internacional e nacional. Numa segunda parte, foi apresentado o papel dos diferentes profissionais de intervenção, em especial dos profissionais da área da saúde, e formas de sinalização, identificação, integração e como se realiza o processo de apoio as vítimas de tráfico. Durante esta ação, a estagiária teve um papel de observadora o que se tornou bastante pertinente para adquirir conhecimentos sobre a problemática e do processo de intervenção.

No âmbito da intervenção realizada ao nível da Educação para os Direitos Humanos e Democracia em Escolas, a Akto é regularmente contactada por distintas escolas para a dinamização de ações de sensibilização na área do Tráfico de Seres Humanos, entre outras temáticas. Neste seguimento, a estagiária, partindo do conhecimento adquirido junto da orientadora e de estudo autónomo sobre a temática, dinamizou um total de quatorze ações de sensibilização, em escolas da região de Coimbra, para alunos e alunas com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos, mais especificamente uma turma do 7.º ano, três turmas do 9.º ano, cinco turmas do 10.º ano, três turmas do 11.º ano e duas turmas do 12.º ano. As ações de sensibilização tiveram como propósito que os/as alunas reconhecessem o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos com uma violação de Direitos Humanos e identificassem a presente temática como um problema à escala global. De forma específica, foi intento das ações que os mesmos compreendessem o conceito e os tipos/formas de exploração, as características das fases associadas ao crime de Tráfico, bem como as formas de sinalização, identificação e integração das vítimas.

Como se encontra explanado no Plano de Sessão (ver Anexo XI), as ações foram constituídas por cinco momentos a que importa aludir. Assim, primeiramente foi realizada uma atividade inicial que consistia em solicitar os Cartões de Cidadão aos alunos/as, com prévia autorização dos professores, com a promessa que iriam receber uma PlayStation 5. Esta dinâmica teve um grande impacto junto dos jovens e gerou muita surpresa e choque, pois, a maioria, forneceu os dados de identificação pessoal sem pensar nas consequências que daí podiam advir. Neste sentido, pretendeu-se alertar e sensibilizar os/as participantes para em momento nenhum entregarem os dados pessoais a pessoas desconhecidas, pois este tipo de promessas e a, conseqüente, retirada dos documentos de identificação era uma das formas mais comuns de aliciamento e recrutamento no crime de tráfico de seres humanos. Seguidamente, a discente realizou uma dinâmica de “Mitos & Factos” onde expôs um conjunto de frases relativas ao crime de Tráfico de Seres Humanos e onde os/as estudantes tinham que identificar se tratava de um Facto ou Mito, de modo a promover a consciencialização dos/as jovens que este crime é uma verdadeira violação aos direitos humanos e pode afetar todos/as independentemente da raça, sexo, classe social, habilitações académicas e orientação sexual. De seguida, num momento mais expositivo, a estagiária apresentou sucintamente o conceito de Tráfico de Seres Humanos, os tipos de exploração, as fases, as formas de sinalização e os princípios gerais sobre o funcionamento dos Centros de Acolhimento e Proteção. Posteriormente, foram visionados dois vídeos que pretendiam consolidar os conteúdos abordados e sensibilizar mais uma vez para a problemática, de acordo com a Figura 9.

Figura 9. Ação de Sensibilização no âmbito do Tráfico de Seres Humanos



Fonte: Retirada pela estagiária

Por fim, foi solicitado aos/às participantes para preencherem um questionário acerca do grau de satisfação com a Ação de Formação, de salientar que pela idade o presente questionário não foi passado aos alunos do 7.º ano. O questionário, numa primeira parte, possuía questões sociodemográficas, nomeadamente a idade, o ano de escolaridade, o sexo e, na segunda parte, no que tange especificamente à Ação, era constituído por nove perguntas, uma delas de resposta dicotómica, seis questões com uma escala de Likert de 1-5, sendo 1 correspondente a discordo totalmente e 5 concordo totalmente e duas questões de resposta aberta, as quais vão ser alvo de uma sucinta análise.

Foram obtidas um total de 187 respostas, sendo 102 (54,4%) participantes do sexo feminino, 71 (38%) do sexo masculino e 14 (7,5%) de outro. Nos dados referentes à variável idade, constata-se que as idades se situavam entre um valor mínimo de 14 anos e um valor máximo de 65 anos, de notar que os professores na sala de aula também preencheram o presente questionário. Relativamente ao ano de escolaridade e de acordo com o acima exposto, a escolaridade dos/as jovens variava entre o 9.º ano e o 12.º ano. No concernente à questão “Já alguma vez tinha ouvido falar de Tráfico de Seres Humanos?”, 177 (94,7%) dos/as respondentes afirmaram que já conheciam a problemática, enquanto 10 (5,3%) desconheciam.

Nos resultados obtidos relativamente à afirmação “Gostei de saber mais sobre o tema de Tráfico de Seres Humanos”, de mencionar que 137 (73,3%) dos/as inquiridos/as concordaram totalmente com a mesma. No que se refere à variável aquisição de novas aprendizagens, das 187 respostas contabilizadas, 165 (88,3%) jovens concordam ou concordam totalmente que foi um espaço propiciador para a apreensão de novos conteúdos e mais de metade dos/as estudantes (51,3%) possuem curiosidade em aprofundar conhecimentos sobre a temática. No âmbito dos conteúdos e atividades abordados, 179 (95,8%) dos/as respondentes concordaram ou concordaram totalmente que foram adequados e que as oradoras comunicaram a informação de forma clara e objetiva.

De forma global, 126 (67,4%) dos/as discentes avaliaram a ação como Muito Interessante e 51 (27,3%) avaliaram como Interessante. Posteriormente, quando questionados sobre o que mais gostaram na ação de sensibilização as respostas incidiram, na sua maioria, para a dinâmica inicial com os cartões de cidadão, sobre os

conteúdos apreendidos e o visionamento dos vídeos que são corroborados pelos seguintes testemunhos: *“Gostei muito do que aprendi, dos vídeos e dos jogos”, “Gostei de tudo, principalmente de mostrarem vídeos que nos permitiram sensibilizar ainda mais com o tema.”, “Facto que não devemos dar a nossa identificação a qualquer pessoa”, “Saber que podemos ser vítimas até por pessoas próximas”, “Infelizmente, de aperceber me da quantidade de pessoas vítimas por tráfico, às vezes quando menos nos apercebemos.” A forma como iniciaram a sessão, com uma situação prática que nos coloca logo a pensar!”, De seguida os/as participantes foram inquiridos/as sobre os aspetos que menos gostaram na ação de sensibilização, no geral, mais de 70% referiram que não tinham nada a apontar e que tinham gostado de tudo como se pode verificar neste depoimento *“Acho que todas as dinâmicas foram bem pensadas e deu para perceber tudo. Não há nada de que não tivesse gostado”*. Contudo, houve alguns/mas estudantes que ficaram bastante sensibilizados/as e até deveras assustados/as com a presença do problema na atualidade, que é visível nos seguintes discursos *“Da sensação de medo que fiquei”, Acho que de ver as condições a que as pessoas ficam sujeitas acho que é um pouco sensível”, “De saber que há pessoas com esse tipo de problemas”, “Saber que há muito mais tráfico humano do que imaginava”, “Perceber a que ponto chega a maldade do ser humano, “Gostei de tudo mas “senti” o peso do assunto”*.*

i. Participação em Seminários, Conferências e Webinares

No decorrer do estágio, de modo a adquirir e aprofundar conhecimentos complementares nas áreas de intervenção da entidade, a aluna participou num conjunto diversificado de Seminários, Conferências e Webinares, os quais vão ser alvo de breves considerações seguidamente.

Cuidado e Cidadania na Construção da Igualdade entre Homens e Mulheres

Nos dias 13 e 14 de dezembro, a estagiária participou num seminário *online* intitulado de *“Cuidado e Cidadania na construção da Igualdade entre homens e mulheres”* dinamizado pela CooLabora em parceria com o Centro de Formação da Associação de Escolas da Beira Interior, com duração de 6 horas e acreditada para a progressão na carreira docente. Este seminário, direcionado para docentes e outros agentes educativos, tinha como objetivo contribuir para tornar efetiva a transversalização da igualdade de género no sistema educativo; promover a

dessegregação das escolhas profissionais ligadas ao género, bem como a valorização das tarefas associadas ao cuidado; equacionar os desafios que se colocam ao sistema educativo no quadro das orientações políticas até 2030 relativas à cidadania e à igualdade entre raparigas/mulheres e rapazes/homens; e, por último, incentivar a utilização de recursos pedagógicos específicos sobre Igualdade, Género e Cidadania, destinados a apoiar docentes dos ensinos básico e secundário.

A sessão de formação teve início com a exposição de uma imagem polémica onde, num encontro com líderes na Turquia, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia (o órgão Executivo da União Europeia), não tinha cadeira para se sentar tendo ficado sentada num sofá na lateral afastada das restantes figuras de Estado. Esta imagem foi o mote para uma breve reflexão inicial de como as dinâmicas de desigualdade de género continuam presentes na contemporaneidade em diferentes esferas sociais. Neste âmbito, foram apresentados dados estatísticos de relevância sobre a sub-representação das mulheres na política e nos cargos de poder e decisão e, por sua vez, uma elevada prevalência, no contexto português e da União Europeia, de indivíduos do sexo masculino com título de ministros nos governos nacionais, na composição dos parlamentos nacionais, como líderes de partidos políticos e na composição dos conselhos de administração das maiores companhias listadas na bolsa, apesar de as mulheres continuarem a possuir maiores habilitações académicas em comparação com os homens. Neste seguimento, foram também apresentados dados verdadeiramente preocupantes onde as mulheres continuam a despende, semanalmente, de mais horas de trabalho não remunerado comparativamente com os homens, nomeadamente em tarefas domésticas e nos cuidados a familiares (filhos, etc.).

Após a apresentação destas informações estatísticas tão pertinentes, foi efetuado um breve enquadramento dos principais conceitos e perspetivas relacionadas com a igualdade de género, nomeadamente a distinção entre sexo e género e a elucidação sobre os mecanismos que estão na origem e perpetuação de preconceitos e estereótipos de género nas sociedades atuais. Foi destacado o papel que as práticas estereotipadas no seio familiar, escolar e social possuem na construção da personalidade, nas competências adquiridas, na socialização e nas expectativas sociais. A formadora, a título exemplificativo, mencionou como os brinquedos oferecidos na infância condicionam decisivamente as habilidades individuais das crianças e tem um forte impacto nas escolhas e oportunidades profissionais na vida adulta, na progressão da

carreira, perpetuando-se contextos de emprego altamente segregados, como também uma menor independência financeira, na qualidade de vida e bem-estar das mulheres.

Neste domínio, o meio educativo e vocacional detém uma função basilar na desconstrução de estereótipos e papéis de género relacionados com as diferentes áreas de formação e as respetivas profissões, sendo crucial, como afirmou a formadora, uma “educação liberta de preconceitos, uma educação que promova a autoconfiança, o sentimento de “poder”, a igualdade, a emoção e a partilha em TODAS as crianças”. Neste sentido, a formadora referiu a importância dos ambientes educativos operacionalizarem um conjunto de estratégias numa perspetiva de igualdade de género, nomeadamente promover a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, fomentar parcerias concertadas e redes de trabalho com os agentes locais, articular currículos disciplinares, planear e desenvolver, em conjunto com as crianças e jovens, projetos neste domínio, abrir espaços de discussão, debate, decisão e ação, através da dinamização de assembleias de turma e da participação dos/as educandos/as em estruturas pedagógicas.

Neste seguimento, os/as formandos/as foram desafiados, em grupos de dois/três elementos, definir um plano com medidas, estratégias e/ou iniciativas a adotar no contexto escolar que integram, de forma a diminuir as desigualdades entre rapazes e raparigas. O grupo que a estagiária integrou era constituído por professoras do 1.º Ciclo que lecionavam aulas num contexto socialmente vulnerável e com um elevado número de famílias multiproblemáticas e, maioritariamente, de etnia cigana. Face ao exposto, as estratégias apresentadas foram direcionadas para esse público-alvo, tendo sido, num primeiro momento, reforçado a importância da interdisciplinaridade da Educação para uma Cidadania Global e de intervir junto das famílias, de modo a quebrar os ciclos de pobreza e a manutenção dos estereótipos e papéis sociais associados à mulher/homem. Neste âmbito, uma das participantes referiu a pertinência que o projeto “Trajetos E8G” tem tido na comunidade infantil e juvenil do território, ao nível do combate ao insucesso escolar, baixa autoestima e dos estereótipos associados ao território e a cultura. Seguidamente, foi aludido como a intervenção pela arte era uma ferramenta ímpar no que tange à inclusão e (re)integração social e como a abordagem, por via de práticas artísticas participativas, como, por exemplo, a pintura, o desenho, o teatro e a escrita figuram-se como pertinentes para a ampliação da consciência de género junto das crianças e jovens.

O momento de partilha dos distintos Planos foi um espaço muito enriquecedor e profícuo em atividades e dinâmicas a desenvolver, de salientar a dinamização de Webinares/Conferências/Seminários acerca da temática, a utilização das redes sociais como o *Instagram* e *TikTok* para divulgação e consciencialização junto de jovens para a temática de género, o desenvolvimento de intercâmbios entre escolas, a elaboração de um calendário com datas importantes, no âmbito dos Direitos Humanos e Democracia, com a realização de atividades associadas, a execução de oficinas de aprendizagem sobre a organização e gestão da casa, a implementação do ‘Dia do Contrário’ onde cada criança trazia acessórios associados ao sexo oposto.

Por fim, foi apresentado um recurso pedagógico, que se encontra integrado no projeto CUIDAdania²⁶, denominado de “Ferramentas para a liberdade nas escolhas profissionais” que agrega, numa primeira parte, um Enquadramento Teórico com apresentação de informações estatísticas relativa às desigualdades de género no mercado laboral e no cuidado, bem como a importância do meio escolar na promoção da igualdade e da liberdade nas escolhas vocacionais, no emprego e no cuidado. De seguida, é explanado o recurso pedagógico propriamente dito que visa envolver os/as alunos/as na elaboração de uma estratégia de intervenção, com medidas e iniciativas concretas, para a promoção da igualdade na escola e combate às discriminações com base no género, com vista a serem implementadas pela escola nos próximos Planos Anuais de Atividades. Esta atividade, com base numa metodologia ativa e participativa e dividida em 6 sessões, pretende a elaboração de propostas que promova a igualdade de género na escola por diferentes turmas e, neste seguimento, um processo de votação pela comunidade educativa da escola e criação de uma comissão responsável pela apresentação das propostas vencedoras à Direção da escola que pode ou não adotar as medidas. Na segunda parte, o documento apresenta um Plano de Intervenção para a Igualdade de Género nas Escolas que inclui oficinas de género e cidadania para professores/as, eventos e iniciativas de sensibilização da comunidade e outros recursos e propostas de exploração, por exemplo os Guiões de Educação, Género e Cidadania editados pela CIG.

²⁶ O presente projeto, promovido e gerido pela Coolabora, tem como propósito atuar em meios educativos e fomentar uma educação livre de estereótipos de género associados às opções profissionais de rapazes e raparigas, através de atividades que promovam escolhas de profissões, independentemente do seu sexo, e que consciencialize para a relevância do trabalho ligado ao cuidado no bem-estar de todos/as (Coolabora, 2022).

Este seminário permitiu à mestranda a aquisição e aprofundamento de conhecimentos pertinentes e práticas interventivas no âmbito da igualdade de género e reforçar a influência que o contexto escolar possui na construção de cidadãos e cidadãs que respeitem o outro e a sua individualidade, bem como mais conscientes e uma atitude ativa na prevenção e no combate dos preconceitos, estereótipos e discriminações que continuam a vigorar na sociedade atual.

Projeto CARE: “Cuidar, Agir, Responsabilizar, Educar”,

No domínio do Projeto CARE: “Cuidar, Agir, Responsabilizar, Educar”, da Cruz Vermelha Portuguesa, no passado dia 17 de dezembro de 2021 a aluna estagiária participou numa ação de sensibilização denominada de “Refugiados: Promoção da Tolerância e da Aceitação da Diferença” que tinha como propósito promover a reflexão sobre as dificuldades vividas por pessoas refugiadas e migrantes, promover a não discriminação e inclusão positiva, apresentar um *toolkit* de acesso a serviços públicos e de um jogo de comunidade.

Primeiramente, foi efetuada uma breve contextualização acerca do percurso histórico, dos objetivos, da missão, dos valores e das principais áreas de intervenção da Cruz Vermelha Portuguesa, a nível nacional e internacional, e, de forma específica, o trabalho realizado junto de pessoas refugiadas e deslocadas devido à guerra, conflitos, perseguição ou violação dos direitos humanos. Como verbalizado pela oradora e em consonância com a literatura, o processo de saída do país de origem de uma pessoa refugiada é marcado, na maioria das situações, por eventos muito stressantes e potencialmente traumáticos, incluindo ameaças à vida, violência física e perda de familiares próximos. Aditar ao exposto, as pessoas nestas circunstâncias possuem significativas dificuldades no processo de integração no país de acolhimento, nomeadamente no que toca à saúde mental, dificuldades linguísticas e culturais, localização geográfica da região onde são integrados que, não poucas vezes, se encontra afastada das grandes cidades, as expectativas individuais e a reduzida capacidade de instalação na comunidade, face ao perfil do agregado familiar requerente.

Tendo em conta estas dificuldades e obstáculos, a palestrante, gestora de caso de famílias requerentes de asilo, declarou que intervenção junto desta população-alvo se figura efetivamente multidesafiante e complexa para os/as profissionais, carecendo de um trabalho numa lógica de parceria, com distintos agentes locais do domínio

psicossocial, jurídico, saúde, educativo e laboral. Neste sentido, exige por parte do ator social a utilização de uma comunicação empática, genuína, tranquila, de respeito pelo outro e pela sua cultural, de escuta ativa, baseada nos princípios de confidencialidade e privacidade, a par com conjunto de competências sociais (autocontrolo, capacidade de resolução de problemas, pensamento crítico, capacidade de gerir informação, autorregulação emocional e gestão de stress).

Para além do referido, a oradora expõe que, na contemporaneidade, proliferam discursos de ódio, racistas, xenófobos e discriminatórios contra pessoas migrantes e/ou refugiadas, tais como “Imigrantes, refugiados, traficantes, terroristas é tudo a mesma coisa.”, ou “Porque é que não ajudam os nossos em vez de ajudarem essa gente?”, ou “Os refugiados vêm para cá roubar os nossos empregos”, ou “Eles estão a invadir a Europa”, entre outros. Estas narrativas, para além de falsas, tem um impacto e consequências nefastas para comunidade no geral, pois incrementam quadros de pobreza e exclusão social, potenciando territórios mais pobres, violentos e inseguros.

Face ao contexto de vulnerabilidade e exclusão descrito, tornou-se imperativo para a CVP a edificação de respostas sociais e projetos que vão ao encontro das necessidades desta minoria e, por outro lado, que consciencializem a comunidade para esta problemática. Neste sentido, emerge o projeto CARE – Cuidar, Agir, Responsabilizar, Educar –, promovido pela Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), que tem como finalidade promover a tolerância e a aceitação da diferença fomentando o envolvimento da comunidade no processo de educação sobre as diferenças de ordem racial e étnica, cor, nacionalidade, território de origem, orientação sexual e expressão de género, deficiência e qualquer outra diferença que dificulte a inclusão em território nacional de pessoas de países terceiros. De modo a alcançar os objetivos definidos, a CVP possui um conjunto de atividades, nomeadamente Ações de Formação “Cuidar dos Cuidadores”, um *toolkit* de acesso a serviços e um jogo para a comunidade denominado de “Refugiados”

O *toolkit* tem como finalidade minimizar as dificuldades de comunicação e acesso da população refugiada e/ou migrante aos serviços da Segurança Social, Saúde, Finanças e Educação e Formação, através de um livro com a ilustração dos principais procedimentos a efetuar nos serviços suprarreferidos e respetiva legenda em farsi, árabe e inglês, tal como exposto a título exemplificativo, na Figura 10.

Figura 10. Toolkit - Acesso à Educação



Fonte: retirado do PowerPoint

A experiência de integração de pessoas refugiadas é, indubitavelmente, recheada de sentimentos de frustração, raiva, impaciência e desolação, pelo que a criação desta ferramenta educativa torna-se um facilitador na comunicação com os diferentes serviços públicos e privados responsáveis pelo acolhimento e integração, privilegiando, assim, o princípio da humanidade e respeito pela diferença, mesmo quando não se fala o mesmo idioma.

Por outro lado, o jogo de comunidade tem o intuito (in)formar e consciencializar a comunidade em geral para os obstáculos e desafios que a população migrante e/ou refugiada vivencia almejando contribuir para a mudança e transformação da perceção da sociedade acerca desta problemática. O jogo está disponível de 2 a 12 jogadores e é constituído por três tipos de carta, a saber: (i) Cartas Perfil, que integram um perfil da personagem, com base em testemunhos reais; (ii) Cartas Desafio, que incluem desafios para as 3 fases da viagem de cada pessoa refugiada, designadamente a viagem, o campo de pessoas refugiadas e a integração no país destino; e (iii) Cartas Objeto/Ação que contêm cartas basilares para ultrapassar os desafios das diferentes fases. Trata-se de um jogo de equipa e todas as decisões devem ser tomadas em conjunto, de modo que, enquanto equipa, superem todos os desafios das diferentes fases e integrem o país de destino. De salientar, que todos os perfis possuem um propósito individual, isto é, ganha quem conseguir colecionar, ao longo do jogo, um maior número de cartas da respetiva cor apresentado na sua carta de perfil, o que por vezes, se poderá sobrepor ao objetivo do grupo.

Neste âmbito, importa mencionar que a Ação de Sensibilização estava prevista decorrer presencialmente, com o objetivo dos profissionais participantes pudessem jogar o jogo “Refugialiados”, compreender a sua dinâmica, como também

familiarizem-se com os maiores obstáculos e desafios, contudo, face a constrangimentos associados à pandemia pela Covid-19, não foi possível. Não obstante, a entidade organizadora aludiu que iriam ser distribuídos pelos participantes um exemplar do *Toolkit* e um Jogo, de modo promover a difusão destes instrumentos junto de outras organizações e da comunidade com a qual intervêm divulgando, assim, uma mensagem de tolerância e respeito promotora da desconstrução de narrativas discriminatórias e preconceituosas.

A presente ação de sensibilização foi, sem dúvida, um espaço promotor da aquisição e aproximação às principais necessidades e problemáticas psicossociais que os indivíduos, famílias e comunidades atravessam, deste o momento em que forçosamente tem que abandonar o seu país de origem até ao processo de integração no país de acolhimento. A ação vem reforçar a importância que jogos com um propósito educativo, baseado em metodologias criativas, participativas e lúdicas de educação não formal, proporcionam ao nível da aquisição de aprendizagens significativas e habilidades cognitivas, sendo um recurso ímpar que poderá ser utilizada transversalmente, em distintos contextos educativos e sociais, com jovens adultos, públicos estratégicos e comunidade em geral que tenha interesse pela temática.

Projeto “Together – Innovative European Learning Path to Facilitate the Access of Refugees to Higher Education”

No dia 19 de janeiro de 2022, o *Ius Gentium Conimbrigae*/Centro de Direitos Humanos (IGC/CDH) apresentou, numa Conferência Final, os principais resultados do Projeto Erasmus+ “*Together – Innovative European Learning Path to Facilitate the Access of Refugees to Higher Education*”, doravante denominado de “*Together*”, no qual a Akto constitui entidade parceira. O presente projeto tem como objetivo sensibilizar a comunidade académica para a inclusão de pessoas refugiadas e outras beneficiárias de proteção internacional nas instituições de ensino superior, através da partilha de instrumentos, conhecimentos e competências específicas (IGC/CDH, 2022).

Após a Sessão de Abertura, onde foi realizada uma breve apresentação do trabalho desenvolvido pela entidade promotora do evento, o IGC/CDH²⁷, o primeiro

²⁷ Constitui-se como instituto autónomo de investigação/pesquisa numa perspetiva transdisciplinar e de ensino pós-graduado em temas internacionais contemporâneos no domínio dos direitos humanos, democracia, direito internacional humanitário e conflitos armados, com parceria com a Universidade de

painel da conferência iniciou a sua apresentação com um breve enquadramento concetual relativamente à temática, incluindo dados estatísticos sobre o panorama nacional de estudantes refugiados/as no ensino superior, aludindo à relevância que um ensino superior inclusivo possui no desenvolvimento pessoal e profissional dos/as jovens refugiados e, conseqüentemente, como a sua participação ativa na comunidade local tem impacto na economia e bem-estar do país de acolhimento. Desta primeira abordagem ao tema, a oradora reforçou que, apesar dos benefícios para ambas as partes da sua integração, na contemporaneidade, os/as jovens mantêm múltiplos obstáculos no que tange à acessibilidade ao ensino superior. De destacar, a elevada burocracia nos processos e práticas, dificuldade no reconhecimento das suas habilitações académicas, falta de conhecimento das estratégias e políticas internacionais e internas por parte dos profissionais dos serviços públicos, parco financiamento às universidades para apoiar as suas necessidades, bem como a perpetuação de estereótipos e preconceitos contra estudantes refugiados/as, em contextos académicos.

Face ao exposto e tendo em conta a imprescindibilidade de ações verdadeiramente inclusivas no meio académico, a oradora expôs então os objetivos, atividades desenvolvidas e os principais resultados do Projeto Erasmus+ “*Together*”. De forma resumida, o projeto visa consciencializar a comunidade académica para a inclusão de pessoas refugiadas e outros/as beneficiários/as de proteção internacional nas instituições de ensino superior, bem como intervir em rede com a comunidade académica na construção de instrumentos, conhecimentos e competências que fomentem um ambiente de ensino superior mais inclusivo.

Neste âmbito, foi apresentado o *site* oficial do projeto “*Together*” que integra os principais instrumentos construídos, nomeadamente (i) um Mapa de Boas-Vindas das/os refugiados/as que identifica e descreve atividades inclusivas desenvolvidas por instituições de ensino superior europeias²⁸; (ii) um Programa de Formação, constituído por cinco módulos²⁹ totalmente em regime *online* e em inglês, para estudantes do Ensino Superior com vista à consciencialização sobre o seu papel na inclusão deste

Coimbra e à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, por vir de protocolos de cooperação institucional (IGC/CDH, 2022).

²⁸ De mencionar, a nível nacional, a Universidade de Coimbra, a Universidade Católica Portuguesa, a Escola Superior de Educação de Santarém, a Universidade da Beira Interior, a Universidade de Aveiro, a Universidade do Porto e a Universidade do Minho (Together, 2022).

²⁹ A saber, 1. Introdução histórica sobre a inclusão de refugiados e outros beneficiários de proteção internacional; 2. Competências interculturais e de inclusão social; 3. Inclusão no ensino superior de refugiados e de outros beneficiários de proteção internacional; 4. Contexto e Relações; 5. Objetos de Aprendizagem e atividade práticas.

grupo vulnerável no ensino superior e na sociedade (iii) e criação de um documento denominado de “Universidades inclusivas para refugiados e migrantes: diretrizes para comunidade do ensino superior”³⁰, com o objetivo de fornecer à comunidade académica um conjunto de propostas de intervenção, boas práticas, caminhos e recomendações, de modo a potenciar instituições mais acessíveis e inclusivas para refugiados e outros beneficiários de proteção internacional (Together, 2022). Neste seguimento, foi referida a importância destes instrumentos, como podem ser utilizados e implementados pelas instituições do ensino superior e o papel que as mesmas possuem, enquanto agentes de utilização, divulgação e transferibilidade da plataforma.

Numa segunda parte da conferência, foram expostas iniciativas/boas práticas e atividades realizadas por distintas organizações portuguesas dedicadas à inclusão de refugiadas/os e outros/as beneficiárias/os de proteção individual, nomeadamente da Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra, da Cáritas Diocesana de Coimbra, da Segurança Social e da *European Law Students' Association*.

A representante da Divisão das Relações Internacionais da Universidade de Coimbra apresentou o programa de acolhimento e acompanhamento a estudantes refugiados/as da Universidade de Coimbra que engloba Cursos de Língua Portuguesa intensivos para frequentarem os programas de licenciatura da Universidade, auxílio no reconhecimento de habilitações anteriores de ensino superior, acesso a programas de graduação e pós-graduação, bem como acesso a serviços de primeira necessidade, tais como alimentação, assistência médica, apoio psicológico, jurídico e financeiro, em estreita articulação com as entidades locais e nacionais.

Neste domínio temático, o Departamento de Inovação da Cáritas Diocesana de Coimbra divulgou o projeto Avik, co-financiado pelo Programa ERASMUS+ da União Europeia, que visa promover o intercâmbio de competências interculturais e de boas práticas para a inclusão social de migrantes, refugiados/as, requerentes de asilo e pessoas em situação de precariedade. As responsáveis pelo projeto mencionaram os três modelos de boas práticas dinamizados, designadamente (i) o *Dinner Club* que pretendia ser um espaço de encontro intercultural e inter-religioso com um programa de estrutura diversificada, exposições de arte, música ao vivo, experiências gastronómicas, entre outras atividades; (ii) o “*Diversonopoly*” que se trata de um jogo de tabuleiro que tenciona estimular a comunicação intercultural, potenciar um entendimento entre

³⁰ Disponível em https://together.pixel-online.org/files/guidelines/Guidelines_Portuguese%20Version.pdf

população nativa e não nativa e é uma dinâmica de cariz fortemente educativo, na medida em que possibilita a aquisição de conhecimentos acerca de regras comportamentais clássicas, formas de comunicação, tradições, costumes, de uma forma lúdica e interativa; (iii) o Manual *New Start*³¹ que diz respeito a um documento educativo orientado para educadores/as, professores/as, formadores/as de adulto e outros/as profissionais que fornece informações essenciais para a inclusão de migrantes e/ou refugiados/as na sociedade e no mercado de trabalho europeu (Cáritas Diocesana de Coimbra, 2022).

No que tange à implementação do projeto, as oradoras refletiram que, face à pandemia da COVID-19, foram impostos distintos constrangimentos que não permitiram a dinamização de determinadas atividades programadas com os parceiros internacionais, contudo foram encontradas soluções e efetuadas sessões de formação junto das diferentes respostas sociais relevantes da entidade para divulgação dos três modelos de boas práticas, com vista à sua futura aplicabilidade nos respetivos contextos profissionais.

De seguida, no âmbito da intervenção a nível das políticas públicas, esteve presente na Conferência uma profissional do Núcleo de Intervenção Social do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra que expôs o circuito de entrada de pessoas migrantes e refugiadas em Portugal, aludiu à importância do Protocolo de Cooperação em matéria de apoio a requerentes e beneficiários de proteção internacional, assinado em 2012, como também apresentou o guia de procedimentos a candidatos a asilo, ao nível do atendimento e acompanhamento dos agregados familiares. Em termos conclusivos, a oradora verbalizou a necessidade de aprofundamento teórico no tocante às necessidades e problemáticas desta população, a importância dos Mediadores Municipais e Interculturais, a importância na edificação de um grupo distrital operativo, à semelhança do que acontece ao nível central, de modo a fortalecer práticas de cooperação com organismos locais, a par com uma mudança de paradigma dos/as profissionais relativo à visão do sujeito como um todo e não como um “mero somatório das partes/fases que decorrem da intervenção de cada um dos organismos”.

Por fim, considerando a ausência da Secção de Direitos Humanos da Associação Académica de Coimbra, estiveram presentes duas representantes da *European Law*

³¹ Disponível em https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/project-result-content/f7e25cfb-d963-43ff-88b2-4c32015806ca/NEW%20START_PT.pdf

Students' Association (ELSA) de Coimbra que abordaram os objetivos e atividades desenvolvidas pela organização, em particular, o último ELSA *Summer Law School* realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano de 2019, onde a temática central se debruçou sobre os Direitos dos Media, Populismo e Refugiados.

A presente Conferência permitiu à mestranda a apreensão e aproximação acerca da realidade de estudantes migrantes e/ou refugiados/as, bem como conhecer projetos e novas tipologias de intervenção de âmbito formal, informal e não formal, incluindo recursos educativos basilares, garantindo assim a proliferação e sustentabilidade dos mesmos. Para além do exposto, a presença de diferentes entidades públicas, privadas e da sociedade civil possibilitou a criação de sinergias, troca de conhecimentos, estimulação da comunicação e articulação entre os organismos ao nível da intervenção e da sensibilização da comunidade para esta problemática.

Formação Diálogo Intercultural e Diálogo Inter religioso

Nos dias 25 e 27 de janeiro de 2022, a Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) dinamizou duas formações *e-learning* gratuitas, nominadas de Diálogo Intercultural e Diálogo Inter religioso.

A primeira formação teve como objetivo proporcionar uma abordagem introdutória à compreensão da diversidade cultural e da relação com os outros na contemporaneidade. Com base no artigo “*Pluralismo, Multiculturalismo e Interculturalidad: propuesta de clarificación y apuntes educativos*”, de Carlos Romero (2003), o formador iniciou a sessão apresentando e descrevendo uma proposta terminológica e concetual do multiculturalismo e interculturalismo como duas modalidades intimamente relacionadas com o pluralismo cultural que importa aludir de forma sintética.

Na ótica do autor suprarreferido, o pluralismo cultural é visionado, como a presença simultânea, num determinado espaço territorial e social, de populações oriundas de distintas culturas em que as mesmas são vistas em igualdade de direitos, obrigações e oportunidades, ao mesmo tempo que são respeitadas as suas origens culturais, linguísticas e religiosas. Neste sentido, trata-se de uma proposta inclusiva que requer um distanciamento de mecanismos, práticas e estratégias sociopolíticas excludentes, tais como leis e práticas discriminatórias, racismo, xenofobia, guetização

residencial e escolar, etnocídio e genocídio e, concomitantemente, a superação de supostos modelos de inclusão, como o assimilacionismo que na prática nega a identidade do outro e o direito à diferença (por exemplo, relações de dominação ao nível interétnico, atitudes etnocêntricas). Sob esta perspectiva, o pluralismo cultural defende, por um lado, as contribuições multiculturalistas de igualdade de direitos e oportunidades e o direito à diferença de vivências culturais, a par com o princípio da interação positiva integrado na visão intercultural que coloca a tónica na interação entre sujeitos ou entidades culturalmente distintas, ultrapassando-se gaps culturais em busca de convergência e estabelecimento de vínculos e pontos de encontro.

Neste âmbito, o formador, em consonância com a perspectiva de Romero (2003), referiu que o pluralismo cultural possui uma riqueza ímpar e que deve ser equacionada aquando da criação e desenvolvimento de projetos de carácter comunitário e de coesão social, nunca descurando uma abordagem de desenvolvimento social, democratização participativa e inclusiva e integração de novos cidadãos, para não correr o risco de se tornar uma “nova etnicidade ou culturalismo” (p. 20). Enquanto futura profissional no domínio da educação de adultos, projetos com uma abordagem interculturalista são, indubitavelmente, uma prática pertinente requerendo por parte do educador/formador conhecimentos e domínio ao nível da distinção, relacionamento e gestão de fatores pessoais, situacionais e culturais em presença nas interações e trajetórias educacionais, como também competências baseadas no princípio da tolerância ativa, escuta ativa, respeito pelo outro, diferença e diversidade.

Durante a ação foi visionado uma campanha publicitária dinamarquesa intitulada “*All That We Share*”³², onde pessoas são, inicialmente, rotuladas e colocadas em grupos tendo em conta a sua raça, religião, classe social entre outras características e, seguidamente, são questionadas acerca das suas realidades e chegam à conclusão que “se calhar há mais coisas a unir-nos do que pensamos”. Este vídeo pretendeu sensibilizar os formandos para a inclusão social e diversidade cultural, para a prevenção e combate à discriminação e estereótipos, tratando-se de uma ferramenta pedagógica poderosa para refletir acerca dos conceitos de igualdade e diferença e na construção de uma sociedade mais plural e igualitária. Neste seguimento, foi efetuada uma abordagem concetual acerca de termos-chave, nomeadamente representações sociais, estereótipos, preconceitos, discriminação e discurso de ódio. Por fim, foi apresentado um excerto do

³² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EHD9xha5Teg>

livro “As Identidades Assassinas”, de Amin Maalouf, que aborda a construção e reconstrução da identidade individual e coletiva determinada pela dicotomia ocidente/oriente, alertando para a importância da aquisição de conhecimento na desconstrução de estereótipos e preconceitos, com vista à edificação de uma sociedade mais tolerante, que respeite e aceite o outro. No âmbito da educação e formação de adultos, figura-se como uma ferramenta educativa muito pertinente ao nível da reflexão e análise no domínio da identidade cultural em contextos formativos com distintos públicos-alvo.

A segunda formação tinha como objetivo refletir sobre a importância das convicções religiosas no processo de construção identitária e enquanto expressão da cultura e refletir sobre o papel da dimensão religiosa no Diálogo Intercultural. Num primeiro momento, o formador solicitou aos participantes que no *chat* da plataforma completassem a seguinte frase “Religião é ...”, as respostas foram variadas, entre elas “acreditar”, “crença”, “controle”, “fanatismo”, “espiritualidade”, “ligação”, “identificação”, “visão do Mundo”, sendo perceptível que não existe uma definição inequívoca e única de religião. Trata-se de um conceito pluridimensional, universal que se encontra indissociável da cultura, da esfera familiar e social, mas com distintas características e formas de a expressar. Para determinados sujeitos poderá ser um conjunto de crenças relacionadas com a esfera do sobrenatural divino, sagrado e transcendente, para outros pode ser um conjunto de rituais e de práticas que visam estabelecer um contacto com o divino estando associado à espiritualidade, como também um conjunto de normas morais e éticas que norteiam o ser humano.

De seguida, o orador realizou um breve enquadramento teórico aludindo aos principais documentos jurídicos internacionais e nacionais, incluindo a Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação baseadas na religião ou convicção, emanada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e o art. 13.º e 41.º da Constituição da República Portuguesa. Apresentou os dados mais recentes relativamente à diversidade religiosa em Portugal e, neste campo, mencionou a intervenção realizada pelo Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso que tem contribuído para a disseminação de informação pertinente relativamente às distintas identidades culturais e religiosas do contexto português, através de congressos, encontros inter-religiosos, reuniões mensais informais, de modo a fomentar um

ambiente religioso saudável e aberto à sociedade comum e prevenindo conflitos com base em desconhecimento e preconceitos mútuos.

Por fim, foi efetuado a análise e debate acerca de uma situação hipotética intitulada “Eduardo e a sua relíquia” onde a personagem principal, o Eduardo, recebeu de herança da sua mãe um santo católico e, uma vez que não é religioso, decidiu vender o artefacto num *site*, contudo foi solicitado pela gerência a retirá-lo por ser considerado perigoso e francamente ofensivo. A presente situação levanta distintas questões, pois, por um lado, trata-se de uma propriedade privada, mas, por outro lado, a relíquia pode possuir valor cultural significativo e deve ser protegido legalmente contra atos ilícitos devendo seguir as regulamentações governamentais. Encontramo-nos perante um choque cultural em que o interlocutor não se identifica e desconhece os valores e hábitos culturais e religiosos do outro sendo, talvez, nuclear nesta situação uma opção a doação da relíquia a alguma entidade religiosa que fizesse bom uso da mesma. Este caso pode ser transposto para outras contextos sociais e laborais, sendo importante que a identidade cultural do educador/formador não deturpe a sua ação enquanto profissional e fomente um espaço de tolerância e entendimento inter-religioso.

b. Ajuda Humanitária de Emergência e Cooperação para o Desenvolvimento

i. Programa Erasmus +

O programa Erasmus + visa reforçar as competências e a empregabilidade, bem como modernizar a educação, a formação e a animação de juventude. Este programa pretende dar oportunidade a mais de quatro milhões de europeus de estudar, frequentar uma ação de formação, adquirir experiência de trabalho ou realizar voluntariado no estrangeiro. Atualmente, o Erasmus + reúne sete programas da União Europeia já existentes no domínio da educação, da formação e da juventude, incluindo *Training Course* e *Youth Exchanges*.

Neste âmbito, a estagiária teve a oportunidade de participar num *Training Course - Arising consciousness in Youth about Everyday Sexism* – realizado em Cantabria, Espanha, e num *Youth Exchange – Taste Your Time* – que foi dinamizado em Ponzzone, Itália. Foram, incontornavelmente, duas experiências bastante enriquecedoras para a estagiária, não só em termos de aprendizagens formativas e profissionais, mas também em termos de desenvolvimento pessoal e competências linguísticas, sociais,

sensibilidade e consciência para a compreensão de outras culturas e de cidadania e identidade europeia. Seguidamente, vão ser sucintamente expostos os principais aprendizados adquiridos nestas duas experiências.

Training Course - Arising consciousness in Youth about Everyday Sexism

A discente participou durante 8 dias num *Training Course - Arising consciousness in Youth about Everyday Sexism* realizado pela Permacultura Cantábria, em Cantábria (Espanha) que contou com 22 participantes oriundos de 12 países diferentes, a saber França, Grécia, Croácia, Hungria, Turquia, Letónia, República Checa, Polónia, Espanha, Itália e Portugal. Este curso de formação estava centrado no desenvolvimento de medidas de combate à violência, ao abuso de poder e às desigualdades relacionadas com o sexismo. Através de estratégias de gestão emocional, pretendeu-se que os participantes adquirissem competências e capacidades para identificar sentimentos e emoções e, por outro lado, obtivessem estratégias para lidar com os seus sentimentos e apoiar outros no seu quotidiano profissional e pessoal.

No que tange à sua planificação, o *Training Course* estava organizado de acordo com a Figura 11, e, neste seguimento, detinha momentos de aprendizagem e partilha de conhecimentos e experiências individuais, através de metodologias participativas, ativas e não formais, sendo as mesmas facilitadas por duas *trainers*, bem como momentos para refeição, avaliação diária, atividades de lazer, lúdicas e de interação intercultural.

Figura 11. Summary of the Program

PLANNING
SUMMARY OF THE PROGRAM

	DAY 1	DAY 2	DAY 3	DAY 4	DAY 5
WHEN	SATURDAY 20TH ARRIVAL	SUNDAY 21TH WELCOME AND PRESENTATION	MONDAY 22TH INTRODUCTION TO EMOTIONAL MANAGEMENT: Feelings & emotions + tools	TUESDAY 23RD OPPRESSIONS & SOCIAL EXCLUSION + TOOLS	WEDNESDAY 24TH CULTURAL VISIT
MORNING	Arrival DAY	BREAKFAST Presentation of the participants and the entities: Welcome, presentation of the entities, ice-breaking and general overview of women's situation in each country.(*)	BREAKFAST Feelings and Emotions	BREAKFAST Social analysis of oppressions and social exclusion. Internalised messages. Oppressed - Oppressor roles.	BREAKFAST Visit to Cuevas del Castillo (Prehistoric Caves del Castillo)
AFTERNOON	SHORT INTRO Warm-up Activities	LUNCH Walking along Ramales de la Victoria. + Presentation of the daily evaluation methodology.	LUNCH Tools: thinking and listening + Group of interest	LUNCH Panels (men and women) which generate alliances through active listening.	LUNCH Sobaos Joselin - Eco cheesemakers La Jarradilla
NIGHTS	FREE TIME EVALUATION DINNER	FREE TIME EVALUATION DINNER	FREE TIME EVALUATION DINNER INTERCULTURAL NIGHT	FREE TIME EVALUATION DINNER	FREE TIME EVALUATION DINNER GROUP ACTIVITIES

	DAY 6	DAY 7	DAY 8	DAY 9
WHEN	THURSDAY 25TH SEXISM/EMOTIONAL MANAGEMENT	FRIDAY 26TH GROUP REFLECTIONS	SATURDAY 27TH CULTURAL VISIT	SUNDAY 28TH
	BREAKFAST	BREAKFAST	BREAKFAST	
MORNING	Tools to learn how to listen and participate in Emotional Management	Visit to Santoña Nature Reserve Museum	Group reflections: Thinking about what we learnt these days and how to communicate and multiply the knowledge acquired to the world	Departure DAY
	LUNCH	LUNCH	LUNCH	
AFTERNOON	Development of Strategic Partnerships for Emotional Management	Visit to Santoña Anchovies Museum + Hike to Mount Buciero	Group feedback & Final evaluation	
	FREE TIME	FREE TIME	FREE TIME	
	EVALUATION	EVALUATION	EVALUATION	
	DINNER	DINNER	DINNER	
NIGHTS	GROUP ACTIVITIES	GROUP ACTIVITIES	FAREWELL PARTY	

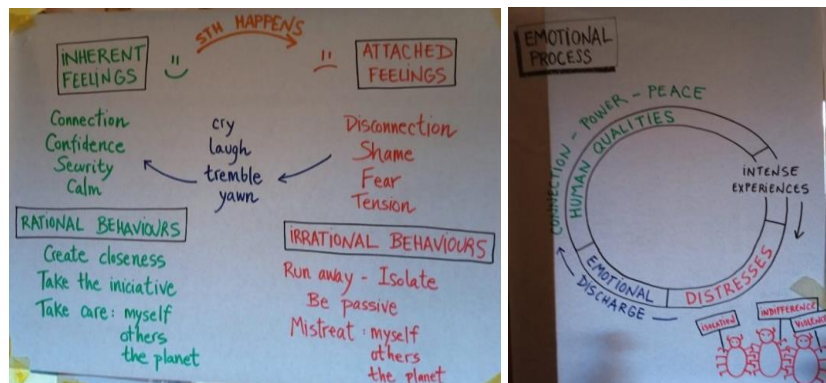
Fonte: InfoPack - *Arising consciousness in Youth about Everyday Sexism*

As atividades do projeto incluíram, no primeiro dia, atividades de quebra-gelo e *team building*, nos restantes dias do intercâmbio *energizers*, jogos interativos diversos, *workshops* sobre inteligência emocional, debates acerca das mensagens internalizadas relativamente às opressões sentidas na sociedade em razão de sexo, idade, raça e capacidades físicas e/ou mentais e a dinamização da metodologia “*Think and Listening*”. No âmbito das atividades desenvolvidas, a estagiária destaca três grandes momentos distintos, co-construídas pelo grupo ao longo da experiência, que se encontram intimamente relacionadas, nomeadamente a inteligência emocional enquanto ferramenta para lidar com as desigualdades relacionadas com as opressões sociais

As dinâmicas do segundo dia de atividades associadas ao painel “*Feelings and Emotions*” consistiram em refletir acerca do processo emocional do ser humano. Primeiramente, foi abordado o conceito de sentimento e emoção, foi solicitado para mencionar sentimentos bons/maus e os comportamentos que lhe estão subjacentes. Partindo desta dinâmica emergiu a Figura 12. que traduz como se desenrola o ciclo do processo emocional do indivíduo, isto é, decorre uma situação intensa na vida do sujeito que vai despoletar um momento de stress, corporizando-se em emoções negativas (desconexão, vergonha, medo, tensão) e comportamentos irracionais (isolamento, passividade, maus tratos ao próprio, aos outros e ao ambiente). Contudo para decorrer a regulação emocional e permitir que o/a sujeito/a se reconecte consigo e com as suas emoções, se sinta poderoso/a e em paz é necessário que ocorra o que a facilitadora

denominou de descarga emocional que diz respeito uma resposta emocional inerente ao ser humano que se pode traduzir em quatro emoções básicas universais que incluem o choro, riso, medo e tensão.

Figura 12. Emotional Process



Fonte: Retirada pela estagiária

O dia foi finalizado com a apresentação de uma metodologia que nos ia acompanhar durante a semana denominada de “*Think and Listenning*” onde, em grupos de dois, os participantes partilhavam, de forma igualitária, confidencial e sem interromper o outro, que pensamentos/emoções e situações que a atividade lhes tinha despoletado, sob a premissa “*Trust your mind and follow it*”. O objetivo era que o participante falasse durante o tempo estipulado pela *trainer*, sem ser interrompido pelo ouvinte, e partilhasse as suas emoções, tal como surgissem na sua mente, confiando na sua mente e permitindo que a descarga emocional acontecesse. Por outro lado, o ouvinte teria que ouvir com atenção plena, assumindo uma postura próxima, relaxada, compreensiva e não julgativa/opinativa. Por fim, invertiam os papéis (ver Figura 13).

Figura 13. Listening Sessions



Fonte: Retirada pela estagiária

O dia seguinte foi dedicado a analisar as mensagens de opressão e exclusão social que cada indivíduo recebe da sociedade no dia-a-dia em razão de sexo, classe social, idade, raça e deficiência. A *trainner* comparou o funcionamento da sociedade a um carrossel aludindo que a sociedade nos separa em grupos, de acordo com as nossas interações sociais, partilha de características e sentimento de pertença que influenciam, inevitavelmente, o comportamento do ser humano e o seu papel na sociedade. Neste seguimento, a *trainner* partilhou que, infelizmente, a sociedade se encontra revestida de padrões de comportamento e sistemas de crenças que discriminam, estereotipam e violentam determinados grupos de pessoas perpetuando-se situações de sexismo, classicismo, idadismo, racismo e capacitismo. A partir da reflexão efetuada, a estagiária criou a tabela 4 com algumas mensagens/comportamentos que conseguiu recolher do debate e que explanam claramente os estereótipos e preconceitos vigentes na sociedade e que atravessam diferentes países, culturas e sociedades.

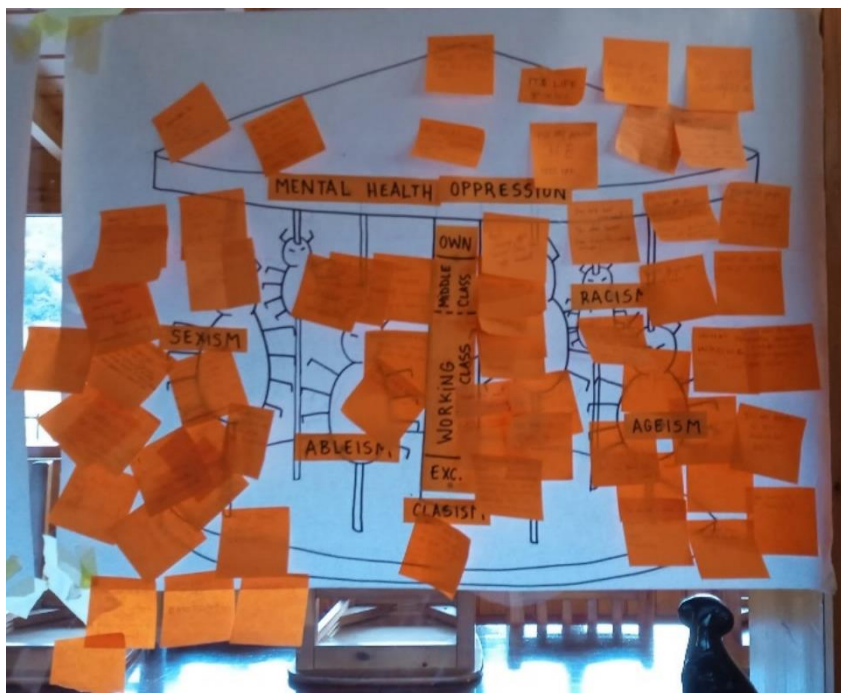
Tabela 4. Mensagens internalizadas - Opressão Social

Opressão		Mensagens/Características/Comportamentos
Sexismo	Homem	Dominador, poderoso
	Mulher	Submissa, dependente, emocional
Classicismo	Pessoas Excluídas	“sem-abrigo”, “que não produzem dinheiro”, “pessoas pobres”
	Classe Operária	“Não dormem”, “trabalham muito”, “Não sejas preguiçoso!”, “responsável”, “pessoas maduras”, “não se queixam”, “fazem o que tem de fazer”, “não sabes como é a vida, não tomes os mesmos erros que nós”, “para ser alguém”, “bons valores”
	Classe Média	“tem educação superior”, “não fales com pessoas da classe inferior à tua”, “frequentam boas escolas”, “não trabalham no supermercado”, “não termine o seu prato”, “não sejas rude”, “pessoa interessante”, “não bebas muito”
	Classe Alta	“Não mudes a tua classe”

Idadismo	≤ 21 anos	“Não sabes nada”, “quando fores grande vais perceber”, “respeita os mais velhos”, “tu és feliz”
	≥ 21 – 45 anos	“és um adulto”, “age como um adulto”, “sê uma pessoa séria”, “tens que casar”, “ter filhos”, “pessoa independente”, “possui responsabilidades”, “tens que ter um parceiro”, “não sejas mãe solteira”
	≥ 45 anos	“invisível”, “não conseguem aprender”
Racismo	Minorias	“tem que provar alguma coisa”
Capacitismo	Pessoa portadora de deficiência	“Não és suficiente”, “és estúpido”, “não sabes fazer nada”, “não vales nada!”

Fonte: Elaborada pela estagiária a partir do debate efetuado

Figura 14. Mental Health Opressions



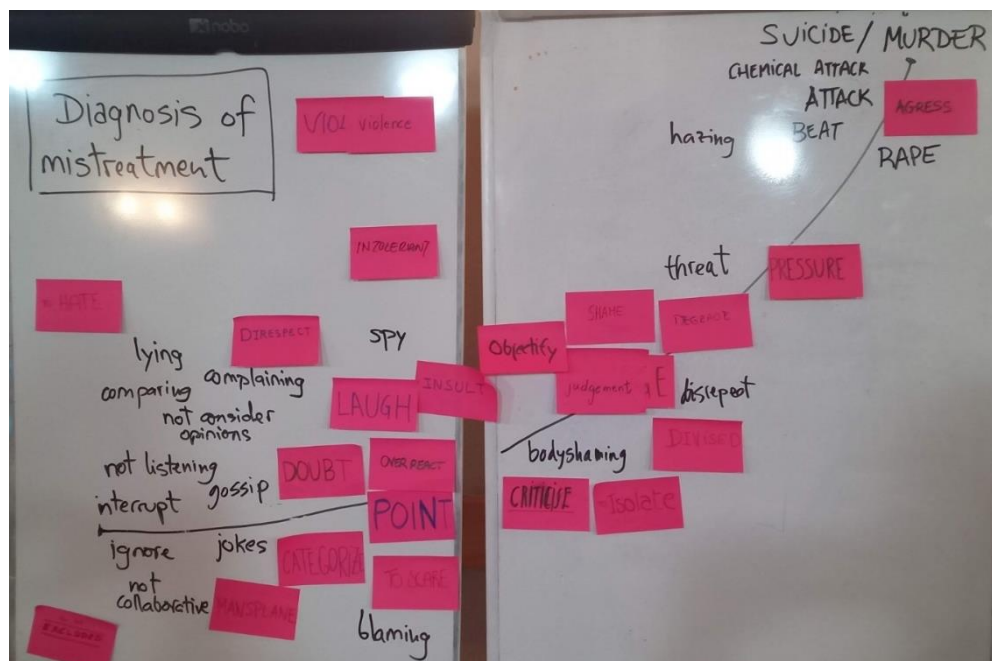
Fonte: Retirada pela estagiária

Na parte da tarde, partindo das opressões sociais debatidas (ver Figura 14.), foi realizado um *role-play* que consistia em cada grupo criar uma “fotografia humana” de uma situação de sexismo, racismo, idadismo e capacitismo, respetivamente. Num primeiro momento, o grupo representava a situação, encarando cada um uma

personagem e verbalizando uma frase e/ou som, depois as pessoas permaneciam imóveis e o resto do grupo podia intervir na “fotografia” com frases provocadoras, questionamentos, reflexões pessoais. Foi uma atividade bastante enriquecedora para a estagiária, pois permitiu-lhe colocar-se no papel do outro e consciencializar-se para as mensagens que recebemos da sociedade de como devemos ser, do que devemos ter, de como devemos agir e nos comportar e como, inconscientemente, as aceitamos e normalizamos. Contudo, o que é certo ou errado? Devemos beber para nos sentir integrados/as? Devemos ceder aos padrões de beleza que a sociedade nos impõe? Devemos ser mães, por causa do *tic tac* do relógio biológico? Devemos casar? Temos o direito de inferiorizar e menosprezar outra pessoa pela sua incapacidade? Devemos julgar o comportamento da pessoa só por ser idosa? Até quando? Até quando vamos viver numa sociedade que nos separa, nos afasta, nos coloca uns contra os outros?

No terceiro dia de atividades e no seguimento da análise efetuada relativamente às opressões experienciadas na sociedade, o grupo foi, num primeiro momento, convidado a expressar uma palavra, verbo ou ação relacionada com os diferentes tipos de violência exercidas contra indivíduos/as oprimidos/as e, seguidamente, em formato de debate e partilha coletiva foi edificado uma “Escala de Maus-Tratos”, como é visível na Figura 15.

Figura 15. Escala de Maus-Tratos



Fonte: Retirada pela estagiária

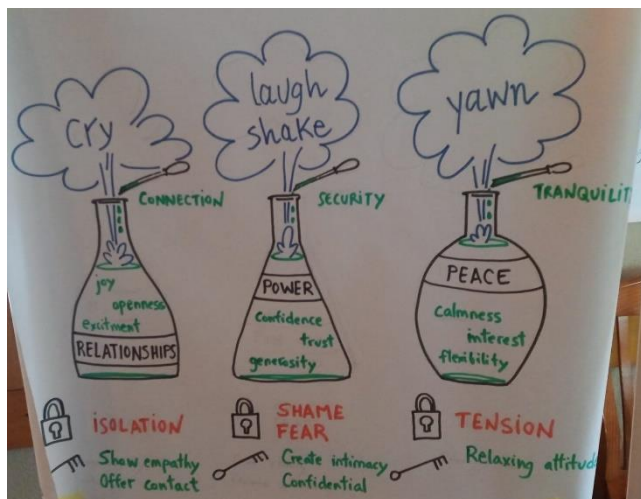
A presente atividade permitiu que a estagiária refletisse de como a violência pode assumir distintas formas, práticas, ações até palavras subtis que à partida se considerem inofensivas podem ter um impacto significativo na estabilidade emocional das outras pessoas. De notar que, comportamentos como ignorar, interromper, não ouvir, mentir, proferir comentários inadequados ou ofensivos, insultar, criticar, humilhar, isolar podem traduzir uma atitude que compõe a violência psicológica e que tem, incontornavelmente, consequências emocionais e sociais nefastas para as vítimas, com implicações tanto ou mais graves que a violência física ou sexual.

No último dia de atividades, com base nas tarefas desenvolvidas foi efetuada uma reflexão conjunta de como vivemos uma época tão pouco sensível às outras pessoas, tão egoísta, materialista e pouco empática e tolerante. Quando expressamos a nossa tristeza e choramos recebemos mensagens do estilo “Qual é o teu problema?”, “Existem coisas mais úteis para fazer.”, “Não tens razão para chorar”, “Quanto mais choras menos mijas”, “Tu tens comida, saúde, porque é que estás a queixar-te?”, “Não te preocupes com isso”, “Pensa noutra coisa”, “É a vida!”, “Tu fazes-me sentir mal”, “Porque é que estás a chorar se estás sempre a rir?”, “Porque é que estas a chorar se és psicóloga?”, “ Os meus problemas são piores”, “Sê grata”. Face a estas mensagens, consideramos que os nossos sentimentos não são importantes, desvalorizamos as situações experienciais e retraímos as nossas emoções. Formatam-nos para ser pessoas altamente motivadas, produtivas, capitalistas, obedientes, ambiciosas, agressivas, insensíveis, autossuficientes como se de um brinquedo de um grande carrossel nos tratássemos. Mas esquecem-se de uma coisa. Somos seres emocionais e sociais, pelo que urge sermos mais humanos nas relações interpessoais.

Neste domínio, a *trainner* destacou a importância do desenvolvimento de competências emocionais, nomeadamente ao nível da sua expressão, regulação adequada e compreensão das próprias emoções e do outro, de modo a potenciar relações interpessoais mais adequadas e fomentar o bem-estar ao longo do ciclo de vida. Neste seguimento, voltou a reforçar a importância de o ser humano expressar as suas emoções, seja tristeza, alegria medo ou raiva, de modo a potenciar relações mais congruentes, maior resiliência, maior paz interior e estabilidade emocional (ver Figura 16). Contudo, exprimir estas emoções não é deveras uma tarefa fácil, pelo que a metodologia de “*Think and Listennig*”, dinâmica efetuada ao longo da semana, se bem aplicada e seguisse os princípios da Figura 17. e fosse pautada por uma atitude de conexão com o

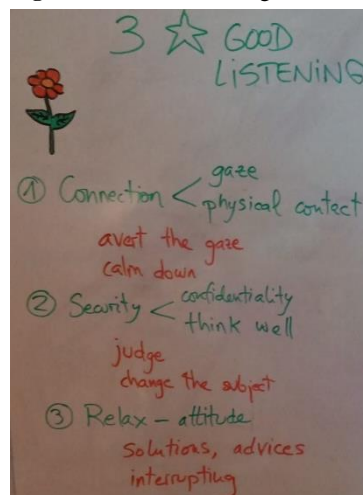
outro, de segurança e relaxamento, podia ser uma dinâmica riquíssima ao nível do desenvolvimento pessoal. No fim, o grupo foi desafiado a continuar esta metodologia no seu quotidiano. A estagiária indubitavelmente que levou estes princípios e muitos dos ensinamentos e reflexões da presente semana para a sua vida profissional e pessoal.

Figura 16. Processo de Autorregulação emocional



Fonte: Retirada pela estagiária

Figura 17. Good Listening



Fonte: Retirada pela estagiária

Youth Exchange – Taste Your Time

Entre 1 e 7 de abril de 2022, a estagiária participou num intercâmbio juvenil “Taste Your Time” que decorreu na vila de Ponzzone, no norte de Itália, que tinha como principal objetivo promover o desenvolvimento intrapessoal, interpessoal e o bem-estar físico e psicológico, através da alimentação, nutrição e partilha de experiências interculturais e contou com a participação de 25 jovens de cinco países distintos, a saber Portugal, Itália, Bulgária, Eslovénia e Grécia. O *Youth Exchange* pretendia, especificamente, que os participantes adquirissem conhecimentos sobre alimentação saudável e ecológica, metodologias não formais e instrumentos, como também desenvolver competências linguísticas, sociais e pessoais como a criatividade, a imaginação, o autoconhecimento, habilidade para as relações interpessoais e flexibilidade cognitiva.

Em termos de programação do intercâmbio, este foi co-construído pelo grupo e tinha uma dinâmica mais livre, experiencial e de acordo com os desejos e vontades do grupo, ao contrário do *Trainning Course* que tinha uma exigência crítico-reflexiva e teórica mais aprofundada. Assim, o primeiro dia denominado de “*Getting to know*” pretendia, por via de atividades de quebra-gelo e *teambuilding*, aproximar os participantes, perceber as expectativas, medos, contributos e o que gostariam de

aprender com este intercâmbio. Para além do exposto, foram definidas as regras do grupo, bem como as “Famílias” que serviam para a realização das tarefas de organização e gestão do espaço, como também era um grupo mais nuclear com quem faziam as avaliações diárias e partilhavam sentimentos e emoções durante a experiência.

O primeiro dia intitulado de “Community” e como o próprio nome indica foi passado na comunidade, na vila de Ponzzone. O objetivo principal foi aprender a confeccionar *pizza*, desde a massa até à colocação dos ingredientes, pelo que durante o dia o grupo conheceu um agricultor e moleiro de profissão que, no auge dos seus 86 anos, nos explicou todo o processo desde o cultivo do milho, passando pela moagem, peneiração e produção do produto final, a farinha (ver Figura 18 e Figura 19). Para além do exposto, o grupo foi também conhecer um produtor de vinho que nos explicou o processo de produção e embalamento do vinho, passeou pela vila, convivendo com os/as habitantes da vila.

Figura 18. Giacinto



Fonte: Retirada pela estagiária

Figura 19. Confeção de pizza



Fonte: Retirada pela estagiária

No segundo dia, Dia da Água, realizamos várias dinâmicas grupais, de modo a conhecer e partilhar os diferentes estilos de vida, a relação de cada um com a alimentação e nutrição. Deste dia, importa destacar uma atividade de degustação que permitiu ao grupo ativar os seus cinco sentidos: visão, audição, paladar, olfato e tato, bem como desenvolver a memória (ver Figuras 20). Numa mesa, tínhamos distintos ingredientes, desde especiarias, legumes, frutas e outros alimentos não perecíveis, e o objetivo era cada um criar um prato com os ingredientes que estavam em cima da mesa e, de seguida, um de cada vez, com uma venda nos olhos, ia passar pelos respetivos pratos, sentir o cheiro, tocar, sentir a textura e comer, se assim o entendessem. De notar

que, foram acrescentados na mesa outros objetos como flores, uma guitarra, terra, água quente, água fria, molas de estender a roupa, de modo a ativar também outros sentidos.

Figura 20. Ativação de Sentidos



Fonte: Retirada pela estagiária

No que tange ao terceiro dia, denominado de Dia da Terra, a atividade principal pretendia que cada país, em grupo, realizasse uma apresentação onde definisse a importância da produção local no país e relacionassem com os conceitos de sustentabilidade e biodiversidade de produtos, bem como em termos de importação e exportação; a nível nutricional e psicológico explicar como e porque é que os produtos locais são melhores do que a produção em larga escala; listar no mínimo 5 produtos locais que estão legalmente protegidos em Portugal; e, por fim, partilhar, pelo menos, 3 receitas que possuam produtos locais. Foi uma atividade muito enriquecedora, pois permitiu à estagiária adquirir conhecimentos a nível gastronómico, culturais, tradições, bem como o impacto que os produtos endógenos têm na economia e na sociedade. Para além do exposto, as noites interculturais também são uma oportunidade única para conhecer melhor um país, os seus produtos endógenos, os costumes, as tradições, neste sentido, este intercâmbio também permitiu a aproximação e adquirir conhecimentos de outras culturas, a saber Itália, Bulgária, Grécia e Eslovénia (ver Figuras 21 e 22).

Figura 21. Atividade Produção Local



Fonte: Retirada pela estagiária

Figura 22. Noite Intercultural Portuguesa



Fonte: Retirada pela estagiária

O quarto dia – o Fogo –, na parte da manhã, partilhamos, individualmente, uma receita e/ou alimentos que nos remetesse para memória felizes da nossa infância e/ou juventude, foi um momento muito simbólico e emotivo para todo o grupo e foi importante compreender como a comida, para além da sua função nutritiva e de promoção de bem-estar físico, pode ser um veículo de emoções e gerar sentimentos tão bonitos e ligar gerações.

Relativamente ao quinto dia denominado o “Dia do Ar”, foi realizado um *workshop* com um produtor de mel local que nos explicou a importância das abelhas para o ecossistema, a organização social e desenvolvimento de abelhas, o povoamento da colmeia, a substituição da abelha rainha, bem como o equipamento de proteção, como se efetuava o manuseamento das colmeias e como se realizava a extração e processamento do mel. Para além do exposto, os jovens foram ainda visitar uma agricultora local que lhes mostrou a sua quinta onde tinha os seus animais, bem como onde cultivava os seus produtos biológicos.

O último dia, de modo a agradecer a todos/as os/as habitantes da vila com nos proporcionaram uma semana recheada de boa comida e memórias inesquecíveis, em grupo, confeccionamos vários bolos e fomos-lhes entregar, como sinal do nosso apreço e amor.

c. Intervenção Social e Comunitária em Portugal

i. Participação em Ações de *Advocacy* e de Mobilização como Exercício de Cidadania

De acordo com a alínea h) do artigo 3.º dos Estatutos (2021a), é função da Akto, entre outras, a realização em ações de *advocacy* e mobilização como exercício de cidadania, almejando influenciar diretamente entidades governamentais responsáveis pela implementação de políticas públicas. Neste âmbito, a estagiária participou num conjunto distinto de atividades, em particular, Marchas e Vigílias que importa abordar de forma breve.

Vigília pelos Direitos Humanos na Ucrânia

No seguimento do lançamento de uma ofensiva militar da Rússia à Ucrânia, na noite de 23 para 24 de fevereiro de 2022, a Ucrânia tem sido alvo de consecutivos

ataques que tem afetado, de forma indiscriminada, áreas civis, infraestruturas protegidas, tais como hospitais e escolas, colocando em perigo a vida de milhares de pessoas, sendo um claro ataque ao Direito Internacional Humanitário e constituindo um crime de guerra e contra a humanidade (Amnistia Internacional, 2022a) De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2022), este conflito armado tem causado um dos maiores fluxos migratórios e de deslocamento forçado vivenciado no mundo, registrando, até à data, pelo menos 4,8 milhões de pessoas refugiadas da Ucrânia espalhadas por 44 países da Europa. A presente crise humanitária, levou à proliferação de iniciativas humanitárias pelos Estados-Membros da União Europeia assegurando operações humanitárias de prestação de cuidados médicos e de distribuição de bens de primeira necessidade na Ucrânia e nos países vizinhos, como também o acolhimento e proteção, em condições dignas, e o acesso a serviços públicos de qualidade dos/as refugiados/as nos países de destino.

Para além de iniciativas de carácter humanitário, tem-se multiplicado ações de solidariedade por todo o mundo, tais como a “Vigília pelos direitos humanos na Ucrânia”, dinamizada no dia 28 de fevereiro, pelo grupo de ativismo da Amnistia Internacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, na Praça da República (Amnistia Internacional, 2022b). Em representação da Akto, a aluna estagiária esteve presente na Vigília acima referida, com o objetivo de juntos e juntas apelar ao total respeito e proteção das vidas e promoção dos seus direitos humanos, tendo para o efeito, em conjunto com as suas colegas, elaborado um conjunto de cartazes, tais como explanados na Figura 23.

Figura 23. Vigília pelos direitos humanos na Ucrânia



Fonte: Retirada pela estagiária

Marcha do Dia Internacional da Mulher

O Manifesto da Greve Feminista Internacional (Associação ILGA, 2022), é muito premente ao afirmar, apesar das conquistas alcançadas ao longo da história no âmbito da igualdade de gênero e no combate à violência de gênero, perpetuam-se estereótipos de gênero e discriminações com base na raça, sexo, classe, orientação sexual e identidade de gênero em distintas esferas do cotidiano, incitados por uma sociedade capitalista, patriarcal, machista e racista. Este contexto preocupante e fraturante, impele a união e um esforço coletivo na luta e aceitação plena da “diversidade humana, a autodeterminação, a defesa contra a violência, o direito aos cuidados, o direito sobre os nossos corpos e direito ao prazer, o acesso à saúde sexual e reprodutiva, o reconhecimento do trabalho informal e o fim da precariedade” (idem).

Neste âmbito, a Plataforma Rede 8 de março, pela 4.^a vez, convocou a Marcha do Dia Internacional das Mulheres apelando a todos os coletivos, associações, sindicatos, organizações políticas, instituições, pessoas em nome individual à participação nas concentrações e manifestações que decorreram em várias cidades do país. Neste sentido, a estagiária, enquanto membro da Akto, ONGD comprometida na proteção, promoção e intervenção em Direitos Humanos, Democracia e Paz, esteve presente na Marcha sendo parte integrante de um grito, em uníssonos, pela igualdade salarial e na luta contra situações de precariedade e violência machista e conservadorismo que atravessam o cotidiano das mulheres em todo o mundo.

Marcha Contra a Homofobia e Transfobia de Coimbra

No âmbito das comemorações do Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia e Transfobia, no passado dia 17 de maio, a discente integrou a 13.^a Marcha Contra a Homofobia e Transfobia de Coimbra, sob o tema ‘Pela plenitude dos direitos das pessoas trans e não-binárias’. De acordo com o manifesto partilhado pela Plataforma Anti Transfobia e Homofobia (2022) nas redes sociais, apesar da promulgação da Lei da Autodeterminação de Género em 2018, na prática ele não existe pelo que a luta continua e é urgente ocupar as ruas e erguer a voz pelo acesso seguro e público a cuidados de saúde trans-inclusivos, tratamentos hormonais e a cirurgias de afirmação de gênero, pelo acesso justo ao mercado laboral, pelo direito a uma habitação condigna, pela a

igualdade de acesso a oportunidades e liberdade e pelo fim da exploração capital do corpo (ver Figura 24).

Figura 24. 13.ª Marcha Contra a Homofobia e Transfobia de Coimbra



Fonte: Fotografia da estagiária

Findo a identificação, descrição e análise sucinta das atividades desenvolvidas durante o presente Estágio Curricular, urge, neste momento, apresentar os principais saberes e competências adquiridas, bem como refletir acerca da intervenção realizada ao longo destes seis meses, com vista à construção e configuração da identidade profissional da futura especialista em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária.

IV. Componente Avaliativa

a. Autoavaliação e Competências Adquiridas

De acordo com o Regulamento de Estágios (2016), o estágio curricular pretende ser um espaço potenciador da apreensão de competências analítico-reflexivas e operativas que possibilitem a definição e diagnóstico de fenómenos educativos, bem como a sua implementação e monitorização/avaliação. Neste sentido, Oliveira e Amaral (2019) declaram um perfil de competências-chave inerentes ao educador de adultos basilar para fomentar uma intervenção educativa verdadeiramente responsável e transformativa da vida das pessoas e do seu espaço de pertencimento comprometida com os princípios de justiça e bem-comum. Os autores acima mencionados identificam setes *clusters* de competências pressupostas a um educador/formador de adultos, são elas: 1) competência ética; 2) competência de mobilização e valorização da experiência; 3) competência de facilitação da aprendizagem; 4) competência ao nível de métodos de educação, formação e aprendizagem; 5) competência de conceção, planeamento, gestão e avaliação do processo formativo; 6) competência de autodesenvolvimento; e 7) competência de ligação/articulação com a comunidade. Tendo por base o conjunto de competências preconizadas pelo Regulamento de Estágios e pela literatura, seguidamente, vão ser descritas as principais competências adquiridas pela estagiária.

De forma geral, pode afirmar-se que os objetivos gerais pré-definidos para o estágio curricular foram alcançados e a Akto foi um espaço promotor da aquisição e aprofundamento de conhecimentos e competências ao nível do papel do/a Mestre em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária no contexto das ONGD, bem como da apreensão acerca do funcionamento e dinâmica organizacional interna das ONGD em Portugal. Em termos específicos, a estagiária também obteve saberes e habilidades instrumentais, interpessoais e sistémicas nos diferentes eixos estratégicos de intervenção, como é possível perceber na Tabela 5.

Tabela 5. Competências Adquiridas

EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS
<p>d. Educação e Formação em Direitos Humanos e Democracia</p>	<p>Organização e Gestão da Formação de Públicos Estratégicos:</p> <p>Planeamento da Formação</p> <p>Desenvolvimento da Formação</p> <p>Avaliação da Formação</p> <p>Certificação da Formação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de planificação, organização, gestão e avaliação de projetos formativos; • Competências de organização, análise e síntese de informação e documentação; • Saberes ao nível da articulação e mediação entre agentes educativos; • Conhecimentos informáticos; • Competências comunicacionais orais e escritas; • Sentido ético-profissional; • Capacidade de resolução de problemas; • Capacidade para lidar com a frustração; • Capacidade de tomada de decisões; • Desenvolvimento da autonomia; • Construção da responsabilidade profissional e pessoal; • Construção da identidade profissional;
	<p>Participação na Formação de Formadores/as para obtenção da especialização em Igualdade de Género</p> <p>Participação em Seminários, Conferências e Webinares</p> <p>Projeto CUIDAdania</p> <p>Projeto C.A.R.E.</p> <p>Projeto Together</p> <p>Diálogo Intercultural e Interreligioso</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de aprendizagens e de novos conhecimentos, metodologias e instrumentos pedagógicos; • Capacidade crítico-reflexiva; • Capacidade de observação; • Sensibilidade e Respeito Cultural; • Abertura à mudança; • Construção da identidade

		profissional;
	Dinamização de Ações de Sensibilização no domínio dos Direitos Humanos e Cidadania Global Igualdade de Género Paz e Resolução não violenta de conflitos Tráfico de Seres Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Habilidades de planeamento, implementação e avaliação de ações de sensibilização; • Competências comunicacionais; • Espírito Crítico; • Capacidade de Adaptação; • Desenvolvimento da criatividade; • Trabalho em equipa. • Construção da identidade profissional
e. Ajuda Humanitária de Emergência e Cooperação para o Desenvolvimento	<i>Training Course - Arising consciousness in Youth about Everyday Sexism</i> <i>Youth Exchange – Taste Your Time</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Competências linguísticas; • Competências pessoais e sociais e aprender a aprender; • Competências de autorregulação emocional; • Competências cívicas, interpessoais e interculturais, Competências de sensibilidade e expressão cultural.
Intervenção Social e Comunitária em Portugal	Participação em ações de <i>advocacy</i> e mobilização Vigília pelos direitos humanos na Ucrânia Marcha do Dia Internacional da Mulher Marcha contra a Homofobia e Transfobia de Coimbra	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em equipa; • Espírito de cooperação; • Espírito de iniciativa; • Sentido Cívico; • Construção da autoconfiança profissional; • Abertura à mudança.
f. Gestão	Colaborar nas atividades do quotidiano da entidade	<ul style="list-style-type: none"> • Competências comunicacionais; • Capacidade de gestão de dados de informação; • Organização de documentação; • Construção da identidade profissional.

No tocante à atividade Organização e Gestão de Formação, a estagiária compreendeu o funcionamento da Akto enquanto entidade formadora, desenvolveu competências técnicas no âmbito do planeamento, gestão, organização e acompanhamento da formação profissional integrada na tipologia 3.15 – Formação em Públicos Estratégicos, adquiriu conhecimentos acerca do papel e funções do/a Gestor/a e Coordenador/a de Formação e apreendeu o funcionamento da política e procedimentos necessários no âmbito do financiamento europeu. Neste âmbito, importa destacar que as competências teóricas que possuía ao nível da formação, fruto da frequência na Pós-Graduação em Organização e Gestão da Formação no ano transato, foram uma mais valia no contexto profissional que integrou, pois facilitou a execução dos procedimentos e tarefas inerentes à formação financiada, uma maior autonomia da discente e, consequentemente, a construção da identidade e responsabilidades profissionais

A responsabilidade assumida ao nível de gestão da formação, permitiu, para além do exposto, o desenvolvimento de outras competências instrumentais e interpessoais também importantes nesta área de especialização. Ao nível instrumental, nomear as competências de organização, análise e síntese de informação e documentação, no âmbito da construção do Dossier Técnico-Pedagógico; articulação e mediação entre agentes educativos, a saber com a Coordenadora Pedagógica, os/as formadores/as, os/as formandos/as e a Direção da Akto; conhecimentos informáticos ao nível da plataforma SIGO, programa *Excel* e *WordPress*. Em termos interpessoais, destacar a capacidade de resolução de problemas, por exemplo ao nível do processo de admissão, seleção dos/as formandos/as e constituição dos grupos de formação, bem como na assiduidade e pontualidade dos/as formandos/as; capacidade para tomada de decisões, lidar com a frustração e flexibilidade cognitiva quando havia necessidade de adiar o início de ações de formação, devido a desistências e/ou inscrições insuficientes; saberes ao nível da comunicação oral e escrita, desenvolvido a título exemplificativo nas Sessões de Abertura e Sessões de Encerramento das ações, como também nas articulações via contacto telefónico e/ou e-mail.

No âmbito da segunda atividade, nomeadamente a Participação na Formação de Formadores para obtenção de especialização em Igualdade de Género, a estagiária detinha uma dupla função que lhe forneceu uma panóplia de saberes e aprendizagens. Por um lado, era formanda e estava lá enquanto aprendiz e para construir novos conhecimentos, por outro lado permitiu também uma aproximação às necessidades

relativas à organização e gestão de formação, sendo a mesma responsável pelo processo de admissibilidade e inscrição, colocação de matérias na *Google Drive*, alertar para o envio de documentação pendente para efeitos de certificação, para entrega dos respetivos trabalhos de avaliação de cada módulo, pelo processo de monitorização e avaliação, como também responder prontamente a algum imprevisto ou eventualidade que decorresse sendo uma ponte basilar entre os formandos/as-formadoras.

Nesta atividade, salienta-se, para além da riqueza e amplitude de conhecimentos na área da Igualdade de Género e violência de género, também as competências pessoais, sociais, recursos e metodologias ativas, reflexivas e participativas adquiridas, explanadas no capítulo da descrição das atividades e que, incontornavelmente, vão ser uma mais valia para o futuro percurso profissional da discente, enquanto educadora e formadora de adultos. Para além do exposto, importa mencionar o impacto da formação na dimensão pessoal da discente, tornou-a, incontestavelmente, uma cidadã mais atenta, ativa, crítica, consciente dos seus direitos enquanto mulher e sensibilizada para as desigualdades, estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias que assolam o mundo ao seu redor.

No domínio do eixo estratégico da Educação e Formação em Direitos Humanos e Democracia, a presença em seminários, conferências e *webinars* contribuiu logicamente para a apreensão de conhecimentos complementares que tiveram uma influência positiva no agir profissional da estagiária no contexto da organização. Neste sentido, a diversidade de eventos formativos e informativos que a estagiária frequentou compreenderam a aquisição e aprofundamento de conhecimentos pertinentes e práticas interventivas em distintas áreas de intervenção, tais como a igualdade de género, violência de género, necessidades e problemáticas psicossociais de migrantes e/ou refugiados/as e no diálogo intercultural.

De frisar, a aproximação da estagiária a programas e projetos educativos de contextos formais, informais e não formais que, se afastam das lógicas de intervenção mais tradicionais, e fomentam uma intervenção inovadora e criativa, partindo de ferramentas e recursos pedagógicos lúdicos e criativos que estimulam no indivíduo a aquisição de aprendizagens cognitivas e interpessoais significativas. A título exemplificativo os recursos pedagógicos abordados no capítulo anterior, a saber “Ferramentas para a liberdade nas escolhas profissionais”, desenvolvido pelo projeto CUIDAdania,; o projeto CARE: “Cuidar, Agir, Responsabilizar, Educar”, da Cruz

Vermelha Portuguesa, que integra um *toolkit* de acesso a serviços e um jogo para a comunidade denominado de “Refugiados”; e ainda o projeto “*Together*” dinamizado pela Cáritas Diocesana Portuguesa de Coimbra. A aditar ao descrito, todas estas dinâmicas de trabalho permitiram à estagiária a consciencialização e reforço sobre a importância das competências éticas e de autodesenvolvimento do educador/formador/facilitador nos contextos educativos, nomeadamente a comunicação empática, de tolerância ativa, de respeito pela identidade cultural do outro, assumindo um espírito crítico e de mobilização e valorização do vivido do/a cidadão/ã.

A dinamização de ações de sensibilização na temática dos Direitos Humanos, com especial enfoque na Igualdade de Género e Tráfico de Seres Humanos, foi também um espaço promotor da aquisição e aprofundamento de saberes e competências diversificadas. Neste seguimento, pode afirmar-se que o objetivo geral foi alcançado, ou seja, a estagiária desenvolveu habilidades ao nível do planeamento, execução e avaliação de ações de sensibilização, bem como adquiriu competências ao nível comunicacional, espírito crítico, criatividade, capacidade de adaptação aos contextos e trabalho em equipa.

Na presente atividade, interessa expor o processo evolutivo de aprendizagem, pois o facto da estagiária advir de uma Licenciatura no âmbito do Serviço Social, não dominar completamente conhecimentos na área da Igualdade de Género e Tráfico de Seres Humanos e possuir poucos conhecimentos ao nível da dinamização e interação em ações de sensibilização, fez com que nas primeiras ações de sensibilização se sentisse insegura e nervosa. Neste seguimento, importa destacar o trabalho de proximidade da orientadora, Dra. Ana Rita Brito, na partilha de conhecimentos teóricos, da sua experiência na dinamização de ações e tranquilidade transmitida, reforçando que este era um espaço para aprender, errar e evoluir. Para além da orientadora, as colegas de trabalho também foram um elemento-chave, pois a implementação das ações era realizada em parceria o que permitiu um verdadeiro trabalho em equipa e de apoio mútuo tanto na planificação como na implementação, aludir também à pertinência que a frequência na Formação de Formadores para obtenção de especialização em Igualdade de Género teve nas ações de sensibilização pelas metodologias e conhecimentos apreendidos que a estagiária conseguiu colocar, posteriormente, na sua prática.

Por fim, salientar a postura e interesse dos/as jovens que também foram uma fonte de aprendizagens inesgotáveis, em diversos sentidos. Em particular a dinamização

da sessão numa turma com Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) que comportou múltiplos desafios para a estagiária, primeiro a baixa capacidade de concentração do grupo aliado a um percurso educativo e social vulnerável, fez com que tivesse alguns elementos que proferissem comentários inapropriados que destabilizava o grupo e, claramente, influenciava a dinâmica da apresentação. Contudo ao longo da sessão e mudando a estratégia de abordagem para uma metodologia mais ativa, questionadora apresentando exemplos próximos da sua realidade, fez com que decorresse um maior interesse por parte do grupo e até houvesse partilhas pertinentes de alguns elementos. A aditar ao exposto, a discente também teve uma sessão dinamizada com uma turma de 7.º ano muito interessante, tendo os/as alunos/as uma postura muito crítica, interventiva demonstrando preocupação e sensibilidade pela temática que reforça a importância da continuidade da dinamização de sessões de sensibilização/informação no contexto escolar, de modo a construir adultos/as que aceitem e respeitem o outro, a sua individualidade, bem como mais sensíveis com uma atitude ativa na prevenção e no combate dos preconceitos, estereótipos, discriminações e violência.

As competências adquiridas no âmbito dos intercâmbios juvenis do programa de Erasmus + foram baseadas nas competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida inscritas no Certificado *YouthPass*, documento baseado na estratégia da Comissão Europeia para a educação e formação, que pretende descrever, reconhecer e validar os resultados de aprendizagens. Neste sentido, este documento descreve 8 competências básicas interligadas que todos/as os indivíduos necessitam para realização profissional e pessoal, integração social, para exercerem uma cidadania ativa e possuir um estilo de vida saudável e sustentável. De notar que nem todos os projetos integram aquisição de competências nas 8 dimensões, no caso dos intercâmbios em que a estagiária participou, de destacar o desenvolvimento de competências linguísticas, competências pessoais, sociais e aprender a aprender, competências cívicas, interpessoais e interculturais, sensibilidade e expressão cultural. A título exemplificativo, encontra-se no anexo XII o *YouthPass* relativo ao *Training Course – Arising conciousness in Youth about Everyday Sexism*

A nível linguístico, de mencionar o aprimoramento de capacidades de compreensão, expressão e interpretação de acordo com a necessidade, em forma oral ou escrita, da língua inglesa, visto ser a língua comumente utilizada, mas também

apreensão de algumas palavras/frases noutros idiomas devido à diversidade de países que frequentaram os projetos, tais como espanhol, francês, italiano, grego, búlgaro, eslovaco, turco e checo. Na dimensão pessoal, social e aprender a aprender, indubitavelmente, outra competência enriquecida, na medida em que promoveu o autoconhecimento, promoveu o desenvolvimento do pensamento crítico, por via dos debates e *brainstormings*, o trabalho em equipa, as capacidades de comunicação construtiva e empática, através da metodologia de “*Think and Listening*”, estimulou a criatividade, através das dinâmicas artísticas, como desenhar, pintar, entre outras, promoveu a autoconfiança, a motivação, a autonomia e a resiliência. No que tange às competências cívicas, interpessoais e interculturais, destacar os conhecimentos adquiridos sobre a diversidade e identidade cultural europeia, ou seja, as tradições, culturas, normas, alimentação, estilo de vida dos diferentes países em presença, sendo neste caso as Noites Interculturais, um espaço ímpar para mergulhar numa determinada cultura, através da degustação de comidas e bebidas típicos, cantar e ouvir músicas, danças, jogos, contos, histórias e vídeos acerca do país.

Por fim, no que toca às ações de mobilização e *advocacy*, especificamente a participação na Vigília pelos Direitos Humanos da Ucrânia e na duas Marchas, permitiram uma profunda consciencialização e sensibilização da estagiária para continuar a reivindicar e lutar pela defesa dos direitos de todos e todas aqueles que são humilhados/as, oprimidos/as, ostracizados/as discriminados/as, violentados/as, em razão de sexo, orientação sexual, identidade sexual, classe social e religião.

b. Heteroavaliação

Face ao explanado anteriormente, importa, nesta fase do presente relatório de estágio, dar voz aos profissionais com quem a estagiária teve a oportunidade de trabalhar e articular no domínio das suas funções, de modo a compreender a sua opinião relativamente à qualidade do desempenho na execução das tarefas, bem como uma apreciação do seu agir profissional, social e pessoal.

Primeiramente, importa, iniciar este subcapítulo com a avaliação quantitativa e qualitativa da orientadora do estágio curricular, a Dra. Ana Rita Brito, pois foi um elemento-chave em todo o processo de aprendizagem e crescimento profissional e pessoal da mestrande. A sua avaliação foi realizada através do preenchimento da Grelha de Avaliação de Competências Transversais para os estágios curriculares da FPCEUC,

explanada nas Normas Reguladoras de Procedimentos de Estágios Curriculares (2012), que comporta dois momentos. A grelha propriamente dita inclui quatro grupos de competências transversais, nomeadamente competências instrumentais, interpessoais, sistémicas e outras competências, sendo o seu preenchimento, por via de perguntas fechadas com uma escala Likert, de Insuficiente a Excelente, sendo Insuficiente correspondente a uma avaliação inferior a 10 valores, Suficiente de 10 a 13 valores, Bom de 14 a 15 valores, Muito Bom de 16 a 17 e Excelente de 18 a 20 valores e, num segundo momento, adicionado pela discente, uma avaliação descritiva que pretende que a orientadora realize uma apreciação qualitativa do trabalho desenvolvido e do comportamento geral da estagiária. A respetiva grelha de avaliação encontra-se integrada no Anexo XIII.

Relativamente à primeira componente, competências instrumentais, que diz respeito às capacidades cognitivas, metodológicas e tecnológicas no âmbito da sua área de especialização, a orientadora avaliou como Excelente a estagiária. Ao nível interpessoal, isto é, capacidades pessoais e sociais, tais como assertividade, espírito de equipa, empatia e respeito pelo outro e pela dignidade humana a orientadora atribuiu, novamente, a cotação de Excelente. No que tange às competências sistémicas que inclui a compreensão, a sensibilidade e as habilidades que possibilitam perceber como as partes de um todo se interligam e se agregam, numa lógica integrativa a estagiária obteve, similarmente às anteriores, a avaliação de Excelente. Por fim, no âmbito de outras competências complementares como a assiduidade, pontualidade, autonomia, ética profissional, pensamento crítico, proatividade, criatividade, abertura e capacidade adaptativa foi-lhe conferida a nota de Excelente. Neste seguimento, a orientadora avaliou o desempenho global da estagiária com um Excelente tendo destacado as seguintes competências:

“A Beatriz é uma pessoa autónoma, dedicada, com um grande sentido de responsabilidade e de trabalho em equipa. A sua persistência, disponibilidade de aprendizagem, motivação, iniciativa são algumas das suas maiores qualidades e isso refletiu-se ao longo do seu estágio” (Ana Rita Brito, Orientadora de Estágio).

No âmbito da organização e gestão da formação, a estagiária teve a possibilidade de trabalhar com um corpo formativo de excelência, tendo uma das formadoras destacado as suas competências teóricas, técnicas e procedimentais ao nível da gestão

da formação, bem como as competências comunicacionais, pautando a sua ação pela disponibilidade e afabilidade, como é visível no seguinte testemunho:

“Convivi com a Dra. Beatriz Lourenço no âmbito do estágio que fez na Akto. Sendo eu Formadora, pude constatar o seu excelente desempenho profissional quer na organização das ações de formação, quer no contacto com as pessoas, revelando-se sempre muito disponível para resolver qualquer questão. Em termos de relações humanas revelou um carácter afável e inteligência emocional na interação. Agradeço o trabalho efectuado e desejo as maiores felicidades no futuro.” (A.P., Formadora da Akto).

Dentro do corpo de profissionais e estudantes estagiários/as com os/as quais a discente teve o privilégio de trabalhar, destaca ainda o discurso de uma colega estagiária da Licenciatura em Serviço Social com a qual trabalhou proximamente no planeamento e organização de ações de sensibilização e nas atividades do quotidiano da entidade. Tendo em conta que a estagiária redatora do presente relatório é Assistente Social, a sua colega destacou os saberes teórico-práticos que a mesma partilhou, bem como as competências ao nível da interação social, proatividade e consciência profissional, como é perceptível no seu discurso:

“Eu comecei a trabalhar com a Beatriz em fevereiro, quando eu cheguei da Suíça e vim efetuar o meu estágio no âmbito da formação em serviço social na Akto. Ela foi muito acolhedora, pelo que senti-me rapidamente integrada apesar de vir do estrangeiro. A primeira coisa que eu percebi foi o quanto ela gosta de transmitir e de comunicar com as pessoas sobre tudo o que toca a área do social e muito mais porque tem muitos conhecimentos, o que é enriquecedor para a profissão. Além disso, eu pude colaborar com ela por várias vezes e vi que é uma profissional organizada, que tem iniciativa, dá sentido ao que faz e tem consciência profissional, encontrei poucas pessoas assim nas minhas diversas experiências profissionais e tive muito prazer em trabalhar com ela.” (S.G., Estagiária de Serviço Social na Akto).

No que tange à participação na Formação de Formadores para obtenção de especialização em Igualdade de Género, face à sua dupla função enquanto formanda e gestora da formação, na última sessão a estagiária foi mencionada na atividade de avaliação da formação, dinamizada na *JamBoard*, como um aspeto positivo da mesma (ver pág. 60 do presente relatório), bem como foi elogiada oralmente pela formadora e pelos/as formandos/as pela sua atenção, disponibilidade, cortesia e o trabalho realizado ao longo das sessões.

Por fim, importa mencionar algumas mensagens que a orientada recebeu ao nível dos intercâmbios juvenis que frequentou e que vai guardar para sempre no coração e na memória, nomeadamente:

“Thanks for your personality and lovely, you always go with a smile in the face and this is so good for the rest of the people!” (H.Espaha)

“Thanks you for participating in this project and helping me yesterday you transmit good energy” (H., Espanha)

“I’m really glad to have met you, you are a really kind person, funny and smart, one of the best meet of this training” (L., França)

“I will remember your eyes from which I could see all your kindness, your sweetness and your sensitivity.” (M., Itália)

“Beatriz, you have one of the most kind and warm hearts. I’ve ever met in a person. You have these clear and pure eyes that allows anyone to trust you. I would really like to have a Beatriz in my life, it would help me a lot” (S., Grécia).

Conclusão

Inicia-se esta reflexão final recuando ao ano letivo transato e à Unidade Curricular de Educação de Adultos e Cidadania, lecionada pela Doutora Cristina Vieira, a qual detinha como propósito refletir criticamente relativamente a temáticas como a desigualdade de género nas diferentes esferas sociais, a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, os diferentes tipos de violência de género, o impacto que os brinquedos possuem nas escolhas profissionais, a diminuta representatividade das mulheres em cargos de poder e tomada de decisão, a visão estereotipada das mulheres, a masculinidade tóxica. A presente unidade curricular convidou a estagiária a colocar umas lentes de género que, depois de colocadas, impactaram e transformaram a sua vida e a visão que possuía do mundo em seu redor... As piadas que objetificam e sexualizam as mulheres já não tinham assim tanta graça, as músicas, filmes e publicidades estereotipadas que associam as mulheres à submissão, ao recato, à dependência, ao cuidado e os homens ao poder, virilidade, força já não são olhadas da mesma forma, os questionamentos “inocentes” daquele parente, tal como “Então e filhos? Vais casar? Vais sair assim vestida?” são agora olhados por nós com desaprovação e desagrado. Estas lentes definitivamente focam mais e melhor como os micromachismos continuam internalizados, normalizados e perpetuados na nossa sociedade e como é urgente desmistificar preconceitos, desconstruir estereótipos e papéis de género, combater e prevenir situações de violência de género.

Neste âmbito, os projetos de educação e formação de adultos no âmbito da promoção da igualdade de género e combate à violência de género, numa perspetiva de aprendizagem e orientação ao longo da vida, são, indubitavelmente, uma ferramenta educativa profundamente basilar, na contemporaneidade, em distintos contextos profissionais, tais como na área social, jurídica, escolar, saúde, e emprego/formação, de modo a formar profissionais mais habilitados/as e conscientes para a complexidade das vivências e para as consequências nefastas que práticas discriminatórias possuem nas vítimas e no seu ambiente.

Neste sentido, a Akto, ONGD onde a estagiária realizou o estágio curricular, efetua uma intervenção ímpar ao nível da proteção, promoção e intervenção em Direitos Humanos, Democracia e Paz, em particular no domínio da Igualdade de Género e Violência de Género. Neste âmbito, a estagiária afirma que a atuação da Akto fomenta a consciência crítica dos/as sujeitos/as com quem intervêm, na medida em que promove

uma cidadania ativa, basilar na construção de práticas profissionais verdadeiramente inclusivas, tolerantes, respeitadoras da diversidade, numa ótica de direitos humanos.

Ao nível da intervenção, importa manifestar que para alcançar os objetivos preconizados e instituídos nos Estatutos da Akto é crucial o trabalho em equipa, em multidisciplinaridade e numa lógica de integração e parceria pelo que todos os profissionais em presença na organização são relevantes e podem, mutuamente, embeber conhecimentos e práticas. Neste domínio, a estagiária teve o privilégio de trabalhar de perto com um conjunto de profissionais e futuros/as profissionais como um enorme desígnio de efetuar uma intervenção emancipatória e de qualidade promotora das potencialidades da população em situação de maior fragilidade socioeconómica, as quais foram basilares para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Apesar das potencialidades da intervenção e dos contributos indubitáveis para o crescimento profissional e pessoal da estagiária, a intervenção da Akto abarca um conjunto de constrangimentos e desafios complexos multisetoriais e em distintos níveis que se interligam. Os principais desafios são ao nível da gestão e decorrem da dificuldade em obter fontes de financiamento estáveis que, conseqüentemente, tem um impacto direto no que tange à autonomia e independência para definir as estratégias e operacionalizar programas, na captação de recursos humanos contratados e no agir profissional da ONGD. Esta problemática é corroborada pela literatura científica que alude que “apesar do reconhecimento por parte da Comunidade Internacional do papel da sociedade civil (...) a verdade é que nos últimos anos temos assistido à diminuição progressiva do seu espaço, a nível global, através de restrições (...) de ordem financeira e legal”. Em particular no que tange ao campo da Educação de Adultos, Guimarães (2016, citado por Oliveira e Amaral, 2019) alude para desafios que vão ao encontro de alguns sentidos na entidade em análise, nomeadamente os financiamentos intermitentes e descontínuos das políticas públicas, como também a instrumentalidade e racionalidade técnica dos processos formativos, altamente burocráticos, exigentes e pouco flexíveis, em detrimento de uma ação política e crítico-reflexiva que tenha em conta as necessidades e características do público-alvo. Com vista a colmatar e solucionar as presentes limitações, a Akto tem investido na procura de financiamentos alternativos, estabelecimento de parcerias estratégicas, na angariação de associados, na sua representatividade em eventos nacionais e internacionais e na promoção de estágios em parceria com instituições do ensino superior (Akto, 2022).

Neste âmbito, o presente Relatório de Estágio vem afirmar e reforçar que a educação e a formação de adultos continua, incontestavelmente, a ser uma força motriz na desconstrução de estereótipos, na mitigação de práticas discriminatórias e preconceitos experienciados na sociedade civil (Bergano, 2002). Neste sentido, impera aludir à educação freiriana, enquanto educação libertadora e problematizadora, que permite ao sujeito adquirir consciência do seu potencial transformador e capacidade para vislumbrar e atuar criticamente face aos desafios da sociedade (idem). Na ótica de Freire (1995, citado por Alcoforado, 2016), para alcançar os pressupostos de uma cidadania democrática baseada em princípios como a interajuda, a tolerância e a igualdade de género emanados na Agenda para o Desenvolvimento 2030, interessa que a educação seja pautada pelo respeito pela diferença, diversidade e multiculturalidade, de modo a alcançar “desenvolvimento integrado e sustentável e da humanização das pessoas, das comunidades e da sociedade” (Alcoforado, 2016, p. 93).

Finda a redação do Relatório de Estágio, importa tecer breves considerações acerca do desenvolvimento do Estágio Curricular. Em primeira instância, agradecer profundamente à Akto e ao corpo profissionista pela receptividade, disponibilidade, autonomia e possibilidade de crescimento profissional e pessoal. Foi, sem dúvida, um espaço muito enriquecedor ao nível da aquisição de saberes, competências e metodologias no domínio dos Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade Cultural, Igualdade de Género e Violência de Género e com um impacto substancial no futuro agir profissional da estagiária, como explanado ao longo do presente documento. Neste sentido, cumpre-se concluir que os objetivos gerais da experiência pré-profissional foram alcançados e a mestrandia termina esta etapa mais consciente e sensibilizada relativamente à realidade societal, em matéria de Direitos Humanos e Cidadania Global, mais elucidada no que toca à pertinência da Educação e da Formação de Adultos como facilitadora nos processos de transformação e mudança individual e coletiva, bem como desperta para a importância da intervenção das ONGD no alcance de uma sociedade mais livre, tolerante e justa. A presente oportunidade académica, compreendeu uma aprendizagem holística que promoveu o desenvolvimento, não apenas na dimensão profissional, mas também na dimensão intelectual, emocional e social da estagiária, que lhe permite agora vislumbrar a sociedade com um olhar mais crítico relativamente às desigualdades e violências, mais tolerante e inclusivo face à diversidade e com mais respeito pela outra pessoa e por si própria.

Bibliografia

- Afonso, M. & Fernandes, A. (2005). *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. http://arquivo.esse.ips.pt/ese/sdi/recursos/fdc_abcd.pdf
- Akto (n.d.). *Memória Descritiva*. [Documento PDF]. Manuscrito não publicado, Akto, Coimbra, Portugal.
- Akto (2015). *Plano de Atividades e Orçamento 2015*. <http://www.akto.org/wp-content/uploads/2018/07/Plano-2015.pdf>
- Akto (2016a). *Relatório de Atividades e Contas 2015*. <http://www.akto.org/wp-content/uploads/2018/07/Relat%C3%B3rio-2015.pdf>
- Akto (2016b). *Plano de Atividades e Orçamento 2017*. <http://www.akto.org/wp-content/uploads/2018/07/Plano-2017.pdf>
- Akto (2017a). *Relatório de Atividades e Contas 2016*. <http://www.akto.org/wp-content/uploads/2018/07/Relat%C3%B3rio-2016.pdf>
- Akto (2017b). *Plano de Atividades e Orçamento 2018*. <http://www.akto.org/wp-content/uploads/2018/07/Plano-2018.pdf>
- Akto (2021a). *Estatutos*. <http://www.akto.org/pt/quem-somos/estatutos/>
- Akto (2021b). *Quem somos*. <http://www.akto.org/pt/quem-somos/>
- Akto (2021c). *Formação de Públicos Estratégicos 2021 – Região Centro*. <http://www.akto.org/pt/formacao/formacao-de-publicos-estrategicos-2021-regiao-centro/>
- Akto (2021e). *We Stand for Gender Equality*. <http://www.akto.org/pt/o-nosso-trabalho/youth-against-trafficking/>
- Akto (2021f). *Centro de Acolhimento e Proteção para Crianças Vítimas de Tráfico de Seres Humanos*. <http://www.akto.org/pt/o-nosso-trabalho/projecto-cap-2/>
- Akto (2021g). *Formação nas Escolas*. <http://www.akto.org/pt/formacao/formacao-nas-escolas/>

- Alcoforado, L. (2016). Paulo Freire na formação de especialistas em educação e formação de adultos e intervenção comunitária. *Revista Interterritórios*, 2(2), 84-101. <https://doi.org/10.33052/inter.v2i2.5050>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2022). *ACNUR atualiza dados sobre pessoas refugiadas na Ucrânia para refletir movimentos recentes*. <https://www.acnur.org/portugues/2022/06/10/acnur-atualiza-dados-sobre-pessoas-refugiadas-na-ucrania-para-refletir-movimentos-recentes/>
- Alto Comissariado para as Migrações (2022). *Oferta formativa para entidades públicas e privadas*. <https://www.acm.gov.pt/pt/-/oferta-formativa#EI>
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), 35-70. <https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8659>
- Amnistia Internacional (2022a). *Conflito Armado. Agir pela paz e pelos Direitos Humanos na Ucrânia*. <https://www.amnistia.pt/juntos-pela-paz/>
- Amnistia Internacional (2022b). *Evento. Vigília pelos Direitos Humanos na Ucrânia (Coimbra)*. <https://www.amnistia.pt/eventos/vigilia-direitos-humanos-ucrania-coimbra/>
- Associação ILGA (2022). *Notícia. Manifesto da Greve Feminista Internacional – 8 de março*. <https://ilga-portugal.pt/manifesto-da-greve-feminista-internacional-8-de-marco/>
- Bergano, S. M. (2002). *Filosofias da Educação de Adultos* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra].
- Câmara Municipal de Coimbra. (2021). *O que é a Rede Social?* <https://www.cm-coimbra.pt/areas/viver/social/rede-social/o-que-e-a-rede-social>
- Cardona, M.J. (Coord.) et al. (2011). *Guião de Educação Género e Cidadania. 1º ciclo do ensino básico*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/guiao_educ_1ciclo.pdf

- Cáritas Diocesana de Coimbra (2022). *AVIK – Intercâmbio de Competências Interculturais para a Inclusão Social*. <https://caritascoimbra.pt/project/avik/>
- CEAD (2022). *Projeto VIW*. <https://cead.ualg.pt/site/projeto-viw/>
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2021). *Referenciais de Formação*. <https://www.cig.gov.pt/area-pt2020/informacao-para-entidades-beneficiarias/referenciais-de-formacao/>
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2021). *Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2021*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/2021_11_16_BE_VFINAL_web.pdf
- Comissão Europeia (2020). *Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0152&from=PT>
- Coolabora (2022). *CUIDAdania – Cuidado e cidadania na construção da igualdade*. <https://coolabora.pt/project/3120/>
- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. (2016). *Regulamento dos Estágios no âmbito dos Mestrados Académicos na área das Ciências da Educação*. https://www.uc.pt/fpce/normas/pdfs/regulamentos/fpce/Regulamento_Estagios_Mestrados_Academicos_CE_29_Abril.pdf
- Freitas, R. (2012). Estudo sobre Ajuda Humanitária e de Emergência em Portugal. *Plataforma Portuguesa das ONGD*. https://issuu.com/plataformaongd/docs/estudo_sobre_ajuda_humanitaria_e_de_emergencia_em
- Freitas, R. (2020). Desafios da Ação Humanitária e de Emergência em Portugal. *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, (21), 14-17. https://www.plataformaongd.pt/uploads/revistas/revista-21-plataformaongd-perspetivas_para_o_futuro_da_cooperacao_portuguesa-out2020.pdf
- Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso. (n.d.). *Liberdade Religiosa e Diálogo Inter-Religioso Em Portugal: 2001-2021*. https://www.acm.gov.pt/documents/10181/0/Liberdade_Religiosa_e_Dialogo_In

[ter Religioso em Portugal 2001 2021 Testemunhos GT DIR.pdf/57101c95-44e5-43c7-975b-ada6a37eb839](https://www.dir.pt/pt/ter-Religioso-em-Portugal-2001-2021-Testemunhos-GT-DIR.pdf/57101c95-44e5-43c7-975b-ada6a37eb839)

Instituto da Cooperação e da Língua. (2018). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento* 2018-2022. <https://ened-portugal.pt/site/public/paginas/introducao-pt-2.pdf>

Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos (2022). *Conferência Together: Caminhos de Inclusão*. <https://igc.fd.uc.pt/en/curso.asp?id=50>

Jahan, S. (2015). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015. O trabalho como motor do desenvolvimento humano*. https://www.uc.pt/fpce/estudantes/ingresso/candidaturas/maiores23/PROVA_Servico_Social_Grupo2

Lei n.º 19/94 da Assembleia da República (1994). *Diário da República: I Série-A, n.º 120*. <https://files.dre.pt/1s/1994/05/120a00/27502751.pdf>

Lei n.º 66/98 da Assembleia da República (1998). *Diário da República: I Série-A, n.º 237*. <https://files.dre.pt/1s/1998/10/237a00/53085310.pdf>

Leite, K. (2012). *A Questão do Trabalho*. In M. F. Martins (Org.). *História dos Movimentos Sociais da Região de Sorocaba: origens, conquistas e desafios* (pp. 59-79). Editora Setembro.

Liu, Y. (2014). *Man meets woman*. Editora Taschen.

Milando, J. (2005). *Cooperação sem desenvolvimento*. Imprensa de Ciências Sociais.

Oliveira, F. (2017). *Relatório AidWatch Portugal 2017 – A Cooperação Portuguesa no início da era pós-2015*. https://issuu.com/plataformaongd/docs/relatorio_aidwatch_pt_2017

Oliveira, A. & Amaral, M. (2019). A educação de adultos na sociedade contemporânea: perfil de competências do educador. *Educação*, 44, 1-22. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644434349>

Pinto, T. (Coord.) et al. (2015). *Guião de educação género e cidadania: 3º ciclo do ensino básico*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/07/3Ciclo_Versao_Digital_FinalR.pdf

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (2019). *Concurso para Apresentação de Candidatura Aviso N.º POISE- 36-2019-06. 3.15 - Formação de públicos estratégicos.*

https://poise.portugal2020.pt/documents/10180/89145/Aviso_TO3.15_POISE-36-2019-06_v1.pdf/0ea00eff-e320-42e2-81bd-1862beb71be0

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (2022a). *Missão, Visão, Valores e Lema.* <https://poise.portugal2020.pt/missao-visao-valores-e-lema>

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (2022b). *Eixo 3.* <https://poise.portugal2020.pt/eixo-3>

Plataforma Portuguesa das ONGD (2012). *Guia das ONGD.* <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/Upload/PDF6/004263.pdf>

Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais (2014). *Guia das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD.* https://www.cidadaniaemp Portugal.pt/wp-content/uploads/recursos/plataforma_das_ongd/Guia%20das%20ONGDS.pdf

Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais (2022a). *Quem Somos.* <https://www.plataformaongd.pt/quem-somos>

Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais (2022b). *Missão e Objetivos.* <https://www.plataformaongd.pt/quem-somos/missao-e-objetivos>

Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais (2022c). *Lista de ONGD Associadas.* <https://www.plataformaongd.pt/quem-somos/ongd-associadas/lista-de-ongd-associadas>

Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais (2022d). *Grupo de Trabalho Aid Watch.* <https://www.plataformaongd.pt/o-nosso-trabalho/grupos-de-trabalho/gt-aidwatch>

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2021). *Sobre nós.* <https://plataformamulheres.org.pt/sobre-nos/>

Portaria n.º 208/2013 do Ministério da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência. (2013). *Diário da República: 1.ª série, n.º 121.* <https://files.dre.pt/1s/2013/06/12100/0366603680.pdf>

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018 da Assembleia da República. (2018).
Diário da República: 1.ª série, n.º 97.
<https://files.dre.pt/1s/2018/05/09700/0222002245.pdf>
- Ribeiro, M. (1995). *O Potencial das organizações não governamentais portuguesas de desenvolvimento (ONGD)*. CIDAC.
- Ribeiro, M. & Marques, S. (2002). Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI: trajetória e dinâmicas. *Lusotopie*, 1, 131-143.
<http://www.lusotopie.sciencespo Bordeaux.fr/ribeiro-marques.pdf>
- Ribeiro, T. (2020). A nova estratégia da Cooperação Portuguesa. *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, 21, 10-13.
https://www.plataformaongd.pt/uploads/revistas/revista-21-plataformaongd-perspetivas_para_o_futuro_da_cooperacao_portuguesa-out2020.pdf
- Romero, C. (2003). Pluralismo, Multiculturalismo e Interculturalidad: propuesta de clarificación y apuntes educativos. *Revista Educación y Futuro: Revista de Investigación Aplicada y Experiencias Educativas*, 8, 9-26.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2044239>
- Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. (1.ª ed.). Gradiva.
- Together (2022). *Universidades inclusivas para refugiados e migrantes: diretrizes para comunidade do ensino superior*. https://together.pixel-online.org/files/guidelines/Guidelines_Portuguese%20Version.pdf
- Vieira, C. (Coord.) et al. (2017). *Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/01/Conhecimento_Genero_e_Cidadania_Ensino_Secundario_Versao_Digital.pdf

ANEXOS

Anexo I – Questionário de Levantamento de Necessidades de Formação para 2022



Questionário de Levantamento de Necessidades de Formação para 2022

A Akto - Associação sem Fins Lucrativos e Organização não Governamental para o Desenvolvimento (ONG) encontra-se, neste momento, a desenvolver um processo de levantamento e diagnóstico de necessidades de formação nas áreas ligadas aos Direitos Humanos e Democracia. Sendo uma das áreas de intervenção da Akto “formar profissionais conscientes” e capazes de desenvolver projetos relevantes no terreno, pretende-se com este questionário aferir das necessidades, lacunas e deficits no que respeita à intervenção de profissionais nas áreas ligadas aos Direitos Humanos e Democracia.

Assim, convidamo-lo/a responder a um conjunto de questões, a quais nos permitirão elencar um conjunto de ações formativas a integrar no Plano de Formação para o ano 2022 da Akto.

Garantimos o inteiro anonimato das vossas respostas e esperamos, em breve, contar com a vossa presença nas nossas formações.

A. Formação

1. Em 2021 frequentou ações de formação? *

Sim

Não

2. Aponte até 3 motivos que o/a levam a frequentar ações de formação

Aquisição de conhecimentos e competências

Atualização e Aperfeiçoamento de conhecimentos e competências

Progressão na carreira

Especialização numa determinada área

Melhoria do desempenho profissional

Desenvolvimento e Enriquecimento pessoal



- Troca de experiências/*networking*
- Sugestão da entidade empregadora
- Cumprimento do estipulado na Lei
- Outro _____

3. Este ano, 2021, frequentou ações de formação desenvolvidas pela Akto?

- Sim
- Se sim, quais? _____
- Não

3.1. A Formação frequentada foi de encontro às suas expectativas?

- Sim
- Não Porque ? _____
- Não se aplica

3.2. Avalie o seu nível de satisfação relativamente à formação frequentada na Akto:

- Muito Fraco Fraco Razoável Bom Muito Bom

4. Como teve conhecimento da oferta formativa da Akto?

- Familiares e/ou Amigos/as
- Colegas de Trabalho
- E-mails Akto
- Entidade Empregadora
- Site e Newsletter da Akto
- Redes Sociais
- Não tenho conhecimento da oferta formativa
- Outro:



5. Qual a formação da Akto que sugeriria a uma pessoa conhecida?

- Formação de Formadores/as para obtenção da especialização em Igualdade de Género
- Formação de Públicos Estratégicos para obtenção da especialização em Igualdade de Género
- Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate o tráfico de seres humanos e no apoio às suas vítimas
- Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate a práticas nefastas, em particular, à Mutilação Genital Feminina
- Orientação Sexual e Identidade de Género
- Género, Igualdade e Cidadania
- Formação de agentes qualificados/as que atuem no domínio da Violência Doméstica e/ou da prevenção da vitimização ou revitimização desta – Técnicos/as de Apoio à Vítima

5.1 - Quais as razões para recomendar a formação da Akto?

B. Preferências quanto à organização da Formação

6. Qual o horário preferencial para frequentar ações de formação?

- Laboral (só manhã)
- Laboral (só tarde)
- Laboral (dia completo)
- Pós-Laboral (noturno)
- Sábados



Misto

Outro:

7. Qual a distribuição da carga horária preferida?

Intensiva (dias da semana seguidos)

Não Intensiva (dias de formação alternados em semanas diferentes)

8. Qual a duração que devem ter as ações de formação?

< 7h

7h - 14h

14h - 35h

> 35h

9. Indique qual a época do ano mais conveniente para frequência em ações de formação

1º Trimestre (janeiro a março)

2º Trimestre (abril a junho)

3º Trimestre (julho a setembro)

4º Trimestre (outubro a dezembro)

10. Que metodologias de organização da formação gostaria de ver associadas às formações?

Formação Presencial

Formação à Distância

Formação Mista (presencial e distância)

C. Áreas de Formação pretendidas no âmbito das Ações de Formação ministradas pela Akto

11. De momento, sente necessidade de frequentar algum curso de formação?

_ Sim

_ Não

12. Classifique o nível de interesse em frequentar ações de formação nas seguintes áreas temáticas:

		Sem Interesse	Pouco Interesse	Interesse	Muito Interesse
Área 312: Sociologia e Outros	Igualdade de Género em Portugal				
	Direitos e Igualdade de Género				
	Formação de Formadores para a obtenção da Especialização em Igualdade de Género				
	Igualdade de Género e <i>Work Life Balance</i>				
	Igualdade de Género, Trabalho, Família e Cidadania				



	Promoção da Igualdade de Género na Educação				
	Responsabilidade Social das Organizações para a Concretização da Igualdade de Género				
	Género, Igualdade e Cidadania				
	Género e Desigualdades nas Sociedades				
	Orientação Sexual e Identidade de Género				
Área 313: Ciência Política e Cidadania	Direitos Humanos				
	Direitos Humanos e Cidadania				
	Direitos Humanos no Mundo: desafios e oportunidades				
	Introdução ao Sistema das Nações Unidas e Operações de Paz				
	Lei Internacional dos Direitos Humanos				
	Tráfico de Seres Humanos em Portugal				
	Direitos Humanos: os				

	direitos dos refugiados				
	Casamentos forçados e/ou precoces				
Área 762: Trabalho Social e Orientação	Práticas de Intervenção Social em contextos de Risco e Exclusão Social				
	Apoio Familiar e Apoio à Comunidade				
	Métodos e Técnicas de Intervenção Social				
	Elaboração e Avaliação de Projetos de Intervenção Social				
	Intervenção Precoce				
	Técnico de Apoio à Vítima				
	Enquadramento e Funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens				
	Maus tratos em Crianças e Jovens				
	Combate à Violência Doméstica				



	Crianças e Jovens Vítimas de Violência				
	Violência na relações de intimidade				

Indique áreas de formação que considere pertinentes e não expressas anteriormente: _____

Dados Pessoais

Sexo

Masculino

Feminino

Outro

Idade _____

Vive em Portugal?

Sim

Se sim, em que região se encontra?

Norte

Centro

Lisboa, Tejo e Sado

Alentejo

Algarve

Região Autónoma da Madeira



Região Autónoma dos Açores

Se não, qual país? _____

Habilitações Académicas

1.º Ciclo do Ensino Básico

2.º Ciclo do Ensino Básico

3.º Ciclo do Ensino Básico

Ensino Secundário (12.º ano)

Licenciatura Qual?

Mestrado Qual?

Doutoramento Qual?

Pós-Graduação/Curso de Especialização Qual?

Outro Qual? _____

Situação face ao emprego

Empregado/a por conta de outrem

Contrato sem termo

Contrato a termo

Estagiário/a

Tipologia da organização:

IPSS ONG Fundação Administração Pública

Setor de atividade:

Saúde Intervenção/Proteção social

Educação Forças de Segurança

Justiça Não se aplica

Empregado/a por conta própria Área de Atividade _____

Estudante Área de Formação _____

Procura do 1.º emprego



- _ Trabalhador/a-estudante
- _ Reformado/a
- _ Desempregado/a
 - _ Curta Duração (< a 12 meses)
 - _ Longa Duração (≥ a 12 meses)
- _ Outro:

Observações ou sugestões que considere pertinentes e relevantes:

Informação legal: Os dados recolhidos destinam-se à gestão administrativa de processos de diagnóstico de necessidades formativas desenvolvidos no âmbito das atividades de formação profissional e serão processadas em conformidade com o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais – Regulamento n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, sendo garantida a confidencialidade de dados e a sua não transferência a entidades terceiras. *

Autorizo o Sistema de Acreditação (DGERT) a utilizar os meus dados pessoais relativamente ao endereço de contato, para efeitos de uma eventual auscultação sobre a forma de inquérito no âmbito de procedimentos de acompanhamento.

Agradecemos a sua colaboração!

Anexo II – Índice do Dossier Técnico-Pedagógico

Índice

- 1. REGULAMENTO DA FORMAÇÃO**
- 2. PROGRAMA DE FORMAÇÃO**
- 3. CRONOGRAMA DA AÇÃO**
- 4. COORDENADOR DA AÇÃO³³**
- 5. FORMADORES/AS³⁴**
 - 5.1. Contrato de Prestação de Serviços
- 6. FORMANDOS/AS**
 - 6.1. Lista de Formandos/as
 - 6.2. Ficha de Inscrição e documentação associada³⁵
 - 6.3. Contrato de Formação
- 7. PLANOS DE SESSÃO**
- 8. ASSIDUIDADE**
 - 8.1. Folha de Sumários/Presenças
 - 8.2. Justificação de faltas
 - 8.3. Justificação de desistências
- 9. MATERIAIS PEDAGÓGICOS DECORRENTES DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**
 - 9.1. Enunciados de Avaliação
 - 9.2. Corrigenda de Avaliação
 - 9.3. Trabalhos realizados pelos/as formandos/as
- 10. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS**
 - 10.1. Registo da avaliação das aprendizagens dos formandos
 - 10.2. Pauta Final da ação
- 11. AVALIAÇÃO DA REAÇÃO**
 - 11.1. Avaliação do Grau de Satisfação dos/as Formandos/as
 - 11.2. Avaliação do Grau de Satisfação dos/as Formadores/as
- 12. RELATÓRIO FINAL DA AÇÃO**
- 13. OCORRÊNCIAS**
 - 13.1. Folha de Ocorrência
 - 13.2. Folha de Reclamação
- 14. CERTIFICADOS**
 - 14.1. Comprovativo de entrega dos certificados
- 15. ATAS DE REUNIÃO**
- 16. ACOMPANHAMENTO PÓS-FORMAÇÃO**
- 17. DIVERSOS**
 - 17.1. Apólice de Seguros

³³ Cópia do CC, Curriculum Vitae, Certificado de Habilitações, CCP, Certificado de Coordenação e Gestão da Formação, IBAN

³⁴ Ficha de Formador, Cópia do CC, Curriculum Vitae, Certificado de Habilitações, CCP e IBAN

³⁵ Cópia do CC, Curriculum Vitae, Certificado de Habilitações, IBAN, e Situação Laboral

Anexo III – Ações de Formação Akto 2021/2022

ÁREA 312 – SOCIOLOGIA E OUTROS ESTUDOS

<i>Região</i>	Designação do Curso	Duração	Modalidade da Formação	Datas
<i>Centro</i>	Formação de Formadores/as para obtenção da especialização em Igualdade de Género (Ação de Formação 2)	72h	<i>E-learning</i>	janeiro, fevereiro e março de 2022
	Formação de Públicos Estratégicos para obtenção da especialização em Igualdade de Género (Ação de Formação 1)	58h	<i>E-learning</i>	março, abril, maio de 2022
	Orientação Sexual e Identidade de Género (Ação de Formação 3)	18h	<i>E-learning</i>	novembro/dezembro de 2021
	Orientação Sexual e Identidade de Género (Ação de Formação 4)	18h	<i>E-learning</i>	fevereiro de 2022
	Género, Igualdade e Cidadania (Ação de Formação 1 a 6)	25-35 horas + 10 Horas	<i>E-learning</i>	A definir
<i>Norte</i>	Formação de Formadores/as para obtenção da especialização em Igualdade de Género (Ação de Formação 2)	72h	<i>E-learning</i>	A definir
	Formação de Públicos Estratégicos para obtenção da especialização em Igualdade de Género (Ação de Formação 2)	58h	<i>E-learning</i>	março, abril, maio de 2022

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, nº53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY

Cofinanciado por:



Formação de Públicos Estratégicos para obtenção da especialização em Igualdade de Género (Ação de Formação 3)	58h	<i>E-learning</i>	A definir
Formação de Públicos Estratégicos para obtenção da especialização em Igualdade de Género (Ação de Formação 4)	58h	<i>E-learning</i>	A definir

ÁREA 313 – CIÊNCIA POLÍTICA E CIDADANIA

<i>Região</i>	Designação do Curso	Duração	Modalidade da Formação	Datas
	Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate a práticas nefastas, em particular, à Mutilação Genital Feminina (Ação de Formação 4)	18h	<i>E-learning</i>	outubro de 2021
<i>Centro</i>	Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate a práticas nefastas, em particular, à Mutilação Genital Feminina (Ação de Formação 5)	18h	<i>E-learning</i>	janeiro de 2022
	Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate a práticas nefastas, em particular, à Mutilação Genital Feminina (Ação de Formação 6)	18h	<i>E-learning</i>	fevereiro de 2022
	Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da	30h	<i>E-learning</i>	janeiro de 2022

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, nº53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY

Cofinanciado por:



	prevenção, sensibilização e combate o tráfico de seres humanos e no apoio às suas vítimas (Ação de Formação 4)			
	Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate o tráfico de seres humanos e no apoio às suas vítimas (Ação de Formação 5)	30h	<i>E-learning</i>	fevereiro de 2022
	Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate o tráfico de seres humanos e no apoio às suas vítimas (Ação de Formação 6)	30h	<i>E-learning</i>	março de 2022
	Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate o tráfico de seres humanos e no apoio às suas vítimas (Ação de Formação 7)	30h	<i>E-learning</i>	abril de 2022
<i>Norte</i>	Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate o tráfico de seres humanos e no apoio às suas vítimas (Ação de Formação 3)	30h	<i>E-learning</i>	maio 2022
	Formação de Agentes qualificados que atuem no domínio da prevenção, sensibilização e combate o tráfico de seres humanos e no apoio às suas vítimas (Ação de Formação 4)	30h	<i>E-learning</i>	A definir

Fonte: Elaborado pela Estagiária

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n.º53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY

Cofinanciado por:



Anexo IV – Questionário Satisfação dos/as Formandos/as

**QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO
DOS/AS FORMANDOS/AS**

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	
DESIGNAÇÃO DO CURSO	
MÓDULO	
FORMADOR/A	
FORMANDO/A (facultativo)	

A sua opinião sobre a ação de formação que frequentou é importante para nos ajudar a melhorar a qualidade das nossas ofertas formativas. Solicitamos o preenchimento do presente questionário da forma mais rigorosa possível. Agradecemos o/a seu/sua contributo.

Classifique cada item de acordo com a seguinte escala:

[1 – Insuficiente; 2 – Suficiente; 3 – Bom; 4 – Excelente; N/A – Não se Aplica]

1. OBJETIVOS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	1	2	3	4	N/A
A estrutura dos conteúdos programáticos foi adequada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os objetivos foram alcançados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O desenvolvimento dado a cada temática foi adequado e pertinente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As componentes teóricas e práticas foram adequadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As temáticas trabalhadas permitiram um aumento de conhecimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os conteúdos abordados têm utilidade para a atividade profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A duração da ação é suficiente e adequada aos objetivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. DESEMPENHO DO FORMADOR/A	1	2	3	4	N/A
Foi claro na definição dos objetivos da ação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n.º53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY



Cofinanciado por:



FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS – Região Centro



Expressou-se adequadamente na transmissão dos conhecimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Utilizou métodos e técnicas pedagógicas adequadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recomendou bibliografia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dominava os conteúdos programáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi criativo na apresentação dos temas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mostrou-se disponível para esclarecer dúvidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incentivou a participação dos/as formandos/as	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO	1	2	3	4	N/A
Os materiais pedagógicos foram adequados e bem estruturados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os equipamentos disponibilizados estavam em bom estado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As instalações encontravam-se em bom estado de conservação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O cronograma previsto foi devidamente cumprido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O apoio técnico-administrativo foi adequado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. AVALIAÇÃO	1	2	3	4	N/A
As técnicas de avaliação utilizadas ao longo do curso foram adequadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os instrumentos de avaliação encontravam-se bem elaborados e estruturados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os resultados da avaliação foram disponibilizados atempadamente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. AVALIAÇÃO GLOBAL	1	2	3	4	N/A
De uma forma geral avalie a ação de formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. SUGESTÕES DE MELHORIA

Indique os aspetos que devem ser melhorados:

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n.º53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY



Cofinanciado por:



Anexo V – Questionário Satisfação dos/as Formadores/as

**QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO
DOS/AS FORMADORES**

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	
DESIGNAÇÃO DO CURSO	
MÓDULO	
FORMADOR/A	

A sua opinião sobre a ação de formação que ministrou é importante para nos ajudar a melhorar a qualidade das nossas ofertas formativas. Solicitamos o preenchimento do presente questionário da forma mais rigorosa possível. Agradecemos o/a seu/sua contributo/a.

Classifique cada item de acordo com a seguinte escala:

[1 – Insuficiente; 2 – Suficiente; 3 – Bom; 4 – Excelente; N/A – Não se Aplica]

1. OBJETIVOS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	1	2	3	4	N/A
A estrutura dos conteúdos programáticos foi adequada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os objetivos foram alcançados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A duração da ação foi suficiente e adequada aos objetivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os conteúdos programáticos foram úteis para os/as formandos/as	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. INTERVENÇÃO DO/A FORMADOR/A	1	2	3	4	N/A
Fui claro na definição dos objetivos da ação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mostrei-me disponível para esclarecer as dúvidas dos/as formandos/as	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequiei os métodos e técnicas pedagógicas às características do grupo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recomendei bibliografia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n.º53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY



Cofinanciado por:



FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS – Região Centro



Mostrei domínio sobre os conteúdos programáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fui criativo na apresentação dos temas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incentivei a participação dos/as formandos/as	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os resultados obtidos são bons	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO	1	2	3	4	N/A
Os materiais pedagógicos foram adequados e bem estruturados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os equipamentos disponibilizados estavam em bom estado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As instalações disponibilizadas foram adequadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O apoio técnico-administrativo foi adequado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. AVALIAÇÃO GLOBAL	1	2	3	4	N/A
De uma forma geral avalie a ação de formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. SUGESTÕES DE MELHORIA

Indique os conteúdos a desenvolver com maior profundidade ou a retirar em futuras ações:

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n.º53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY



Cofinanciado por:



Anexo VI – Questionário Acompanhamento Pós-Formação

QUESTIONÁRIO DE ACOMPANHAMENTO PÓS-FORMAÇÃO

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	
DESIGNAÇÃO DO CURSO	
DATA	

A sua opinião sobre a ação de formação que frequentou é importante para nos ajudar a melhorar a qualidade das nossas ofertas formativas. Solicitamos o preenchimento do presente questionário da forma mais rigorosa possível. Agradecemos o seu contributo.

De acordo com cada item, indique-nos a sua posição:

	Sim	Não
A ação de formação que frequentei contribuiu para valorização pessoal e/ou profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aplico, o meu local de trabalho, os conhecimentos adquiridos na formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Utilizo com frequência os materiais disponibilizados na formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adquiri mais capacidades para desempenhar melhor as atividades pessoais e/ou profissionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Transmiti as capacidades e conhecimentos que adquiri para o meu local de trabalho/vida pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recomendaria a formação que frequentei a outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

IDENTIFIQUE ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS QUE GOSTARIA DE FREQUENTAR NO FUTURO

--

SUGESTÕES / COMENTÁRIOS

--

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n°53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY



Cofinanciado por:



Anexo VII – Cronograma do Curso

CRONOGRAMA DO CURSO

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	POISE – 03 – 4436 – FSE – 001097 Sociologia e Outros Estudos		
DESIGNAÇÃO DO CURSO	Formação de Formadores/as para a obtenção de especialização em Igualdade de Género		
Nº DA AÇÃO	Ação 2	HORÁRIO	18h30 – 22h30m
FORMADOR(A)	Ana Parada Costa Carlos Filipe Alves Sandra Silvestre	DURAÇÃO	72h

DESIGNAÇÃO DOS MÓDULOS	DURAÇÃO
1. Enquadramento Conceptual	6h
2. Igualdade de Género	12h
3. Roteiros Temáticos de Género: Abordagem Social e Jurídica	36h
4. Metodologias de Formação em Igualdade e Sugestões de Operacionalização	18h
Total	72h

Janeiro 2022

Segunda / dia 17	Terça / dia 18	Quarta / dia 19	Quinta / dia 20	Sexta / dia 21
18h30 – 22h30 M1 (4horas) Ana Parada Costa		18h30 – 20h30 M1 (2horas) Ana Parada Costa <hr/> 20h30 – 22h30 M2 (2horas) Ana Parada Costa		

Segunda / dia 24	Terça / dia 25	Quarta / dia 26	Quinta / dia 27	Sexta / dia 28
18h30 – 22h30 M2 (4horas) Ana Parada Costa		18h30 – 22h30 M2 (4horas) Ana Parada Costa		

FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS – Região Centro



Janeiro/Fevereiro 2022

Segunda / dia 31	Terça / dia 1	Quarta / dia 2	Quinta / dia 3	Sexta / dia 4
18h30 – 22h30 M2 (2horas) Ana Parada Costa	18h30 – 22h30 M3 (4horas)		18h30 – 22h30 M3 (4horas)	
20h30 – 22h30 M3 (2horas) Carlos Filipe Alves	Carlos Filipe Alves		Carlos Filipe Alves	

Segunda / dia 7	Terça / dia 8	Quarta / dia 9	Quinta / dia 10	Sexta / dia 11
	18h30 – 22h30 M3 (4horas) Carlos Filipe Alves			18h30 – 22h30 M3 (4horas) Carlos Filipe Alves

Segunda / dia 14	Terça / dia 15	Quarta / dia 16	Quinta / dia 17	Sexta / dia 18
18h30 – 22h30 M3 (4horas) Carlos Filipe Alves		18h30 – 22h30 M3 (4horas) Carlos Filipe Alves	18h30 – 22h30 M3 (4horas) Carlos Filipe Alves	

Segunda / dia 21	Terça / dia 22	Quarta / dia 23	Quinta / dia 24	Sexta / dia 25
18h30 – 22h30 M3 (4horas) Carlos Filipe Alves			18h30 – 20h30 M3 (2horas) Carlos Filipe Alves	
			20h30 – 22h30 M4 (2horas) Sandra Silvestre	

Fevereiro/Março 2022

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n°53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY

Cofinanciado por:



FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS – Região Centro



Segunda / dia 28	Terça / dia 1	Quarta / dia 2	Quinta / dia 3	Sexta / dia 4
		18h30 – 22h30 M4 (4horas) Sandra Silvestre	18h30 – 22h30 M4 (4horas) Sandra Silvestre	

Segunda / dia 7	Terça / dia 8	Quarta / dia 9	Quinta / dia 10	Sexta / dia 11
18h30 – 22h30 M4 (4horas) Sandra Silvestre		18h30 – 22h30 M4 (4horas) Sandra Silvestre		

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n°53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY

Cofinanciado por:



Anexo VIII – Atividade Provérbios

1	A casa é das mulheres e a rua é dos homens.
2	A mulher casada o marido lhe basta.
3	Cresce o outro bem batido como a mulher com bom marido.
4	De nenhuma mulher há que fiar e de todo o homem há muito que temer.
5	Do homem a praça, da mulher a casa.
6	Homem de palha vale mais do que mulher de ouro.
7	Homem tendo mulher feia tem a fama segura.
8	Homem velho e mulher nova, ou corno ou cova.
9	Mulher à vela, marido ao leme.
10	Mulher sem marido, barco sem leme.
11	O homem deve cheirar a pólvora e a mulher a incenso.
12	Três coisas enganam os homens: as mulheres, os copos pequenos e a chuva miúda.
13	Vinho, mulheres e tabaco põem o homem fraco.
14	A homem calado e a mulher barbada em tua casa não dê pousada.
15	A homem ocioso e a mulher barbuda de longe os saúda.
16	Do vinho e da mulher, livre-se o homem, se puder.
17	À mulher a roca e ao marido a espada.
18	Entre marido e mulher não metas a colher.
19	Homem com fala de mulher nem o diabo o quer.
20	Traga-o o marido e guarde-o a mulher.

Anexo IX – Atividade “Relógio Real e Relógio Ideal”

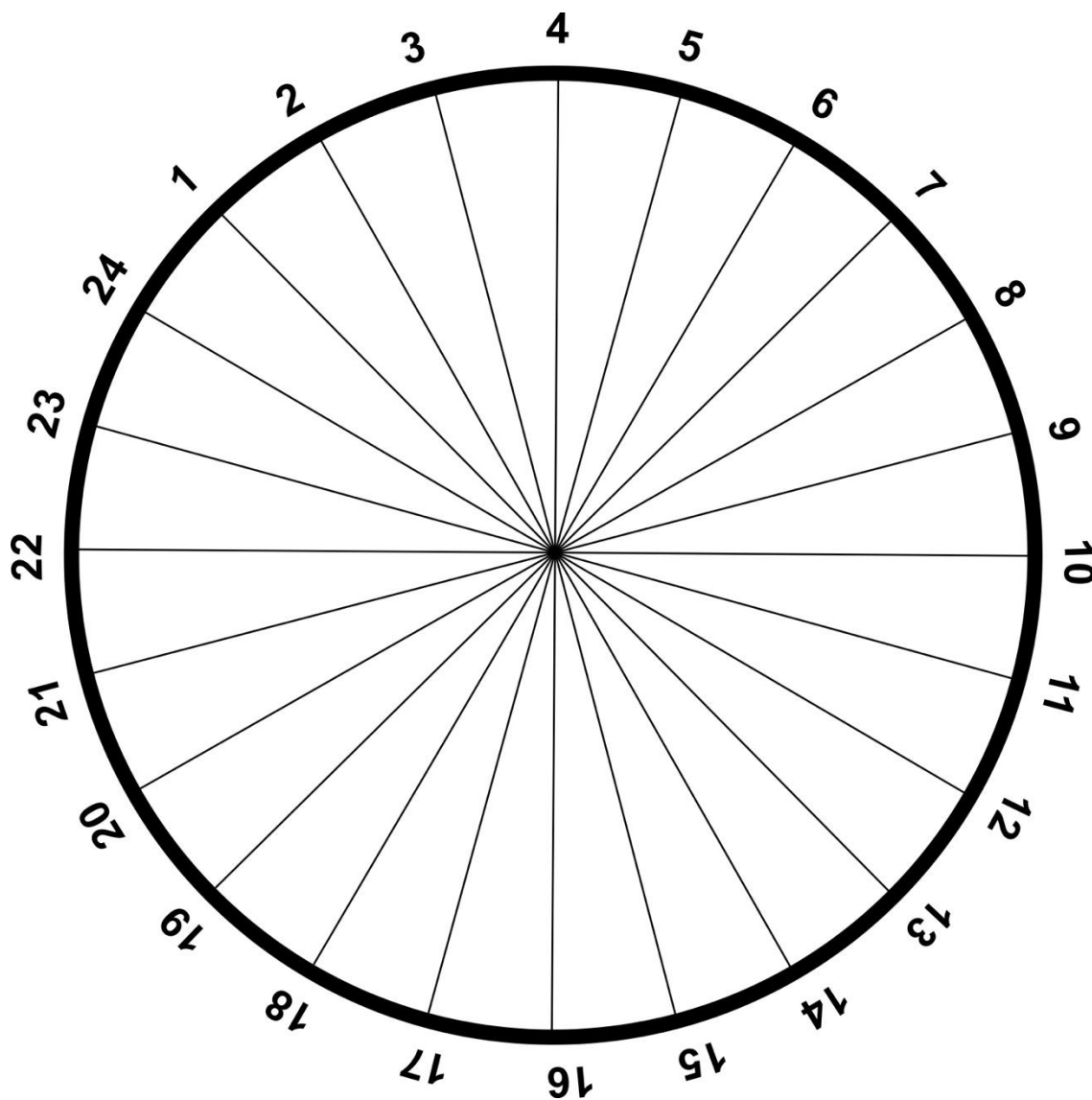
Tomar consciência sobre a forma como usamos o tempo e sobre a forma como gostaríamos de o usar pode ser um primeiro passo para fazermos dele um melhor uso! Ao longo de um dia podemos envolver-nos em atividades muito distintas, desde:

- **Atividades psico-fisiológicas**, que incluem o sono e o repouso, a alimentação, cuidados médicos e estéticos, etc.;
- **Atividades de recreação**, incluindo encontros, festas, espetáculos e concertos, conversas ou contactos por telefone/e-mail com amigos, passeios, atividades desportivas, ver televisão, ler, meditar, etc.;
- **Atividades domésticas e familiares**, como sejam cuidar das crianças ou dos idosos, preparar refeições, lavar e arrumar a loiça, tratar da roupa, fazer limpezas, ir às compras, cuidar dos doentes, preparar festas ou recepções, etc.;
- **Atividades cívicas**, ligadas à participação em atividades com carácter associativo (social, cultural ou religioso), atividades sindicais ou partidárias, etc.
- **Atividades profissionais**, incluindo o tempo de trabalho profissional efectivo, a formação profissional e deslocações casa/trabalho/casa.

Propomos-lhe que pense num dia típico da sua semana. Faça o registo das horas que usa com cada uma das atividades no relógio real, no qual estão as 24 horas do seu dia, preenchendo cada hora com as cores utilizadas para as diferentes categorias de atividades descritas.

Pense, depois, como seria usado o seu tempo, num dia típico ideal e repita o processo no “relógio ideal”

Relógio Real



E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

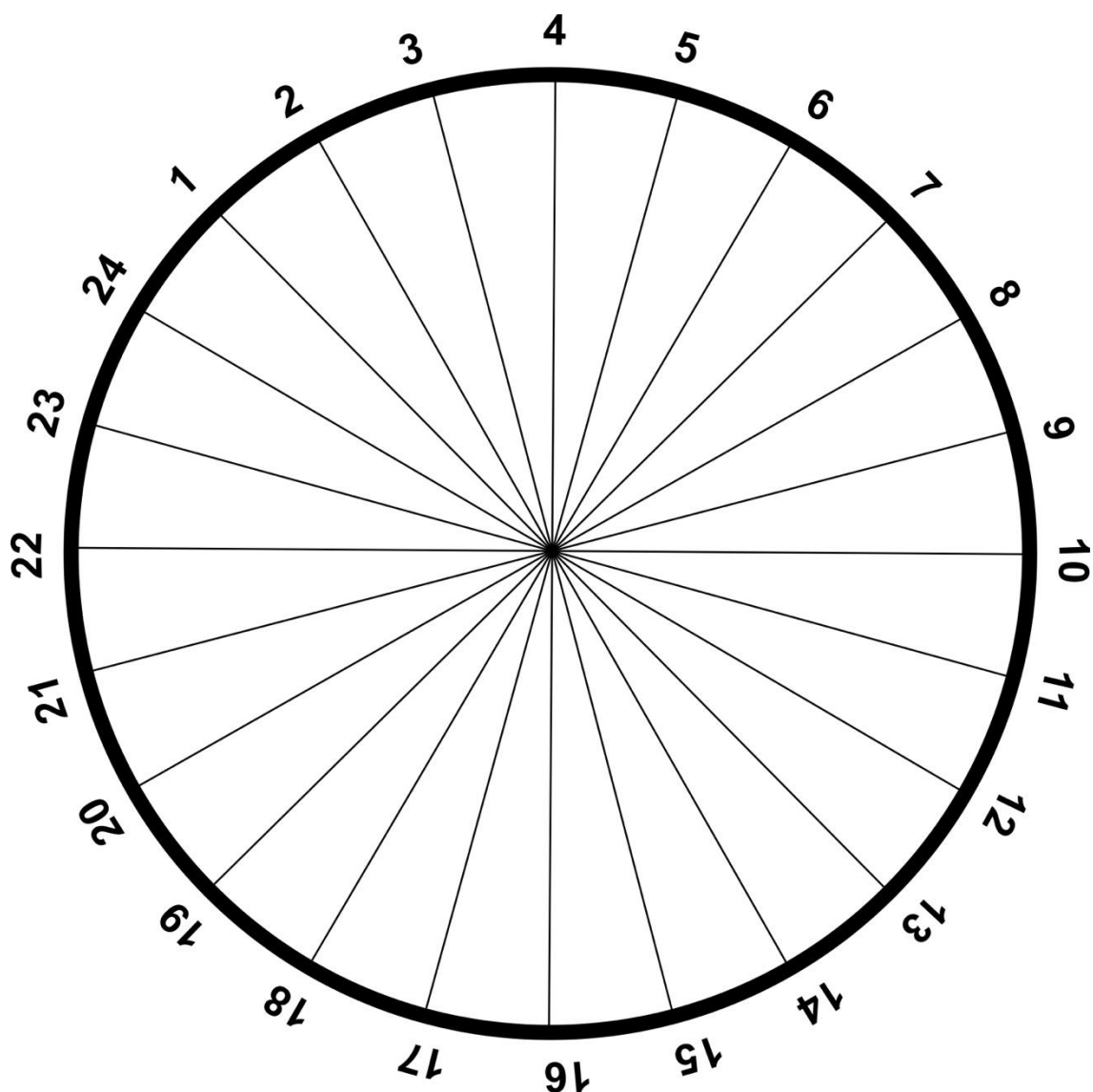
Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n.º53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY

Cofinanciado por:



Relógio Ideal



Produzido no âmbito do projecto “Encontros de Mudança”, Graal, 2005/06

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n°53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY

Cofinanciado por:



Anexo X – Plano de Sessão da Ação de Sensibilização Igualdade de Género

PLANO DE SESSÃO DA AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	Direitos Humanos e Democracia		
DESIGNAÇÃO DO CURSO	Igualdade de Género		
MÓDULO	Não se aplica	Duração	2h
FORMADOR(A)	Ana Rita Brito e Beatriz Lourenço	Assinatura	

Sessão N°	1	Horário	14h30- 16h30	Duração	2h	Data	21-12-2021
Local	CATL do Centro Social Paroquial de S. João do Campo		Idades	1.º Ciclo – 6 a 11 anos		Total de Participantes	23

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Objetivos Gerais	Sensibilizar para o modo como os papéis sociais tradicionalmente atribuídos a mulheres e a homens estão presentes nas nossas perceções individuais.
Objetivos Específicos	Explorar o que é ser menino/menina; Refletir sobre características físicas, traços ou atributos de personalidade, papéis sociais desempenhados e atividades profissionais socialmente esperadas dos meninos e meninas; Promover a compreensão de que os brinquedos não têm género, demonstrando que não há brinquedos só para meninos ou só pra meninas.

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n°53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY

Cofinanciado por:



Educação para os Direitos Humanos e Democracia



ESTRUTURA DA SESSÃO

Fases	Objetivos	Atividades	Métodos e Técnicas Pedagógicas	Recursos Técnico-Pedagógicos	Tempo Previsto
Introdução	Apresentação dos objetivos da atividade		Expositiva	N/A	5 minutos
	Apresentação da equipa de facilitação e dos participantes	Dinâmica de Quebra-gelo: "Gesto". Em círculo, cada um diz o seu nome e um gesto	Participativa	N/A	15 minutos

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, nº53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY

Cofinanciado por:



Educação para os Direitos Humanos e Democracia



<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Desenvolvimento</p> <p>E. geral@akto.org T. +351 239 440 272 T. +351 913 247 749</p> <p>Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, nº53 5N 3040-245 Coimbra, Portugal</p> <p>akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY</p>	<p>Explorar o que é ser menino/menina;</p> <p>Refletir sobre características físicas, traços ou atributos de personalidade, papéis sociais desempenhados e atividades profissionais socialmente esperadas dos meninos e meninas;</p>	<p>Jogo do Extraterrestre – Dois extraterrestres acabam de chegar à Terra e encontram este grupo de pessoas e gostavam de saber o que é ser um menino e o que ser uma menina</p>	<p>Participativa</p>	<p>2 folhas de cartolina a dizer "Ser menino é..." e "Ser menina é..."</p> <p>Marcadores</p>	<p>30 minutos</p>
---	--	---	----------------------	--	-------------------



Cofinanciado por:



Educação para os Direitos Humanos e Democracia



	Promover a compreensão de que os brinquedos não têm género, demonstrando que não há brinquedos só para meninos ou só pra meninas.	Os Brinquedos não têm Género – Em grupos de 2, pedir que discutam, durante 2 minutos, se se trata de um “brinquedo de menino” ou “brinquedo de menina” e depois partilhar com o grupo.	Participativa	12 imagens com brinquedos	30 minutos
Conclusão	Consolidação dos conteúdos abordados	Reflexão Final Avaliação das Aprendizagens Jogo da Mala - Pede aos/às participantes para refletirem sobre a sessão e para escreverem nos post-it aquilo que consideram ser a “bagagem” mais importante que levam consigo (conteúdos, relacionamentos, ideias, sentimentos, etc).	Interrogativo	Quadro ou papel A2; marcadores, post-it coloridos	10 minutos

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n.º53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY

Cofinanciado por:



Guião da Ação de Sensibilização

Introdução

- 1 - Dar as boas-vindas a todas e todos os participantes à medida que forem chegando.
- 2 - Pedir que se sentem em círculo ou em U. Depois de sentados, apresentar a equipa de facilitação e agradecer a presença de todos e todas.
- 3 - Apresentar brevemente objetivos da Akto. É uma organização que trabalha na área dos Direitos Humanos.
- 4 - Explicar que vamos desenvolver uma atividade interativa sobre estereótipos/papeis de género e que é importante a colaboração de todas. Reforçar que não há respostas certas ou erradas e que ninguém deve julgar as outras pelas respostas dadas;

Dinâmica de Quebra- Gelo

- 5 - Pedir a todos, incluindo a equipa de facilitação, que se apresentem dizendo o nome acompanhado com um gesto. Explicar ao grupo que esta é uma forma divertida e descontraída de se conhecerem e criar um ambiente acolhedor.

Desenvolvimento:

Jogo do Extraterrestre

- 1 - As facilitadoras são duas extraterrestres acabadas de chegar à Terra que encontraram este grupo de pessoas e gostavam de saber o que é ser menina e o que ser menino. Numa cartolina, desenhar duas colunas e no topo da primeira coluna, escrever "menino" e na segunda "menina".
- 2 - Pedir aos e às participantes que um de cada vez digam características, tanto físicas, como emocionais como biológicas/anatómicas, atividades, objetos que associem às meninas.
- 3 - Anotar as respostas na coluna à medida que forem ditas. Estas associações podem ser positivas ou negativas. Se necessário, ajude o grupo a referir características sociais.
- 4 - Repetir o procedimento para os meninos.

Proposta de tópicos para debate:

- O que acharam do exercício?
- De que é que gostaram mais? E menos? Porquê?
- Alguma coisa nos resultados vos surpreendeu? Porquê?
- As características apontadas para os homens podem ser também atribuídas às mulheres e vice-versa, à exceção daquelas relacionadas com a função reprodutora?

- Não há homens que têm o cabelo comprido? Não há mulheres com o cabelo curto?
- Na Irlanda os homens não usam saia? Não há aqui mulheres de saia?
- Todas as mulheres usam acessórios? Não há homens vaidosos?
- O que é que distingue um homem e uma mulher?
- O que é que esta atividade nos mostra?

“Brinquedos não tem género!”

1 - Pedir para formar um par com o colega que está à direita. Em pares vai ser entregue uma imagem de um brinquedo.

2 - Solicitar que discutam, durante 2 minutos, se se trata de um “brinquedo de menino” ou “brinquedo de menina”.

3 - Partilhar com a turma a conclusão que chegaram e colocar na parte correspondente da cartolina.

4 - Iniciar a discussão questionando a escolha do lado em que colaram cada ilustração.

Brinquedos



E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, nº53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY



Cofinanciado por:





E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, nº53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY



Cofinanciado por:





Proposta de tópicos para debate:

- Pergunte-se se houve desacordo entre os dois acerca da colocação das imagens e porquê.
- Onde/ de quem é que se ouve "são brinquedos de menina... ", "isso são brinquedos de menino" (nos anúncios? dito pelos adultos)?
- Porque é que alguns brinquedos são mais populares junto dos rapazes que das raparigas, e vice-versa?
- E qual é a razão para alguns brinquedos serem apreciados por ambos?
- Então as raparigas não devem poder jogar futebol? Os rapazes não devem poder brincar com bonecas?
- Tendo em conta os brinquedos que lhes são associados, que tipo de comportamentos se pretende que as meninas/raparigas sigam? E os meninos?
- Que consequências podem surgir do facto de as crianças brincarem com um tipo específico de brinquedo?
- Que tipo de preconceitos é que as crianças podem sofrer em resultado destes dos estereótipos de género?

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, n.º53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY



Cofinanciado por:



Conclusão

Jogo da Mala

Desenha-se uma mala de viagem no quadro ou numa folha de papel, afixada previamente e entregar a cada participante 3 a 5 post-it . Pede aos/às participantes para refletirem sobre a sessão e para escreverem nos post-it aquilo que consideram ser a “bagagem” mais importante que levam consigo. Pode tratar-se de bagagem relativa a conteúdos, relacionamentos, ideias, sentimentos, etc. Assim que todos tiverem escrito os post-it , devem ir colá-los na mala

Obrigada a todos/as pela participação!

E. geral@akto.org
T. +351 239 440 272
T. +351 913 247 749

Rua Carlos Alberto Pinto de Abreu, nº53 5N
3040-245 Coimbra, Portugal

akto.org HUMAN RIGHTS AND DEMOCRACY



Cofinanciado por:



Anexo XI – Plano de Sessão da Ação de Sensibilização no âmbito do Tráfico de Seres Humanos

PLANO DA AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	Direitos Humanos e Democracia		
DESIGNAÇÃO DO CURSO	Tráfico de Seres Humanos		
MÓDULO	Não se aplica	Duração	2h
FORMADOR/A	Beatriz Lourenço e Francisca Afonso	Assinatura	

Sessão N°	1	Horário	Variados	Duração	45 minutos	Data	Várias
Local	Escola	Idades			3.º Ciclo Secundário	Total de Participantes	187

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Objetivos Gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos como uma violação de Direitos Humanos; - Identificar o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos como um problema à escala global;
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conceito de Tráfico de Seres Humanos e os tipos de exploração; - Conhecer as características das fases associados ao crime de Tráfico de Seres Humanos, nomeadamente o recrutamento, transporte e exploração; - Conhecer as formas de sinalização, identificação e integração de vítimas de tráfico.

ESTRUTURA DA SESSÃO

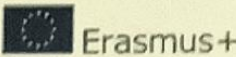
Fases	Objetivos	Atividades	Métodos e Técnicas Pedagógicas	Recursos Técnico-Pedagógicos	Tempo Previsto
Introdução	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos como uma violação de Direitos Humanos; - Identificar o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos como um problema à escala global; 	<p>Dinâmica de Quebra-Gelo</p> <p>Solicitar os Cartões de Cidadão para se habilitarem a ganharem uma PlayStation de última geração.</p>	Participativa	N/A	10 minutos
		<p>Dinâmica de Mitos & Factos</p> <p>Partindo de um conjunto de frases sobre Tráfico de Seres Humanos, nomear aquelas que se tratam de um Mito ou de um Facto.</p>	Participativa	PowerPoint Computador Retroprojeter	20 minutos

Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conceito de Tráfico de Seres Humanos e os tipos de exploração; - Conhecer as características das fases associados ao crime de Tráfico de Seres Humanos, nomeadamente o recrutamento, transporte e exploração; - Conhecer as formas de sinalização, identificação e integração de vítimas de tráfico. 	<p>Apresentação do PowerPoint</p> <p>Conceito de Tráfico de Seres Humanos;</p> <p>Tipos de Exploração;</p> <p>Fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recrutamento - Transporte - Exploração <p>Formas de Sinalização;</p> <p>Princípios Gerais de Funcionamento dos Centros de Acolhimento e Proteção.</p>	<p>Expositivo</p> <p>Participativo</p>	<p><i>PowerPoint</i></p> <p>Computador</p> <p>Retroprojektor</p>	30 minutos
-----------------	--	---	--	--	------------

Conclusão	Consolidação dos conteúdos abordados	Reflexão Final Visionamento do Vídeo "Amsterdam, Red Light District" Avaliação das Aprendizagens Solicitar o preenchimento de um Questionário no <i>Google Forms</i> acerca do grau de satisfação com a Ação de Formação	Expositivo Participativo Interrogativo	Telemóvel	10 minutos
-----------	--------------------------------------	---	--	-----------	------------

Anexo XII – YouthPass

EUROPEAN COMMISSION

 Erasmus+

Youthpass

MOBILITY OF YOUTH WORKERS

Beatriz Simões Lourenço
BORN ON 03/08/1996 IN Portugal, Portugal

PARTICIPATED IN A LEARNING MOBILITY PROJECT


Arising conciousness in Youth about Everyday Sexism

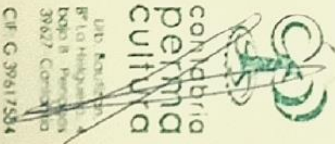
THE PROJECT TOOK PLACE FROM 20/11/2021
TO 27/11/2021 IN Ramales de la Victoria, Cantabria Spain, Spain

MOBILITY OF YOUTH WORKERS

Learning mobility projects of youth workers support the professional development of youth workers by enabling them to acquire new skills and professional experiences. The projects may include transnational activities such as seminars, training courses, contact-making events, study visits and job shadowing periods abroad. The projects also contribute to strengthening the quality and the role of youth work in Europe.

Erasmus+ is the European Union's programme for boosting skills and employability through activities organised in the field of education, training, youth, and sport. Youth activities under Erasmus+ aim to improve the key competences, skills and employability of young people, promote young people's active participation in the society, their social inclusion and well-being, and foster improvements in youth work and youth policy at local, national and international level.





Óscar Argumosa Sainz
Representative of the organisation

The ID of this certificate is LGAB-4YMs-Y2020-YJ0F.
If you want to verify the ID, please go to the web site of Youthpass:
<http://www.youthpass.eu/qualificacoes/>

Youthpass is a Europe-wide validation system for non-formal learning within the Erasmus+ Youth in Action Programme. For further information, please have a look at <http://www.youthpass.eu>.

-1-

Anexo XIII – Grelha de Avaliação de Competências Transversais para os estágios curriculares da FPCEUC

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária
Estágio Curricular – Ano Letivo 2021-2022

Grelha de avaliação de competências transversais para os estágios curriculares da FPCEUC

Nome: Beatriz Simões Lourenço, n.º 2016255999

Grelha de competências transversais para os estágios da FPCEUC						
I – Insuficiente; S – Suficiente; B – Bom; MB – Muito Bom; E – Excelente I – <10; S – 10 a 13; B – 14 a 15; MB – 16 a 17; E – 18 a 20 (valores) NA – Não se aplica	I	S	B	MB	E	NA
Competências instrumentais						
1) Comunica com clareza os resultados/conclusões do trabalho desenvolvido, bem como os processos, métodos e raciocínios que lhes estiveram subjacentes.					X	
2) Pesquisa, analisa e sistematiza de forma adequada a informação.					X	
3) Define de forma clara metas e objetivos, baseados na análise das necessidades dos contextos em que participa.					X	
4) Desenvolve planos de acção adequados às metas e objetivos a alcançar.					X	
5) Utiliza, adequadamente, conhecimentos, procedimentos e competências técnicas, da sua área de especialização.					X	
Competências interpessoais						
6) Interage de forma assertiva com a equipa de trabalho, revelando empatia e respeito pelas pessoas.					X	
7) Interage de forma adequada com os utentes/clientes, salvaguardando a sua dignidade e respeito.					X	
8) Interage de forma adequada com profissionais de outras entidades/organizações/instituições.					X	
Competências sistémicas						
9) No plano interno, compreende o conjunto de relações que se estabelecem entre subsistemas/sectores/serviços da instituição/organização onde desenvolve as suas atividades principais, numa lógica integrada.					X	
10) No plano externo, compreende o conjunto de relações que se estabelecem entre a organização/instituição onde desenvolve as suas atividades principais, e as restantes instituições (a nível local, comunitário, regional e nacional), numa lógica integrada.					X	
Outras competências						
11) Comparece assiduamente ao serviço, de acordo com o horário estabelecido com a instituição/organização.					X	
12) É pontual.					X	
13) Assume e desenvolve, de forma responsável, as funções/tarefas que lhe são confiadas.					X	
14) Integra e promove, na prática, a dimensão ética da profissão.					X	
15) Revela consciência crítica sobre práticas/posturas institucionais, profissionais e sociais (articulando conhecimentos teóricos e práticos com responsabilidade pessoal e profissional).					X	
16) Atua de forma proativa, propondo ideias, iniciativas e procedimentos relevantes para a melhoria do funcionamento da instituição/organização.					X	
17) Evidencia capacidade de se distanciar e refletir criticamente sobre as situações.					X	
18) Compreende as necessidades das pessoas/organizações/instituições e propõe ideias/procedimentos inovadores e criativos.					X	
19) Mostra uma atitude de abertura e capacidade de adaptação à mudança.					X	
20) Revela empenho em aprender e aperfeiçoar-se continuamente.					X	

Apreciação qualitativa do trabalho desenvolvido e do comportamento geral da estagiária:

A Beatriz é uma pessoa autónoma, dedicada, com um grande sentido de responsabilidade e de trabalho em equipa.

A sua persistência, disponibilidade de aprendizagem, motivação e iniciativa são algumas das suas maiores qualidades e isso refletiu-se ao longo do seu estágio.

	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
Como avalia globalmente o desempenho da estagiária?					X

Muito obrigada!

Coimbra, 5 de Julho de 2022.

A orientadora,

Dra. Amélia Belo

Instituição de Estágio

AKta - Direitos Humanos e Democracia